TÉCNICA ESPAÇO TEMPO

Globalização e meio técnico-científico informacional



Milton Santos:

Técnica espaço tempo – Globalização e meio técnico-científico-informacional

INTRODUÇÃO

Este, como todos os livros, tem uma história. E a história como se sabe não é apenas feita a partir de uma deliberação única. A história tem um sentido, mas este sentido não é forçosamente apenas o resultado de uma decisão preliminar, seguida sem tropeços.

Um livro tanto pode ser concebido de forma unitária, como pode ser resultado da união de esforços, cuja origem é múltipla. A unidade porém vem da ideia que está por trás desses esforços. E o caso deste volume.

Nosso interesse pela questão da globalização é antigo, o que pode ser evidenciado em trabalhos concluídos nos anos 70 e 80, como *O Espaço Dividido* (1975) e *Pensando o Espaço do Homem* (1982), onde esta noção já era objeto de análise, aí incluída a ideia de uma globalização do espaço. O mesmo se pode dizer do antigo intitulado "A Renovação de uma Disciplina Ameaçada", que em 1984, publicamos na *Revista Internacional de Ciências Sociais* da Unesco, v. 36, n.° 4. Outros ensaios, tanto teóricos quanto empíricos, se ocuparam desta questão, do mesmo modo que alguns cursos que ministramos na Pós-Graduação em Geografia na Universidade Federal do Rio de Janeiro e na Universidade de São Paulo. Entre nossos estudantes de Pós-Graduação, a esmagadora maioria dos temas de tese e dissertação também teve esta orientação.

Como se vê, a partir de uma mesma ideia, foi possível ir alimentando um debate sobre a questão. Ao longo desses anos e a partir de oportunidades diversas é que os ensaios reunidos nesse volume foram sendo produzidos. Conforme escreveu Bachelard, em *Lê Nouvel Esprit Scientifique,* mesmo o pensamento mais humilde aparece como uma preparação à teoria quando, através do registro da experiência, busca, no mundo científico, uma verificação.

Esses ensaios têm duas ênfases centrais; a primeira é a de considerar o presente período histórico como algo que pode ser definido como um sistema temporal coerente, cuja explicação exige que sejam levadas em conta as características atuais dos sistemas técnicos e as suas relações com a realização histórica. É evidente que a técnica está longe de ser uma explicação da história, mas ela constitui uma condição fundamental. Daí a nossa insistência, relativamente a este fator.

Enquanto geógrafo, acreditamos que a laboração, da realidade espacial tenha dependência estreita com as técnicas. Daí uma outra ênfase neste conjunto de ensaios, dada pelo fato de que, no presente período histórico, o

espaço geográfico pode ser considerado como aquilo que estou denominando de Meio Técnico-Científico. Podemos dizer que o Meio Técnico-Científico é a resposta geográfica ao processo de globalização, É certo que um projeto mais ambicioso continua em nosso espírito, isto é, a produção de um livro de-liberadamente concebido para enfrentar, de forma sistemática, o conjunto de problemas que aqui estão sendo tratados de modo aparentemente fragmentário. Temos a esperança de que este projeto já em curso virá à luz dentro de mais algum tempo. Aliás, uma das razões do atraso na sua realização vem exatamente da dificuldade de transformar um projeto de pesquisa em um projeto de redação. Às vezes, quanto mais se pesquisa e se acumulam dados, inferências e ideias, mais se torna difícil encontrar a forma de expressão que, num dado momento, apareça como sendo capaz de incluir, de maneira hierárquica, todos os aspectos da problemática abordada. Confiamos em que esta dificuldade formal seja daqui a pouco eliminada.

Esta *é* a razão por que, o assunto sendo de irrecusável atualidade, consideramos necessário dar a público o resultado atual de nossa investigação. É evidente que os resultados aqui apresentados muito devem a estímulos vindos de diversas fontes: convites para reuniões nacionais e internacionais, discussões com orientandos e com colegas etc. Devo todavia agradecer de maneira particular à geógrafa Adriana Maria Ber-nardes da Silva pela paciência que teve em nos ajudar na escolha dos ensaios, na eliminação das inevitáveis repetições ou superposições, isto é, na harmonização dos textos para que pudessem formar este volume.

São Paulo, maio de 1994.

I

ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO

1

GLOBALIZAÇÃO

E REDESCOBERTA DA NATUREZA

O tema "Globalização e Redescoberta da Natureza" é desses que a atualidade nos impõe, mas deve ser abordado cautelosamente, já que nesse assunto a força das imagens ameaça aposentar prematuramente os conceitos. Por isso, cumpre, urgentemente, retomá-los e, eventualmente, refazê-los. Nessa tarefa, não nos devemos deixar circunscrever pêlos ditames de uma pesquisa automática, instrumentalizada, nem aceitar o pré-requisito de nenhum enunciado. Somente a História nos instrui sobre o significado das coisas. Mas é preciso sempre reconstruí-la, para incorporar novas realidades e novas ideias ou, em outras palavras, para levarmos em conta o Tempo que passa e tudo muda.

É sempre perigoso buscar reduzir a história a um esquema. Mas aqui a simplificação se impõe, com todos os seus riscos, para apontar o início de um processo e o seu estágio atual.

Referimo-nos ao que podemos chamar de Sistemas da Natureza sucessivos, onde esta é continente e conteúdo do Homem, incluindo os objetos, as ações, as crenças, os desejos, a realidade esmagadora e as perspectivas.

Com a presença do Homem sobre a Terra, a Na tureza está, sempre, sendo redescoberta, desde o fim de sua História Natural e a criação da Natureza Social, ao desencantamento do Mundo, com a passagem de uma ordem vital a uma ordem racional. Mas agora, quando o natural cede lugar ao artefato e a racionali-dade triunfante se revela através da natureza instrumentalizada, esta, portanto domesticada, nos é apresentada como sobrenatural.

A questão que se colocam os filósofos é a de distinguir entre uma natureza mágica e uma natureza racional. Em termos quantitativos ou operacionais, a tarefa certamente é possível. Mas é talvez inútil buscar o momento de uma transição. No fundo, o advento da Ciência Natural (Capei, 1985, p. 19) ou o triunfo da ciência das máquinas não suprimem, na visão da Natureza pelo Homem, a mistura entre crenças, mitigadas ou cegas, e esquemas lógicos de interpretação. A relação entre teologia e ciência, marcante na Idade Média, ganha novos contornos. "A magia, 'o poder de fa-bulação'", como diz Bergson, "é uma necessidade psicológica, tal como a razão...". Os sistemas lógicos evoluem e mudam, os sistemas de crenças religiosas são recriados paralelamente à evolução da materialidade e das relações humanas e é sob essas leis que a Natureza vai se transformando.

Da natureza amiga à natureza hostil

Em resumo, essa história pode, por assim dizer, ser escrita em seu momento original e em sua resultante atual.

Ontem, o homem escolhia em torno, naquele seu quinhão de natureza, o que lhe podia ser útil para a renovação de sua vida: espécies animais-e vegetais, pedras, árvores, florestas, rios, feições geológicas.

Esse pedaço de mundo é, da Natureza toda de que ele pode dispor, seu subsistema útil, seu quadro vital. Então há descoordenação entre grupos humanos dispersos, enquanto se reforça uma estreita cooperação entre cada grupo e o seu Meio: não importa que as trevas, o trovão, as matas, as enchentes possam criar o medo: é o tempo do homem amigo e da natureza amiga. Assim como Michelet escreveu no *Tableau de Ia France* (1833): "A natureza é atroz, o homem é atroz, mas parecem entender-se".

A história do homem sobre a Terra é a história de uma rotura progressiva entre o homem e o entorno. Esse processo se acelera quando, praticamente ao mesmo tempo, o homem se descobre como indivíduo e inicia a mecanização do Planeta, armando-se de novos instrumentos para tentar dominá-lo. A natureza artificializada marca uma grande mudança na história humana da natureza. Hoje, com a tecnociência, alcançamos o estágio supremo dessa evolução.

Enquanto esperamos o "dia eterno" com auroras boreais artificiais em todas as latitudes, na previsão de J. Ellul (1954), já conhecemos a criação humana de tempestades, cataclismos, tremores de terra, hecatom-bes, fantasticamente artificiais, fantasticamente incompreensíveis (Ettore Sottsass, 1991, p. 40).

O homem se torna fator geológico, geomorfoló-gico, climático e a grande mudança vem do fato de que os cataclismos naturais são um incidente, *um* momento, enquanto hoje a ação antrópica tem efeitos continuados, e cumulativos, graças ao modelo da vida ado-tado pela Humanidade. Daí vêm os graves problemas de relacionamento entre a atual civilização material e a natureza. Assim, o problema do espaço ganha, nos dias de hoje, uma dimensão que ele não havia obtido jamais antes. Em todos os tempos, a problemática da base territorial da vida humana sempre preocupou a sociedade. Mas nesta fase atual da história tais preocupações redobraram, porque os problemas também se acumularam.

No começo dos tempos históricos, cada grupo humano construía seu espaço de vida com as técnicas que inventava para tirar do seu pedaço de natureza os elementos indispensáveis à sua própria sobrevivência. Organizando a produção, organizava a vida social e organizava o espaço, na medida de suas próprias forças, necessidades e desejos. A cada constelação de recursos correspondia um modelo particular. Pouco a pouco esse esquema se foi desfazendo: as necessidades de comércio entre coletividades introduziam nexos novos e também desejos e necessidades e a organização da sociedade e cio espaço tinha de se fazer segundo parâmetros estranhos às necessidades íntimas ao grupo.

Essa evolução culmina, na fase atual, onde a economia se tornou mundializada, e todas as sociedades terminaram por adotar, de forma mais ou menos total, de maneira mais ou menos explícita, um modelo técnico único que se sobrepõe à multiplicidade de recursos naturais e humanos (Santos, 1991).

É nessas condições que a mundialização do planeta unifica a natureza. Suas diversas frações são postas ao alcance dos mais diversos capitais, que as individualizam, hierarquizando-as segundo lógicas com escalas diversas. A uma escala mundial corresponde uma lógica mundial que nesse nível guia os investimentos, a circulação das riquezas, a distribuição das mercadorias. Cada lugar, porém, é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando.

Sem o homem, isto é, antes da história, a natureza era una. Continua a sê-lo, em si mesma, apesar das partições que o uso do -planeta pêlos homens lhe infligiu. Agora, porém, há uma enorme mudança. *Una,* mas socialmente fragmentada, durante tantos séculos, a natureza é agora *unificada* pela História, em benefício de firmas, Estados e classes hegemónicas. Mas não é mais a Natureza Amiga, e o Homem também não é mais seu amigo.

A natureza abstrata

Dentro do atual sistema da natureza, o homem se afasta em definitivo da possibilidade de relações totalizantes com o seu próprio quinhão do território. De que vale indagar qual a fração da natureza que cabe a cada indivíduo ou a cada grupo, se o exercício da vida exige de todos uma referência constante a um grande número de lugares? Ali mesmo, onde moro, frequentemente não sei onde estou. Minha consciência depende de um fluxo multiforme de informações que me u1trapassam ou não me atingem, de modo que me; escapam as possibilidades hoje tão numerosas e concretas de uso ou de ação. O que parece estar ao alcance; de minhas mãos é concreto, mas não para mim. O que me cabe são apenas partes desconexas do todo, fatias opulentas ou migalhas. Como me identifico, assim, com o meu entorno? Sem dúvida pode-se imaginar o indivíduo como um ser no mundo, mas pode-se pensar que há um homem total em um mundo global?

Sem dúvida, o trabalho, entendido como sistema, é cada vez menos local e é cada vez mais universal. À medida, porém, que a mais-valia igualmente se torna mundial (essa lei do valor em escala universal que, invisível, proíbe medidas) ocultam-se os parâmetros do meu próprio valor que, assim, se reduz. Aqui nos referimos ao valor-trabalho aplicado à produção mundia-lizada, medido em termos de dinheiro.

Fomos rodeados, nestes últimos quarenta anos, por mais objetos do que nos precedentes quarenta mil anos. Mas sabemos muito pouco sobre o que nos cerca. " A natureza tecnicizada acaba por ser uma natureza abs-trata, já que as técnicas, no dizer de G. Simondon (1958), insistem em imitá-la e acabam conseguindo.

Os objetos que nos servem são, cada vez mais, objetos técnicos, criados para atender a finalidades específicas. As ações que contêm são aprisionadas por finalidades que, raramente, nos dizem respeito.

Vivemos em um mundo exigente de um discurso, necessário à inteligência das coisas e das ações. É um discurso dos objetos, indispensável ao seu uso, e um discurso das ações, indispensável à sua legitimação. Mas ambos esses discursos são, frequentemente, tão artificiais como as coisas que explicam e tão enviesados como as ações que ensejam.

Sem discurso, praticamente não entendemos nada. Como a inovação é permanente, todos os dias acordamos um pouco mais ignorantes e indefesos. A rainha Juliana da Holanda assistindo à demonstração de um computador eletrônico em uma exposição em Amsterdã exclamou: "Não posso entender isso. Nem posso entender as pessoas que entendem isso" (W. Buckingham, 1961, p. 27).

A técnica é a grande banalidade e o grande enigma, e é como enigma que ela comanda nossa vida, nos impõe relações, modela nosso entorno, administra nossas relações com o entorno.

Ontem, o homem se comunicava com o seu pedaço da natureza praticamente sem mediação, *hoje,* a própria definição do que é esse entorno, próximo ou distante, o Local ou o Mundo, é cheia de mistérios.

Agora que todas as condições de vida, profundamente enraizadas, estão sendo destruídas (A. Wellmer, 1974), aumenta exponencialmente a tensão entre a cultura objetiva e a cultura subjetiva e, do mesmo modo, se multiplicam os equívocos de nossa percepção, de nossa definição e de nossa relação com o Meio.

Estaremos de volta ao "mundo mágico", onde o fantasioso, o fantástico, o fantasmagórico prometem tomar o lugar do que é lógico e o engano pode apresentar-se como o verdadeiro?

Diante de nós, temos, hoje, possível (e frequente), com a falsificação do evento, o triunfo da apresentação sobre a significação, ainda que reclamando uma ancoragem. Na questão do meio ambiente, que J revela essa faceta da história contemporânea, essa ancoragem chama-se buraco de ozona, efeito-estufa, chuva ácida; e a ideologia se corporifica no imenso território da Amazónia.

Num mundo assim feito, não há propriamente interlocutores, porque só existe comunicação unilateral. Não há diálogo, porque as palavras nos são ditadas e as respostas previamente catalogadas. Trata-se de uma fala funcional e o caráter hipnótico da comunicação é a contrapartida do "estiolamento da linguagem pela perda progressiva da criatividade" (E. Carneiro Leão, 1987, p. 20).

No dizer de Marcuse (1964, p. 95), essa linguagem "constantemente impõe *imagens* e contribui, de forma militante, contra o desenvolvimento e a expressão de *conceitos". Já* que "o conceito é absorvido pela palavra", "espera-se da palavra que apenas responda à reação publicizada e estandardizada. A palavra torna-se um *cliché* e, como cliché, governa o discurso ou o texto; a comunicação, desse modo, afasta o desenvolvimento genuíno da significação" (p. 85).

A natureza da mídia

A mediação interessada, tantas vezes interesseira, da mídia, conduz, não raro, à doutorização da linguagem, necessária para ampliar o seu crédito, e à falsidade do discurso, destinado a ensombrecer o entendimento. O discurso do meio ambiente é carregado dessas tintas, exagerando certos aspectos em detrimento de outros, mas, sobretudo, mutilando o conjunto.

O terrorismo da linguagem (H. Lefebvre, 1971, p. 56) leva a contraverdades mediáticas, conforme nos ensina B. Kayser (1992). Este autor nos dá alguns exemplos, convidando-nos a duvidar do próprio fundamento de certos discursos das mídias. Por exemplo *"Sobre o aquecimento da terra e o efeito estufa.* Pode-se estar certo de que, apesar do contínuo crescimento do teor em COa da atmosfera desde os começos da era industrial, o clima não conheceu aquecimento no século 20. As normais medidas entre 1951 e 1980, em relação às do período 1921-1950 mostram, ao contrário, uma baixa (não significativa) de -0,3°. De qualquer modo, a evolução é muito lenta, e dezenas de anos são necessários para que se registre uma mudança climática. O apocalipse anunciado — fusão de glaciares, elevação do nível do mar etc. — não é seguramente para amanhã. Se é necessário lutar contra a poluição, a degradação do meio ambiente, devemos fazê-lo com os olhos abertos, com base em análises científicas e não nos limitando a gritar: 'está pegando fogo'!".

Se antes a natureza podia criar o medo, hoje é o medo que cria uma natureza mediática e falsa, uma parte da Natureza sendo apresentada como se fosse o Todo.

O que, em nosso tempo, seja talvez o traço mais dramático é o papel que passaram a obter, na vida quotidiana, o medo e a fantasia. Sempre houve épocas de medo. Mas esta é uma época de medo permanente e generalizado. A fantasia sempre povoou o espírito dos homens. Mas agora, industrializada, ela invade todos os momentos e todos os recantos da existência ao serviço do mercado e do poder e constitui, juntamente com o medo, um dado essencial de nosso modelo de vida.

O império universal do medo e o império universal da fantasia são criações sobrepostas. Freud (1920) escreveu que "A criação do domínio mental da fantasia tem reprodução na criação de 'reservas' e 'parques naturais' em lugares onde as incursões da agricultura, do trânsito ou da indústria ameaçam transformar... rapidamente a terra em alguma coisa irreconhecível. A 'reserva' de destina a manter o velho estado de coisas que foram lamentavelmente sacrificadas à necessidade em todos os outros lugares; ali, tudo pode crescer e expandir-se à vontade, inclusive o que é inútil e até o que é prejudicial.. O domínio mental da fantasia é também uma reserva assim recuperada das invasões do princípio da realidade" (Leo Marx, 1976, p. 12).

Quanto ao medo, lembra-nos Ramsey Clark que ele "já nos induz a pensar mais na incolumidade do que na justiça" e Furio Colombo (1973, p. 56) utiliza esse testemunho para explicar as violações da lei cada vez mais frequentes, no mundo, pêlos próprios órgãos legais.

E a mídia o grande veículo desse processo ameaçador da integridade dos homens. Virtualmente possível, pelo uso adequado de tantos e tão sofisticados recursos técnicos, a percepção é mutilada, quando a mídia julga necessário,

através do sensacional e do medo, captar a atenção. Muitos movimentos ecológicos, cevados pela mídia, destroem, mutilam ou reprimem a Natureza...

Quando o "meio-ambiente", como Natureza-es-petáculo, substitui a Natureza Histórica, lugar de trabalho de todos os homens, e quando a natureza "cibernética" ou "sintética" substitui a natureza analítica do passado, o processo de ocultação do significado da História atinge o seu auge. É também desse modo que se estabelece uma dolorosa confusão entre sistemas técnicos, natureza, sociedade, cultura e moral.

Bradamos contra certos efeitos da exploração selvagem da natureza, mas não falamos bastante da relação entre sua dominação tecnicamente fundada, as forças mundiais que insistem em manter o mesmo modelo de vida e o fato apontado, desde os anos 50, por G. Friedmann, de a tecnicização estar levando ao condicionamento anárquico do homem moderno. A racionalização da existência, tão dependente das relações atuais entre técnica e sociedade, é um dos seus pilares.

Ontem, a técnica era submetida. Hoje, conduzida pêlos grandes atores da economia e da política, é ela que submete. Onde está a natureza servil? Na verdade é o homem que se torna escravizado, num mundo em que os dominadores não se querem dar conta de que suas ações podem ter objetivos, mas não têm sentido. O imperativo da *competitividade,* uma carreira desatinada sem destino, é o apanágio dessa dissociação entre moralidade e ação que caracteriza a implantação em marcha da chamada "nova ordem mundial", onde os objetivos humanos e sociais cedem a frente da cena, definitivamente, a preocupações secamente econômi cãs, com o papel hoje onírnodo da mercadoria, incluindo a mercadoria política. Não só a natureza é apresentada em frangalhos, mas também a Moral, *e,* na ausência de um sentido comum, já dizia o Marx da *Miséria da Filosofia,* "é fácil inventar causas místicas".

Não basta, porém, o criticismo, para exorcizar esses perigos que nos rondam. Já em 1949, Georges Friedmann nos aconselhava a considerar que esse meio técnico *"é a realidade* com a qual nos defrontamos" e que, por isso, "é preciso estudá-la com todos os recursos do conhecimento e tentar dominá-la e humanizá-la".

A Universidade e a ordem atual das coisas

Avulta, neste ponto, o papel da Universidade nessa busca do conhecimento. Mas essa tarefa vem sendo exatamente ameaçada pelo prestígio crescente do cientifismo e pela importância que este vem ganhando entre os que atualmente dirigem o ensino superior.

Num mundo em que o papel das tecnociências se torna avassalador, um duplo movimento tende a se instalar. De um lado, as disciplinas incumbidas de encontrar soluções técnicas, as reclamadas soluções práticas, recebem prestígio de empresários, políticos e administradores e desse modo obtêm recursos abundantes para exercer seu trabalho. Basta uma rápida visita às diferentes Faculdades e Institutos, para constatar a disparidade dos meios (instalações, material, recursos humanos) segundo a natureza mais ou menos mercantil e pragmática do labor

desenvolvido. De outro lado, o prestígio gerado pelo processo de racionalização perversa da Universidade é o melhor passaporte para os postos de comando.

Desse modo, um grave obstáculo a que se instale um processo de reflexão consequente é o contraste crescente, na Universidade, entre os seus grandes momentos e esse cotidiano tornado miserável pela ameaça já em marcha de uma gestão técnica e racionalizadora, que leva ao assassinato da criatividade e da originalidade. P Em nome do cientifismo, comportamentos pragmáticos e raciocínios técnicos, que atropelam os esforços de entendimento abrangente da realidade, são impostos e premiados. Numa universidade de "resultados", é assim escarmentada a vontade de ser um intelectual genuíno, empurrando-se mesmo os melhores espíritos para a pesquisa espasmódica, estatisticamente rentável. Essa tendência induzida tem efeitos caricatos, como a produção burocrática dessa ridícula espécie dos "pesquiseiros", fortes pelas verbas que manipulam, prestigiosos pelas relações que entretém com o uso dessas verbas, e que ocupam assim a frente da cena, enquanto o saber verdadeiro praticamente não encontra canais de expressão.

Como uma racionalidade burocrática e perversa ameaça invadir até mesmo aqueles recantos que não sabem viver sem espontaneidade, corremos o risco de assistir ao triunfo de uma ação sem pensamento sobre um pensamento desarmado.

Nessas condições, devemos reconhecer, toda reação é difícil e a muitos pode aparecer como um verdadeiro suicídio, já que a carreira universitária não mais precisará ser uma carreira acadêmica. O grande risco é que a recusa à coragem e a falta de crença se convertam em rotina. Como nos libertar, então, da internalização da violência de que fala Horkheimer (1974), ou da "sujeição das almas" apontada por Lenoble (1990, p. 77) ao se referir à maneira atual de representar a Natureza? Lembremos Heisenberg (1969) ao dizer que "...na ciência, o objeto de investigação não é a Natureza em si mesma, mas a Natureza submetida à interrogação dos homens". Não se trata aqui de uma interrogação unilateral, técnica, menor, mas de uma interrogação abrangente, sequiosa de entendimento, uma tarefa intelectual.

Outrora, os intelectuais eram homens que, na Universidade ou fora dela, acreditavam nas ideias que formulavam e formulavam ideias como uma resposta às suas convicções. Os intelectuais, dizia Sartre, casam-se com o seu tempo e não devem traí-lo. Foi desse modo que o filósofo francês criticava a indiferença de Balzac em face das jornadas de 48 e a incompreensão de Flau-bert diante da Comuna (L. Bassets, 1992, p. 15).

Que fazer, quando, na própria Casa fundada para o culto da Verdade, a organização do cotidiano convida a deixar de lado o que é importante e fundamental?

Num discurso endereçado à agremiação norte-americana de economistas, um economista-filósofo, Kenneth Boulding (1969), ante os descaminhos já clamorosos de sua profissão, reclamava a necessidade de heroísmo, para pôr fim ao conformismo, fugir aos raciocínios técnicos, recusar a pesquisa espasmódica, abandonar a vida fácil e, afinal, enfrentar o entendimento do Mundo.

O empenho com que nos convocam para tratar, seja como for, as questões do meio-ambiente, sem que um espaço maior seja reservado a uma reflexão mais profunda sobre as relações, por intermédio da técnica, seus vetores e atores, entre a comunidade humana assim mediatizada e a natureza, assim dominada, é típico de uma época e tanto ilustra os riscos que corremos, com a necessidade de, em todas as áreas do saber, agir com heroísmo, se desejarmos poder continuar a perseguir a verdade.

Bibliografia

Bassets, Luis. "Locos, estúpidos y traidores: una historia de los intelectuales", *El Pais.* Libros, Madri, 15.2.1992.

Boulding, Kenneth. "Economics as a moral science, *The American Economic Review,* vol. LIX, n." l, mar. 1969, pp. 1-12.

Buckingham, Walter. *Automation, its impact on business and people.* Mentor Books, New American Library, N. York, 1961.

Capei, Horacio. *La física, creencias religiosas y teorias científicas en los orígenes de Ia geomorfología espanhola.* Ediciones dei Serbal, Barcelona, 1985.

Carneiro Leão, Emmanuel. "Os desafios da informatização", in E. Carneiro Leão e outros, *A máquina e seu avesso.* Francisco lves, 1987, pp. 1-23.

Colombo, Furio. "Poder, grupos y conflicto en Ia sociedad neofeudal" in *La nueva Edad Media.* Alianza Editorial, Madri, 1974, pp. 37-72.

Ellul, Jacques. *La technique ou 1'enjeu du siècle.* Armand Colin, Paris, 1954.

Freud, Sigmund. *Introdução Geral à Psicanálise.* 1920, citado por Leo Marx. *A vida no campo e a era industrial.* Melhoramentos-Edusp, S. Paulo, 1976, p. 12.

Friedmann, Georges. "Lês technocrates et Ia civilisation technicienne", in Georges Gurvitch, *Industrialisation et Teclmocracie.* A. Colm, Paris, 1949, pp. 43-62.

Heisenberg, Wemer. *La imagen de Ia Naturaleza en Ia Física Atual.* Seix Barrnl, Barcelona, 1969.

Horkheimer, Max. *Eclipse ofReason.* The Seabury Press, N. York, 1974.

Kayser, Bernard. *Pour une analyse non conformiste de notre société,* intervention à l'URN de Cologne (25.1.92), Univ. de Toulouse, fév. 1992 (mimeog.)

Lefebvre, Henri. *Vers lê Cybernanthrope, contre lês Technocrates.* Denoël-Gonthier, Paris, 1971.

Lenoble, Robert. *História da Ideia de Natureza.* Edições 70, Lisboa, 1990.

Marcuse, Herbert. *One-dimensional Man.* Beacon, N. York, 1966.

Santos, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado.* Hucitec, S. Paulo 1991 (2.ª ed.).

Simondon, G. *Du rnode d'existence dês objets techniques.* Aubier-Montaigne, Paris, 1958.

Sottsass, Ettore. "On the nature of metropolises", *Terrazzo, Architecture and Design,* n.° 6, Milano, 1991, pp. 38-40.

Wellmer, Albrecht. *Criticai Theory of Society.* The Seabury Press, N. York, 1974.

2

A ACELERAÇÃO CONTEMPORÂNEA: TEMPO-MUNDO E ESPAÇO-MUNDO

A aceleração contemporânea

Acelerações são momentos culminantes na História, como se abrigassem forças concentradas, explodindo para criarem o novo. A marcha do tempo, de que falava Michelet no prefácio à sua *História do Século 19, é* marcada por essas grandes perturbações aparentemente sem sentido. Daí, a cada época, malgrado' a certeza de que se atingiu um patamar definitivo, as reações de admiração ou do medo diante do inusitado e a dificuldade para entender os novos esquemas e para encontrar um novo sistema de conceitos que expressem a nova ordem de gestação.

A aceleração contemporânea não escapa a esse fato. Ela é tanto mais suscetível de ser um objeto da construção de metáforas porque, para repetir Jacques Attali, vivemos plenamente a época dos signos, após havermos vivido o tempo dos deuses, o tempo do corpo e o tempo das máquinas. Os símbolos baralham, porque tomam o lugar das coisas verdadeiras.

A primeira tentação é a de, outra vez, nos tornarmos, como na aceleração precedente, adoradores, dubitativos ou firmes, da velocidade. Esta última espantou os que viram surgir a estrada de ferro e o navio a vapor e, depois, viveram o fim do século 19 e o já longínquo começo do século 20, com a invenção e a difusão do automóvel, do avião, do telégrafo sem fio e do cabo submarino, do telefone e do rádio.

Mas, por que limitar a aceleração à velocidade *stricto sensu?* A aceleração contemporânea impôs novos ritmos ao deslocamento dos corpos e ao transporte das ideias, mas, também, acrescentou novos itens à história. Junto com uma nova evolução das potências e dos rendimentos, com o uso de novos materiais e de novas formas de energia, o domínio mais completo do espectro eletromagnético, a expansão demográfica (a população mundial triplica entre 1650 e 1900, e triplica de novo entre 1900 e 1984), a explosão urbana e a explosão do consumo, o crescimento exponencial do número de objetos e do arsenal de palavras.

Mas, sobretudo, causa próxima ou 'remota de tudo isso, a evolução do conhecimento, maravilha do nosso tempo que ilumina ou ensombrece todas as facetas do acontecer.

A aceleração contemporânea é, por isso mesmo, um resultado também da banalização da invenção, do perecimento prematuro dos engenhos e de sua sucessão alucinante. São, na verdade, acelerações superpostas, concomitantes, as que hoje assistimos. Daí a sensação de um presente que foge.

Esse efêmero não é uma criação exclusiva da velocidade, mas de outra vertigem, trazida com o império da imagem e a forma como, através da engenharia das comunicações, ao serviço da mídia, ela é engendrada, um arranjo deliberadamente destinado a impedir que se imponham a ideia de duração e a lógica da sucessão.

Este tempo de paradoxos altera a percepção da História e desorienta os espíritos, abrindo terreno para o reino da metáfora de que hoje se valem os discursos recentes sobre o Tempo e o Espaço.

Falta, certamente, agora, aceitar o desafio conceituai. A aceleração contemporânea tem de ser vista como um momento coerente da História. Para entendê-la, é necessário e urgente reconstruir, no espírito, os elementos que formam a nossa época e a distinguem de outras.

Tempo-Mundo, Espaço-Mundo

Pode-se imaginar um Tempo-Mundo cujo outro seria um Espaço-Mundo? Um Espaço-Mundo resultante do desdobramento do Tempo-Mundo?

Para isso, seria necessário que esse Tempo-Mundo realmente existisse. E o Mundo também. Ora, nós sabemos que o Mundo só o é para os outros, mas não para ele próprio, pois só existe como latência.

Há, hoje, um relógio mundial, fruto do progresso técnico, mas o Tempo-Mundo éjtbstrato, exceto como Relação.

Temos, sem dúvida, um tempo universal, tempo despótico, instrumento de medida hegemónico, que comanda o tempo dos outros. Esse tempo despótico é responsável por temporalidades hierárquicas, conflitantes, mas convergentes. Nesse sentido todos os tempos são globais, mas não há um tempo mundial.

O espaço se globaliza, mas não é mundial como um todo, senão como metáfora. Todos os lugares são mundiais, mas não há espaço mundial. Quem se globaliza, mesmo, são as pessoas e os lugares.

O que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não hegemónicas, ou hegemonizadas. As primeiras são o vetor da ação dos agentes hegemônicos da economia, da política e da cultura, da socie dade enfim. Os outros agentes sociais, hegemonizados pêlos primeiros, devem contentar-se de tempos mais lentos.

Quanto ao espaço, ele também se adapta à nova era. Atualizar-se é sinônimo de adotar os componentes que fazem de uma determinada fração do território o *locus* de atividades de produção e de troca de alto nível e por isso consideradas mundiais. Esses lugares são espaços hegemónicos, onde se instalam as forças que regulam a ação em outros lugares.

Tecnoesfera e psicoesfera

Assim refeito, o espaço pode ser entrevisto através da tecnoesfera e da psicoesfera que, juntas, formam o meio técnico-científico.

A tecnoesfera é o resultado da crescente artifi-cialização do meio ambiente. A esfera natural é crescentemente substituída por uma esfera técnica, na cidade e no campo.

A psicoesfera é o resultado das crenças, desejos, vontades e hábitos que inspiram comportamentos filosóficos e práticos, as relações interpessoais e a comunhão com o Universo.

Ambos são frutos do artifício e desse modo subordinados à lei dos que impõem as mudanças.

O meio geográfico, que já foi "meio natural" e "meio técnico" é, hoje, tendencialmente, um "meio técnico-científico". Esse meio técnico-científico é muito mais presente como psicoesfera que como tecnoesfera.

Vejamos o caso do Brasil. Como tecnoesfera, o meio técnico-científico se dá como fenómeno contínuo na maior parte do Sudeste e do Sul, desbordando para grande parte do Mato Grosso do Sul. Como psicoesfera, ele é o domínio do país inteiro. Ambos esses fatos têm profundas repercussões na prática económica, e nos comportamentos sociais e políticos, constituindo uma base nova para o entendimento do processo de regionalização do país.

Podemos, igualmente, propor uma outra forma de regionalizar, a partir da noção de racionalidade. Hoje, graças aos (progressos técnicos e à aceleração contemporânea) os espaços nacionais podem, também, grosseiramente, dividir-se em, de um lado, os espaços da racionalidade e, de outro lado, outros espaços. É evidente que, como sempre, situações intermediárias são muito numerosas. O caminho secular que conduziu a sociedade humana à necessidade cotidiana de medida, padronização, ordem e racionalização, hoje não é mais exclusivo da esfera da ação estudada por cientistas sociais não geógrafos. Hoje, o próprio espaço, o meio técnico-científico, apresenta-se com idêntico conteúdo de racionalidade, graças à intencionalidade na escolha dos seus. objetos, cuja localização, mais do que antes, é funcional aos desígnios dos atores sociais capazes de uma ação racional. Essa matematização do espaço o torna propício a uma matematização da vida social, conforme aos interesses hegemónicos. Assim se instalam, ao mesmo tempo, não só as condições do maior lucro possível para os mais fortes, mas, também, as condições para a maior alienação possível, para todos. Através do espaço, a mundialização, em sua forma perversa, empobrece e aleija.

Racionalidade, fluidez, competitividade

Nesses espaços da racionalidade, o mercado é tornado tirânico e o Estado tende a ser impotente. Tudo é disposto para que os fluxos hegemônicos. Corram livremente, destruindo e subordinando os demais fluxos. Por isso, também, o Estado deve ser enfraquecido, para deixar campo livre (e desimpedido) à ação soberana do mercado.

Não é à toa que as palavras de ordem do presente período são a fluidez e a competitividade, estimuladas de fora das sociedades implicadas e instaladas pela sedução das teorias ou pela violência da moeda.

A exigência de fluidez manda baixar fronteiras, melhorar os transportes e comunicações, eliminar os obstáculos à circulação do dinheiro (ainda que a das mercadorias possam ficar para depois), suprimir as ru-

gosidades hostis ao galope do capital hegemónico (transformação dos "ejidos" no México, ou dos latifúndios no Brasil, ambos condenados pelas grandes organizações mundiais financeiras).

A fluidez é a condição, mas a ação hegemónica se baseia na competitividade.\Essa ideia já surge "com o seu evangelho, seus evangelistas e, também, sua igreja". Essa nova Bíblia é a WCI, isto é, *Word Competi-tiveness Index,* produzido pelo World Economic Fórum, com a ajuda do Institute for Management Fórum, de Lausanne. Esse índice cobre 34 países e, explorando 130 critérios, mede a competitividade das empresas e do entorno competitivo (R. Petrella, 1991, p. 32).

Mais perto de nós, as cidades internacionais começam também a ser alinhadas segundo critérios criados para julgar de sua capacidade para competir com as demais, pela atração de atividades consideradas interessantes segundo empresários mais agressivos.

Sem a aceleração contemporânea, a competitividade que permeia o discurso e a ação dos governos e das grandes empresas não seria possível, nem seria viável sem os progressos técnicos recentes e sem a correspondente fluidez do espaço.

Nos tempos presentes, a competitividade toma como discurso o lugar que, no início do século, ocupava o Progresso e, no após-guerra, o Desenvolvimento. Antes, porém, o debate era filosófico, teleológico. A noção de progresso, lembra Daniel Halevy, comportava também a ideia de progresso moral.

O debate sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento tinha um forte acento moral. A proposta do Padre Lebret para a fundação de um desenvolvimento humano é um grande exemplo dessa preocupação teleológica.

Mas a busca da competitividade, tal como apresentada por seus defensores — governantes, homens de negócio, funcionários internacionais — parece bastar-se a si mesma, não necessita de qualquer justificativa ética, como, aliás, qualquer outra forma de violência. A competitividade é um outro nome para a guerra, desta vez uma guerra planetária, conduzida, na prática, pelas multinacionais, as chancelarias, a burocracia internacional, e com o apoio, às vezes ostensivo, de intelectuais de dentro e de fora da Universidade.

Como podemos, mesmo assim, admirar-nos de que, aqui e ali, estourem guerras e corra o sangue, já que a Nova Ordem Mundial que se constrói é baseada numa competitividade sem limites morais?

Globalização e fragmentação

As tentativas de construção de um mundo só sempre conduziram a conflitos, porque se tem buscado unificar e não unir.

Uma coisa é um sistema de relações, em benefício do maior' número, baseado nas possibilidades reais de um momento histórico; outra coisa é um sistema de relações hierárquico, construído para perpetuar um sub sistema de dominação sobre outros subsistemas, em benefício de alguns. É esta última coisa o que existe.

Hoje, o que é federativo no nível mundial não é uma vontade de liberdade, mas de dominação, não é o desejo de cooperação mas de competição, tudo isso exigindo um rígido esquema de organização que atravessa todos os rincões da vida humana. Com tais desígnios, o que globaliza falsifica, corrompe, desequilibra, destrói.

A dimensão mundial é o mercado. A dimensão mundial são as organizações ditas mundiais: instituições supranacionais, organizações internacionais, universidades mundiais, igrejas dissolventes, o mundo como fábrica de engano.

Quando o Mundo assim feito está em toda parte, o embate ancestral entre a necessidade e a liberdade dá-se pela luta entre uma organização coercitiva e o exercício da espontaneidade. O resultado é a fragmentação.

A dimensão fragmentada é a tribo — união de homens por suas semelhanças — e o lugar — união dos homens pela cooperação na diferença. A grande revolta se dá através do espaço, do lugar, ali onde a tribo descobre que não é isolada, nem pode estar só. Esse lugar tanto se pode chamar Ngoro Karabad como Los Angeles. O mundo da globalização doentia é contrariado no lugar.

Desse modo, o lugar torna-se o mundo do veraz e da esperança; e o global, mediatizado por uma organização perversa, o lugar da falsidade e do engodo. Se o lugar nos engana, é por conta do mundo. Nestas condições, o que globaliza separa; é o local que permite a união. Defina-se o lugar como a *extensão* do acontecer homogéneo ou do acontecer solidário e que se caracteriza por dois gêneros de constituição: uma é a própria configuração territorial, outra é a norma, a organização, os regimes de regulação. O lugar, a região não mais o fruto de uma solidariedade orgânica, mas de uma solidariedade regulada ou organizacional. Não importa que esta seja efêmera. Os fenômenos não se definem, apenas, pela sua duração, mas também e sobretudo, pela sua estrutura. E, afinal, o que é longo e o que é breve?

É pelo lugar que revemos o Mundo e ajustamos nossa interpretação, pois, nele, o recôndito, o permanente, o real triunfam, afinal, sobre o movimento, o passageiro, o imposto de fora.

O espaço aparece como um substrato que acolhe o novo, mas resiste às mudanças, guardando o vigor da herança material e cultural, a força do que é criado de dentro e resiste, força tranquila que espera, vigilante, a ocasião e a possibilidade de se levantar.

Os velhos cimentos tornam-se novos cimentos: línguas, religiões, culturas, modos de contemplar a Natureza, o Universo, modos de se ver e de ver os outros.

A base das grandes transformações do mapa mundial talvez se encontre nesse tipo de movimento. Da necessidade de um Estado abstraio como referência a si mesmo, chegamos à necessidade de um Estado concreto, reconciliado com as verdades profundas dos povos. Para Edgar Morin (1965, p. 73), teríamos chegado à "necessidade da Nação", para ele um "fenômeno ainda obscuro".

Mas o que é, hoje, a Nação? a reconstituição de antigas lealdades ou de atributos herdados? Será a cidade uma Nação?

Das nações que vêm do Passado, sabemos algo. Elas freqüentemente se confundem com um pedaço de território.

Das que se constituem diante de nossos olhos, o que sabemos? Serão, em terra estranha, o rearranjo e a reconstituição de antigas lealdades ou de atributos herdados? Será a cidade uma Nação?

Seja o que for, parece entretanto que a base da ação reativa é o espaço compartilhado no cotidiano.

Essas questões também levantam a questão da escala da ação eficaz baseada no espaço.

A pergunta, aliás, pode ser ainda mais atrevida e mais simples: onde a escala?

Cresce o divórcio entre a sede última da ação e o seu resultado. Nessas condições, a escala pode até existir. Mas nada tem a ver com o tamanho (a velha preocupação com as distâncias) nem com as contigüi-dades impostas por uma organização. Escala é tempo.

A quinta dimensão do espaço: o cotidiano

O espaço ganhou uma nova dimensão: a espessura, a profundidade do acontecer, graças ao número e diversidade enormes dos objetos, isto *é,* fixos, de que, hoje, é formado e ao número exponencial de ações, isto é, fluxos, que o atravessam. Essa é uma nova di-, mensão do espaço, uma verdadeira quinta dimensão.

O tempo do cotidiano compartilhado é um tempo plural, o tempo dentro do tempo. Hoje isso não é apenas o fato da cidade, mas também do campo.

Em termos analíticos, a espacialização chama-se temporalização prática, pois todos os atores estão incluídos através do *espaço banal,* que leva consigo todas as dimensões do acontecer. Ora, o acontecer é balizado pelo lugar e, nesse sentido, é que se pode dizer que o tempo é determinado pelo espaço.

O cotidiano é essa quinta dimensão do espaço e por isso deve ser objeto de interesse dos geógrafos, a quem cabe forjar os instrumentos correspondentes de análise.

Na verdade, o tempo e o espaço não se tornaram vazios ou fantasmagóricos como pensou A. Giddens, mas, ao contrário, por meio do lugar e do cotidiano, o tempo e o espaço, que contêm a variedade das coisas e das ações, também incluem a multiplicidade infinita de perspectivas. Basta não considerar o espaço como simples materialidade, isto é, o domínio da necessidade, mas como teatro obrigatório da ação, isto é, o domínio da liberdade.

A vida não é um produto da Técnica mas da Política, a ação que dá sentido à materialidade.

Marcuse já dizia em 1970 (p. 62) em suas *Cinco Conferências:* "hoje temos a capacidade de transformar o mundo em um inferno e estamos em caminho de fazê-lo. Mas também temos a capacidade de fazer exatamente o contrário".

Nunca o espaço do homem foi tão importante para o destino da História. Se, como diz Sartre, "compreender é mudar", fazer um passo adiante e "ir além de mim mesmo", uma geografia re-fundada, inspirada nas realidades do presente, pode ser um instrumento eficaz, teórico e prático, para a re-fundação do Planeta.

Bibliografia

Attali, Jacques. *Histoires du temps.* Fayard, Paris, 1982.

Giddens, A. *As consequências da Modernidade.* (1990), Editora da UNESP, S. P., 1991.

Marcuse, C. H. *Five Conferences.* Beacon Press, Boston, 1970.

Morin, Edgar. *L''introduction à Ia politique de 1'liomme.* Éd. Seuil, Paris, 1965.

Petrella, Riccardo. "L'évangile de Ia competitivité". *Lê Monde Diplomatique,* set,, 1991, p. 32.

3

TEMPO E ESPAÇO-MUNDO

OU, APENAS, TEMPO E ESPAÇO HEGEMÔNICOS?

Muitos estudiosos, generalistas e especialistas, têm dado uma parcela talvez exagerada do seu talento a uma discussão sobre a pós-modernidade. Como esse debate tem sido muito mais adjetivo do que substantivo, isso raramente permite avançar na reconstrução da epistemologia de cada disciplina e, por conseguinte, no entendimento do inundo.

Vemos com frequência entre os geógrafos a repetição de ideias como a de P.,Virilio (1984), para quem o espaço terminou, e só existe o tempo. Que fazer com essa metáfora, na medida em que nossa matéria-prima é o espaço banal e este não se extinguiu com a aceleração contemporânea, mas apenas mudou de qualidade?

Vivendo a era do paradoxo, este foi incorporado ao discurso mas raramente à construção epistemológica, mesmo para os que se acostumaram a trabalhar com a velha dialética. Hoje, o mesmo impulso vital gera não apenas contradições internas dentro de um processo, como cria processos aparentemente antagónicos, paradoxais. A verdade do impulso vital está igualmente presente nos dados e aspectos aparentemente excludentes. À mingua de explicações simples, a imaginação às vezes se encolhe. Daí a atração pelas metáforas. Mas a emergência destas não deve decretar a morte dos conceitos, mas, pelo contrário, exige realçar a tarefa de separar metáfora e conceito, no entendimento do acontecer atual.

Espaço-Mundo, Tempo-Mundo

Anthony Giddens (1991) escreveu recentemente que vivemos a época do tempo vazio e do espaço vazio. Preferimos pensar que não é exatamente disso que se trata, mas, ao contrário-, de um momento da história no qual chegamos à possibilidade de uma noção concreta de espaço-mundo e de tempo-mundo, um tempo cheio e um espaço cheio, uma totalidade empírica (Santos, 1991).

Comecemos por fixar rapidamente os conceitos. Por *tempo,* vamos entender grosseiramente o transcurso, a sucessão dos eventos e sua trama. Por *espaço* vamos entender o meio, o lugar material da possibilidade dos eventos. E por *inundo* entendamos a soma, que é também síntese, de eventos e lugares. A cada momento, mudam juntos o tempo, o espaço e o mundo. De tal modo, nossa grande tarefa é a de apreender e definir o Presente, segundo essa ótica. No seu último livro, Regis Debray (1991) põe em paralelo a preocupação com a mídia e com o espaço, o trabalho dos midiólogos e dos geógrafos. O espaço é mídia nos dois sentidos. Ele é *linguagem* e também é o *meio* onde a vida é tornada possível. A percepção pela sociedade e pelo indivíduo do que é esse espaço, depende da forma de sua histori-cização e esta resulta em grande parte dos progressos nos transportes e nas comunicações, na construção do tempo social. Isso também está apontado no livro recente de Renato Ortiz (1991) onde o capítulo sobre o espaço-tempo é fortemente baseado na percepção da mudança nos meios de vencer a distância pêlos objetos (transportes) e pelas ideias (comunicações).

Tempo, espaço e inundo são realidades históricas, que devem ser intelectualmente reconstruídas em termos de sistema, isto é, como mutuamente conversíveis, se a nossa preocupação episternológica é totalizadora. Em qualquer momento, o ponto de partida é a sociedade humana realizando-se. Essa realização dá-se sobre uma base material: o espaço e seu uso, o tempo e seu uso; a materialidade e suas diversas formas, as ações e suas diversas feições.

As técnicas e a empiricização do tempo

Assim, empiricizamos o tempo tornando-o material, e desse modo o assimilamos ao espaço, que não existe sem a materialidade. A *técnica* entra aqui como um traço-de-união, historicamente e epistemologicamente.

As técnicas, de um lado, nos dão a possibilidade de empiricização do tempo e, de outro lado, a possibilidade de uma qualificação precisa da materialidade sobre a qual as sociedades humanas trabalham. Então, essa empiricização pode ser a base de uma sistematização, solidária com as características de cada época. Ao longo da história, as técnicas se dão como sistemas, diferentemente caracterizados. Os sistemas técnicos criados recentemente se tornaram mundiais, mesmo que sua distribuição geográfica seja, como antes, irregular e o seu uso social seja, como antes, hierárquico. Mas, pela primeira vez na história do homem, nos defrontamos com um único sistema técnico, presente no Leste e no Oeste, no Norte e no Sul, superpondo-se aos sistemas técnicos precedentes, como um sistema técnico hegemónico, utilizado pêlos atores hegemónicos da economia, da cultura, da

política (Santos, 1990). Esse é um dado essencial do processo de globalização, processo que não seria possível se essa unicidade não houvesse.

É assim que no mundo de hoje alcançamos uma mudança extrema em nossa relação com a natureza. No começo da história humana, a natureza era unificada através de forças telúricas, como, por exemplo, o clima, que não pode ser entendido sem sua base mundial (C. A. F. Monteiro, 1991). Hoje, o princípio unU tário do mundo é a sociedade mundial. Então chegamos a essa ideia de mundo-mundo, de uma verdadeira globalização da Terra, exatamente a partir dessa comunidade mundial, impossível sem a mencionada unicidade das técnicas, que levou à unificação do espaço em termos globais e à unificação do tempo em termos glor» bais. O espaço é tornado único, à medida que os lugares se globalizam. Cada lugar, não importa onde se encontre, revela o mundo (no que ele é, mas também naquilo que ele não é), já que todos os lugares são suscetíveis de intercomunicação.

Maravilha das técnicas do nosso tempo, todos os lugares se unem porque os momentos afinal convergiram. A história do homem é, durante milénios, a história dos momentos divergentes, a soma de aconteceres dispersos, disparatados, desconexos. Já a história do homem da nossa geração é aquela onde os momentos convergiram, o acontecer de qualquer lugar podendo ser imediatamente comunicado a qualquer outro. Essa unificação do espaço em escala global (M. F. Durand, J. Levy e D. Retaillé, 1992) tem como réplica a unificação do tempo. Mas o tempo é também unificado pela generalização de necessidades fundamentais à vida do homem, de gostos e desejos, tornados comuns em escala do mundo (O. lanni, 1992). Se o universo é definido como um conjunto de possibilidades, estas pertencem ao mundo todo e são teoricamente alcançáveis em qualquer lugar, desde que as condições estejam presentes. O lugar é o encontro entre *possibilidades* latentes e *oportunidades* preexistentes ou criadas. Estas limitam a concretização das ocasiões.

Ciência, tecnologia e informação são a base técnica da vida social atual — e desse modo devem participar das construções epistemológicas renovadoras das disciplinas históricas. Mas não podemos esquecer de que vivemos em um mundo extremamente hierarquizado.

Temos de um lado um novo sistema técnico hegemónico, e, de outro, um novo sistema social hegemónico, cujo ápice é ocupado pelas instituições supranacionais, empresas multinacionais e Estados, que comandam objetos mundializados e relações sociais mundializadas. O resultado, no que toca ao espaço, é a criação do que chamamos *meio técnico-científico* e a imposição de novo sistema da natureza (Santos, 1988).

O meio técnico-científico-informacional

O meio de vida do homem, seu entorno, não é mais o que, há alguns decénios ainda, geógrafos, sociólogos e historiadores chamaram de meio técnico. O meio técnico-científico-informacional é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação (veja Capítulo 4).

Paralelamente, se instala um novo sistema de natureza (Santos, 1992). Nesse mundo, a primeira natureza que conta não é mais a natureza natural, mas, sim, a natureza já artificializada. A produção depende do artifício,

subordinando-se aos determinismos do artificio. A produção já não é mais definida como trabalho intelectual sobre a natureza natural, mas como trabalho intelectual vivo sobre o trabalho intelectual morto, natureza artificial. Se isso já constituía, desde alguns séculos, o fato da cidade hoje é, também, o fato do campo. Ciência, tecnologia e informação fazem parte dos afazeres cotidianos do campo modernizado, através das sementes especializadas, da correção e fertilização do solo, da proteção às plantas pêlos inseticidas, da su-perimposição de um calendário agrícola inteiramente novo, fundado na informação, o que leva para as cidades médias do interior um coeficiente de modernidade. Não raro, maior que o da metrópole.

O meio técnico-científico-informacional é a nova cara do espaço e do tempo. É aí que se instalam as atividades hegemónicas, aquelas que têm relações mais longínquas e participam do comércio internacional, fazendo com que determinados lugares se tornem mundiais.

Tempo mundial ou tempo hegemónico?

Nesse mundo assim refeito, pode-se falar env-tempos hegemónicos e em tempos não hegemónicos. O tempo hegemónico é o da ação e dos atores hegemónicos e o tempo não hegemónico é o da ação e dos atores não hegemónicos. A ideia de tempos hegemônicos supõe também a ideia de tempos hegemonizados. Vejamos um exemplo. Pode-se falar de um tempo único da cidade, ou de um tempo único regional, como se falaria de um tempo universal único? Grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos. O território é na verdade uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos. As diversas estradas, ruas, logradouros, não são percorridos igualmente por todos. Os ritmos de cada qual empresas ou pessoas — não são os mesmos. Talvez fosse mais correio utilizar aqui a expressão *temporalidade* em vez da palavra *tempo.*

O que chamamos de tempo universal é esse tempo abrangente dos outros tempos, que valoriza diferentemente o espaço banal, segundo a força dos agentes da economia, da sociedade, da política, da cultura.

Esses tempos hegemônicos são, de um modo geral, o tempo das grandes organizações e o tempo dos Estados. Em sua busca de harmonização, há um conflito permanente entre o tempo hegemónico das grandes organizações e o tempo hegemónico dos Estados, e, em sua permanente dialética, há o conflito dos tempos dos atores hegemónicos e dos atores não hegemónicos ou hegemonizados. É assim que se definem, a partir do uso do espaço e do tempo, os cotidianos tão diversos...

Criam-se, também assim$_f$ espaços da hegemonia, áreas prenhes de ciência, tecnologia e informação, onde a carga de racionalidade é maior, atraindo ações racionais de interesse global. Chegamos, assim, a um momento da história no qual o processo de racionalização da sociedade atinge o próprio território e este passa a ser um instrumento fundamental da racionalidade social, ísso é extremamente importante para entender como esses espaços hegemónicos se instalam no processo de globalização, como o lugar da produção e das trocas de interesse mundial no nível mais alto, lugares em que exerce um tempo mundial e onde se instalam as forças

reguladoras da ação nos demais lugares. É assim que os lugares diversos e os tempos diversos se unem, hierarquicamente, no que, paradigmaticamente, pode ser chamado de um espaço mundial e um tempo mundial. Estes são, sem qualquer dúvida, realidades epistemológicas, mas alguém já os encontrou na experiência empírica?

Poderíamos, aliás, nos exprimir de forma diferente. Os lugares, hoje, se diferenciam e hierarquizam exatamente porque são todos mundiais. Os tempos também (as temporalidades hierárquicas e as temporalidades subalternas). O chamado espaço mundial é dado pelas relações assim tecidas entre todos os lugares. E o chamado tempo mundial é dado pelas possibilidades mundiais concretamente existentes e pelas possibilidades mundiais efetivamente utilizadas pêlos atores hegemónicos. Os demais tempos são subalternos. E essa a base empírica da construção teórica de um tempo e um espaço mundializados, sem a qual cada porção do acontecer não é inteligível.

Bibliografia

Dehray, Regis. *Cours de Médlologie Générale.* Gallimard, Paris, 1991.

Durand, M. R, J. Levy, D. Retaillé. *Lê Monde, Espaces et Systèmes.* Presses de Ia Fondation Nationale dês Sciences Politiques et Edit. Dalloz, Paris, 1992.

Giddens, Anthony. *As consequências da Modernidade.* (1990), Editora da UNESP, São Paulo, 1991.

lanni, Octávio. *A Sociedade Global.* Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1992.

Monteiro, Carlos Augusto de Figueiredo. *Clima e Excepcionalisino.* Editora da UFSC, Florianópolis, 1991.

Ortiz, Renato. *Cultura e Modernidade.* Brasiliense, São Paulo, 1991.

Santos, Milton. "Réflexions sur lê role de Ia géographie dans Ia période technico-scientifique", *Cahiers de Géographie du Québec* 32(87) déc. 1988, pp. 313-319.

Santos, Milton. "O período técnico-científico e os estudos geográficos", *Geografia, Revista do Departamento de Geografia da USP,* n.° 4, 1990, pp. 15-20.

Santos, Milton. *Metamorfoses do Espaço Habitado.* Hucitec, São Paulo, 1991 (2.ª edição).

Santos, Milton. 7992: *A redescoberta da Natureza.* Universidade de São Paulo, Aula Inaugural da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, março de 1992.

Virilio, Paul. *L'Espace Critique.* Christian Bourgeois, São Paulo, 1984.

4

OS ESPAÇOS DA GLOBALIZAÇÃO

A globalização constitui o estádio supremo da internacionalização, a amplificação em "sistema-mundo" de todos os lugares e de todos os indivíduos, embora em graus diversos. Nesse sentido, com a unificação do planeta, a Terra torna-se um só e único "mundo" e assiste-se a uma refundição da "totalidade-terra".

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistémico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea.

O sistema-mundo visto através do espaço geográfico

Como qualquer totalidade, a globalização só se exprime por meio de suas funcionalizações. Uma delas é o espaço geográfico. Este texto se limitará a esse aspecto, partindo do princípio de que um enfoque parcial pode ajudar a compreender o todo.

Como se caracteriza o espaço geográfico nesta fase de globalização?

E necessário talvez, e antes de tudo, explicitar a noção de espaço, de meio. Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana. O espaço seria o conjunto indissociável de sistemas de objetos naturais ou fabricados e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente.

Hoje, objetos culturais tendem a tornar-se cada vez mais técnicos e específicos, e são deliberadamente fabricados e localizados para responder melhor a obje-tivos previamente estabelecidos. Quanto às ações, tendem a ser cada vez mais racionais e ajustadas. Convertidos em objetos geográficos, objetos técnicos são tanto mais eficazes quanto melhor se adaptam às ações visadas, sejam elas económicas, políticas ou culturais.

Podem-se examinar as transformações atuais do espaço geográfico — como o fenómeno de globalização que lhe constitui a causa — a partir de três dados constitutivos da época: a unidade técnica, a convergência dos momentos e a unicidade do motor. Esses três dados, a um tempo causas e efeitos uns dos outros, são solidários em escala mundial.

Na aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quantos eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Hoje, observa-se por toda parte, no Norte e no Sul, no Leste e no Oeste, a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização.

A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria entre lugares e acontecimentos uma relação unitária na escala do mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro.

É aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares.

O mundo oferece as possibilidades: e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um "exército de reserva" de lugares, senão da produção raciocinada de um espaço, no qual cada fração do território é chamada a revestir características específicas em função dos ato-res hegemónicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico.

Caracterização dos espaços globais

O processo de globalização acarreta a mundialização do espaço geográfico, cujas principais características são, além de uma tendência à formação de um meio técnico, científico e informacional:

• a transformação dos territórios nacionais em espaços nacionais da economia internacional;

• a exacerbação das especializações produtivas no nível do espaço;

• a concentração da produção em unidades menores, com o aumento da relação entre produto e superfície — por exemplo, na agricultura;

• a aceleração de todas as formas de circulação e seu papel crescente na regulação das atividades localizadas, com o fortalecimento da divisão territorial e da divisão social do trabalho e a dependência deste em relação às formas espaciais e às normas sociais (jurídicas e outras) em todos os escalões;

• a produtividade espacial como dado na escolha das localizações;

• o recorte horizontal e vertical dos territórios;

• o papel da organização e o dos processos de regulação na constituição das regiões;

• a tensão crescente entre localidade e globalidade à proporção que avança o processo de globalização.

O meio científico-técnico-informacional

O meio geográfico em via de constituição (ou de reconstituição) tem uma substância científico-tecnológico-informacional. Não é nem meio natural, nem meio técnico. A ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientificização e a tecnicização da paisagem. É, também, a informatização, ou, antes, a informacionalização do espaço. A informação tanto está presente nas coisas como é necessária à ação realizada sobre essas coisas. Os espaços assim requalificados atendem

sobretudo a interesses dos atores hegemónicos da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente às correntes de globalização.

Atualmente, apesar de uma difusão mais rápida e mais extensa do que nas épocas precedentes, as novas variáveis não se distribuem de maneira uniforme na escala do planeta. A geografia assim recriada é, ainda, desigualitária. São desigualdades de um tipo novo, já por sua constituição, já por seus efeitos sobre os processos produtivos e sociais.

Do ponto de vista da composição quantitativa e qualitativa dos subespaços (aportes da ciência, da tec-nologia e da informação), haveria áreas de densidade (zonas "luminosas"), áreas praticamente vazias (zonas "opacas") e uma infinidade de situações intermediárias estando cada combinação à altura de suportar as diferentes modalidades do funcionamento das sociedades em questão.

Esse meio técnico, científico e informacional está presente em toda a parte, mas suas dimensões variam de acordo com continentes, países, regiões: superfícies contínuas, zonas mais ou menos vastas, simples pontos.

É nesse meio que se vêm implantar, no campo como na cidade, as produções materiais ou imateriais características da época. Em uma frase poderíamos dizer que as ações hegemónicas se estabelecem e se realizam por intermédio de objetos hegemónicos. Como num sistema de sistemas, o resto do espaço e o resto das ações são chamados a colaborar. Cada combinação tem sua própria lógica e autoriza formas de ações específicas aos agentes económicos e sociais.

Esses novos subespaços são, pois, mais ou menos capazes de rentabilizar uma produção. Podemos falar de produtividade espacial, noção que se aplica a um lugar, mas em função de uma atividade ou conjunto de ativi-dades. Essa categoria se refere mais ao espaço produtivo que ao produzido. Sem minimizar a importância das condições naturais, são as condições artificialmente criadas que sobressaem, enquanto expressão dos processos técnicos e dos marcos espaciais da informação.

Estaríamos diante de um determinismo de um tipo novo, de um neodeterminismo do espaço artificial, e isso tanto mais quanto a produção considerada é moderna.

Nessas condições, e como resultado da globalização, o próprio espaço se converte num dado da regulação, seja pela horizontalidade (o processo direto da produção), seja pela verticalidade (os processos de circulação). Haveria espaços mais ou menos reativos, mais ou menos dóceis às outras formas de regulação. Estes seriam os "espaços da racionalidade", cuja constituição é mais marcada pela ciên cia, pela tecnologia e pela informação, espaços mais abertos à realização da racionalidade dos diversos atores.

Estrutura e funcionamento dos espaços da mundialização

Considerado um todo, o espaço é o teatro de fluxos com diferentes níveis, imensidades e orientações. Há fluxos hegemónicos e fluxos hegemonizados, fluxos mais rápidos e eficazes e fluxos mais lentos. O espaço global

é formado de todos os objetos e fluxos. A escala dos fluxos materiais e imateriais é tanto mais elevada quanto seus objetos dão prova de maior inovação.

O que tantas vezes se denomina espaço de fluxos não passaria de subsistema do espaço global, subsistema de objetos dotados de nível superior de tecnicidade e de ações marcadas por nível superior de intencionalidade e racionalidade. Estes (objetos e ações) seriam mais moldados pela informação do que nos outros subsistemas.

Nesse sentido, o espaço global seria formado de redes desiguais que, emaranhadas em diferentes escalas e níveis, se sobrepõem e são prolongadas por outras, de características diferentes, desembocando em magmas resistentes à "resificação". O todo constituiria o espaço banal, isto é, o espaço de todos os homens, de todas as firmas, de todas as organizações, de todas as ações — numa palavra, o espaço geográfico. Mas só os atores hegemónicos se servem de todas as redes e utilizam todos os territórios. Eis por que os territórios nacionais se transformam num espaço nacional da economia internacional e os sistemas de engenharia criados em cada país podem ser mais bem utilizados por firmas transnacionais do que pela própria sociedade nacional.

As possibilidades técnicas e organizacionais de transferir à distância produtos e ordens determinam especializações produtivas solidárias no nível mundial. Alguns lugares tendem a tornar-se especializados, no campo como na cidade, e essa especialização se deve mais às condições técnicas e sociais que aos recursos naturais. O papel da informação é crucial.

Como se produzem cada vez mais valores de troca, a especialização não tarda a ser seguida pela necessidade de circulação. O papel desta, na transformação da produção e do espaço, torna-se fundamental. Os fluxos de informação são responsáveis pelas novas hierarquias e polarizações e substituem os fluxos de matéria como organizadores dos sistemas urbanos e da dinâmica espacial.

A importância do movimento e o relativo desaparecimento das distâncias (para os condutores de fluxos dominantes) permitiram a alguns acreditar na homogeneização do espaço. Na verdade, porém, o espaço torna-se mais diversificado e heterogéneo, e à divisão tradicional em regiões se acrescenta uma outra, produzida pêlos vetores da modernidade e da regulação. *Horizontalida-des* e *verticalidades* se criam paralelamente. As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos, isto é, do cotidiano de todos (indivíduos, coletividades, firmas, instituições). São cimentadas pela similitude das ações (atividades agrícolas modernas, certas atividades urbanas) ou por sua associação e complementaridade (vida urbana, relações cidade-campo). As verticalidades agrupam áreas ou pontos, ao serviço de atores hegemónicos não raro distantes. São os vetores da integração hierárquica regulada, doravante necessária em todos os lugares da produção globalizada e controlada à distância. A dissociação geográfica entre produção, controle e consumo ocasiona a separação entre a escala da ação e a do ator. Esta é com frequência o mundo, transportado aos lugares pelas firmas transnacionais.

O espaço geográfico, banal em qualquer escala agrupa horizontalidades e verticalidades. Assim, o que ainda se pode denominar região — espaço das horizontalidades — deve sua constituição não mais à solidariedade orgânica criada no local, mas a uma solidariedade organizacional literalmente teleguiada e facilmente reconsiderada.

A dinâmica dos espaços da globalização supõe adaptação permanente das formas e das normas. As formas geográficas, isto é, objetos técnicos requeridos para otimizar ürfta produção, só autorizam essa otimi-zação ao preço do estabelecimento e aplicação de normas jurídicas, financeiras e outras, adaptadas às rié-cessidades do mercado. Essas normas são criadas em diversos níveis geográficos e políticos, mas, dada a competitividade mundial, as normas globais, induzidas por organismos supranacionais e pelo mercado, tendem a configurar as outras. Uma vez mais, todos os subespaços mostram essa presença simultânea de horizontalidades e verticalidades.

As horizontalidades são o domínio de um cotidia-no territorialmente partilhado com tendência a criar suas próprias normas, fundadas na similitude ou na complementaridade das produções e no exercício de uma existência solidária. Nesses subespaços, e graças a essa solidariedade, consciente ou não, há um aumento da produtividade económica, mas também da produtividade política, alimentadas pela informação.

A horizontalidade, enquanto conjunto de lugares contíguos, é o substrato dos processos da produção pro-priamente dita, da divisão territorial do trabalho, ao passo que a verticalidade se associa aos processos da cooperação, cuja escala geográfica não raro ultrapassa a do processo direto da produção.

Em relação às horizontalidades, o vetor da verti calização é um elemento perturbador, já que implica uma necessidade de mudança. Assim, regulação e tensão se tornam indissociáveis em cada lugar. Quanto mais a globalização se aprofunda, impondo regulações verticais novas a regulações horizontais preexistentes, tanto mais forte é a tensão entre globalidade e localidade, entre o mundo e o lugar. Mas, quanto mais o mundo se afirma no lugar, tanto mais este último se torna único.

Principais tendências dos anos 90

Na hora atual, e para a maior parte da humanidade, a globalização é sobretudo fábula e perversidade: fábula, porque os gigantescos recursos de uma informação globalizada são utilizados mais para confundir do que para esclarecer: a transferência não passa de uma promessa. Como as notícias decorrem da interpretação, e não da leitura dos acontecimentos, os relatos podem ser ao mesmo tempo grandes e mesquinhos. A imprecisão que daí resulta impede muitas vezes que se encontrem as orientações necessárias. Perversidade, porque as formas concretas dominantes de realização da globalidade são o vício, a violência, o empobrecimento material, cultural e moral, possibilitados pelo discurso e pela prática da competitividade em todos os níveis. O que se tem buscado não é a união, mas antes a unificação.

Se retomarmos os elementos de base da nossa análise, o sistema-mundo tenderia antes a ampliar-se e a ganhar terreno, agravando as contradições já presentes. O atual sistema técnico dominante torna-se invasor quando não consegue exercer sua tendência ao auto-crescimento: é desse modo que ele procura impor sua lei aos sistemas técnicos vizinhos. As crescentes necessidades de informação levam a uma maior convergência dos momentos, aumentando a distância entre a temporalidade dos diversos agentes. A unicidade do motor a serviço das firmas mundiais se vê, assim, reforçada.

Desse modo, embora os novos suportes materiais da vida tendam universalmente a se estabelecer em toda parte, sua utilização criará situações diferentes ou mesmo divergentes. O processo de refundição das regionalizações seguirá seu curso, tendo em conta os dados mundiais e os dados locais, criando ou recriando novas desigualdades.

Em que medida cada sociedade local poderá incorporar os vetores verticais sem recusar sua participação no mundo e sem comprometer a realização de seu próprio *telos?* Tal é a verdadeira questão moral e política colocada pelo processo e pelas realidades da globalização. Como os diversos subespaços são chamados a participar de trocas no nível mundial, o mapa do mundo está à procura de um equilíbrio e de uma divisão que, em cada caso, leve em conta ao mesmo tempo as aspirações das coletividades e sua necessidade de participar da vida mundial.

Unificação? Fracionamento? Qualquer que seja'a situação, esses dois modelos estão simultaneamente presentes, conquanto suas manifestações possam ser diversas. Trata-se de perguntar qual será dominante em tal ou tal contexto geográfico?

Um fato, todavia, parece certo: o processo de unificação se faz por intermédio do que se chama de redes. Seria, portanto, pela unificação que adviria o fracionamento. As redes são vetores de modernidade e também de entropia. Mundiais, veiculam um princípio de ordem, uma regulação a serviço dos atores hegemónicos na escala planetária. Locais, essas mesmas redes são portadoras de desordem. A informação especializada e específica que elas transmitem serve à afirmação local dos atores hegemónicos. Se, para estes, ela é negentrópica, para os demais atores é entrópica.

O movimento é criador de diversificação, e a aceleração atual agrava essa tendência. A diversificação pode, pois, contribuir para a unidade ou somente para a unificação.

Dado que nas condições atuais se trata antes de unificação que de união, a resposta à globalização é uma verdadeira fragmentação, uma tendência à explosão.

O termo *crescimento* ainda pode ser utilizado no singular? Isso permitiria supor a existência de parâmetro universal e de vontade de medida universal para as sociedades. A questão se torna moral, suscitando na realidade outra, por sua vez fundamental: afora ideais uni-versalistas e humanistas, pode-se realmente exigir das diferentes sociedades que tenham apenas um *telos?* A menos que se faça tabula rasa dos bens culturais, a busca do mais-ser supõe primordialmente respostas locais.

O universo é, antes de tudo, um conjunto de possibilidades a concretizar, mas isto é sempre feito de maneira incompleta. Na época atual, e como nunca antes na evolução da humanidade, as condições-suporte da história permitem edificar um mundo novo.

Dizer o que vai acontecer é sempre audacioso. No entanto, a partir das perspectivas fornecidas pêlos dados que a ciência e a tecnologia põem à disposição da humanidade, pode-se imaginar que as regulações se abrandarão na escala mundial e que se fortalecerão nos estádios inferiores. Isso permitiria, talvez, que a união prevalecesse sobre a unificação.

A regulação mundial é uma ordem imposta, a serviço de uma racionalidade dominante, mas não forçosamente superior. A questão, para nós, seria descobrir e pôr em prática novas racionalidades em outros níveis e regulações mais consentâneas com a ordem desejada, desejada pêlos homens, lá onde eles vivem.

II

TÉCNICA, ESPAÇO, TEMPO

5

TÉCNICAS, TEMPO, ESPAÇO

Técnicas agrícolas, industriais, comerciais, culturais, políticas, da difusão da informação, dos transportes, das comunicações, da distribuição etc.; técnicas que, aparentes ou não em uma paisagem, são, todavia, um dos dados explicativos do espaço. Tais técnicas não têm a mesma idade e desse modo se pode falar do anacronismo de algumas e do modernismo de outras, como, naturalmente, de situações intermediárias. Essas técnicas se efetivam em relações concretas, relações materiais ou não, que as presidem, o que nos conduz sem dificuldade à noção de modo de produção e de relações de produção.

Em qualquer que seja a fração do espaço, cada variável revela uma técnica ou um conjunto de técnicas particulares. Pode-se, também, dizer que o funcionamento de cada uma dessas variáveis depende, exatamente, dessas técnicas. Tomando como referência a História mundial, cada técnica poderá ser localizada no tempo. Trata-se, também, na verdade, da história dos instrumentos e meios de trabalho postos à disposição do homem. Quando um novo instrumento ou meio ou forma de trabalho torna-se uma forma de ação, constitui-se uma espécie de certidão de nascimento ou data de origem. De tal maneira, seu emprego num determinado lugar — emprego imediato ou posterior — atribui a esse lugar, ao menos para o mencionado instrumento, condições técnicas do momento em que, pela primeira vez, esse instrumento de trabalho se incorporou à História. Mas o tempo do lugar, o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica, tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço.

Por isso, a idade das variáveis presentes em cada lugar termina sendo medida com referência a fatores externos, sobretudo nos países subdesenvolvidos, onde a história da produção é intimamente ligada à criação, nos países do centro, de novas formas de produzir.

Tomadas desse modo, essas variáveis de idades diferentes são na realidade passíveis de quantificação e contabilidade, já que cada qual provoca combinações específicas, de produto: por unidade de tempo, unidade de capital e unidade de trabalho. A combinação, num lugar, de técnicas de idades diferentes, significa, em cada momento histórico, possibilidade local de acumulação ou desacumulação do capital em virtude da rentabilidade diferencial devida aos modos- de produção concretos.

Na verdade, se um instrumento de trabalho, por exemplo uma fábrica, em virtude das suas características técnicas, apenas pode alcançar determinado desempenho (por exemplo, uma certa produção, utilizando uma certa quantidade de energia, capital de giro, mão-de-obra etc.) a idade dos instrumentos de trabalho tem implicações com ó resto da economia (em virtude das possibilidades concretas de relações) e com o emprego (em virtude das

possibilidades concretas de oferta de postos) e assim por diante. Como essas relações presidem à hierarquia entre lugares produtivos, as possibilidades de expansão ou de estancamento diferem para cada lugar. Fique claro que isso não é, apenas, um re sultado do que nesse lugar se produz, mas, e sobretudo, do que é produzido no conjunto dos lugares de um espaço dado. A posição relativa de cada lugar é dada, em grande parte, em função das técnicas de que é portador o respectivo meio de trabalho.

Dessa maneira, a técnica constitui um elemento de explicação da sociedade, e de cada um dos seus lugares geográficos. E evidente que a técnica por si só não explica nada. A quantidade de capital circulante que é afe-tada a uma dada máquina ou conjunto de máquinas, ou a um escritório, ou a outra qualquer forma de atividade humana, não é consequência exclusivamente da estrutura material, nem do arranjo físico de objetos. ;f No plano puramente formal, haveria que levar em conta outros dados, como por exemplo as formas organi-zativas do trabalho, seja no espaço, seja no tempo, seja no domínio das relações entre os agentes. Mas a explicação ainda não se encontra aí. Na realidade, as formas organiza-tivas, assim como as formas de mercadeio, ou ainda as de previsão, são hoje dados essenciais da explicação da rentabilidade das firmas, e todas são dados subordinados ao poder da firma, poder que não é apenas económico, mas também político. O poder económico da firma seria dado exclusivamente pela maior ou menor capacidade de combinar eficazmente os fatores da produção de que dispõe, de um ponto de vista eminentemente técnico, o que concerne a produção imediata. Na verdade, a força da firma vem, hoje, muito mais da sua capacidade de modificar, no momento hábil, regras do jogo económico, em sua própria árcade atividade e em função dos seus interesses emergentes. Referimo-nos, entre outros dados, a sua maior ou menor capacidade de utilização de fatores produtivos que estão fora do âmbito da própria firma, à força de criar, a seu serviço, esses fatores externos decisivos quanto ao montante dos lucros, e à rapidez com que regressam, isto é, à velocidade da acumulação, verdadeiro barómetro das possibilidades de competição e de ampliação do próprio mercado.

O estudo das técnicas ultrapassa, desse modo, largamente, o dado puramente técnico e exige uma incursão bem mais profunda na área das próprias relações sociais. São estas, finalmente, que explicam como, em diferentes lugares, técnicas, ou conjuntos de técnicas semelhantes, atribuem resultados diferentes aos seus portadores, segundo combinações que extrapolam o processo direto da produção e permitem pensar num verdadeiro processo político da produção.

Para que a geografia possa aspirar ao seu reconhecimento como uma filosofia das técnicas, deve levar em consideração as implicações de fatos como esses, aplicando-lhes, como em qualquer outro esforço de natureza filosófica, um sistema de referências cuja base fundamental é a interpretação global do mundo e, por seu intermédio, a interpretação de cada um dos seus aspectos ou partes. Nunca nos devemos esquecer de que o que torna mensuráveis, ou, em todo caso, significativas, as variáveis de análise não é o seu valor absoluto, o que, de resto, aliás, elas não têm. O seu valor é sempre relativo e surge no interior do sistema em que se encontra e em relação com as demais variáveis presentes.

Esse exercício de interpretação deve levar em conta que esse sistema está, em relação com outros situados em escalas superiores e interiores. Esse enfoque sistémico é fundamental. Lembremo-nos, também, de que se limitássemos a pôr lado a lado variáveis da mesma natureza, apenas chegaríamos a relações numéricas desprovidas de significação.

São relações entre variáveis de natureza diferente que permitem aproximação da noção de estrutura. Ora, tanto o espaço global, como cada lugar, são realidades estruturais. As estruturas, além do'movimento que as im pele para as mudanças, dispõem de arranjo material e organização funcional, uma forma de ser e uma de existir.

A noção de idade das variáveis, de quê falamos previamente, inclui duas noções paralelas, a de idade tecnológica e a de idade organizacional.

A noção de idade tecnológica é dada em função da idade das técnicas presentes. A noção de idade organizacional está ligada à forma como são dispostos, em termos de espaço e de tempo, os fatores de trabalho correspondentes aos dados técnicos em questão. A combinação dessas duas idades nos explica, em primeiro lugar, uma certa combinação de capital e de trabalho aplicada ao ato de produzir. Essa noção pode ser concretizada com a ajuda dos conceitos de composição técnica e composição orgânica do capital; em segundo lugar, somos levados a entender como se dá uma determinada combinação de bens e de serviços consumidos. No primeiro caso, estamos tratando essencialmente do fenómeno da produção direta (produção propriamente dita) e no segundo estamos nos referindo sobretudo ao fenómeno do consumo. O primeiro e o segundo aspecto são interligados e isso ajuda a explicar, em cada lugar, a presença de certa combinação de tipos de infra-estruturas.

Nas condições da economia atual, é praticamente inexistente um lugar em que toda a produção local seja localmente consumida ou, vice-versa, em que todo o consumo local é provido por uma produção local.

Desse modo, as infra-estruturas presentes em cada lugar não dependem exclusivamente do tipo e volume da produção, mas também do seu destino, o que obriga a levar em conta os processos da circulação. Em outras palavras, as infra-estruturas presentes em cada lugar encontram, em grande parte, explicação e justificativa fora do lugar. Da mesma maneira, uma vez que o consumo local depende de uma produção distante, a cuja lei se submete, a distribuição dos produtos termina por influir no tipo, na quantidade, forma e disposição'das infra-estruturas correspondentes cuja existência, desse modo, torna-se ali igualmente autônoma, em relação às condições próprias do lugar. As diversas ecologias locais não são unicamente explicáveis por fatores exclusivamente locais.

O espaço total, sobretudo nos países subdesenvolvidos, é pontual e descontínuo. Levando-se em conta um dado ponto no espaço, as variáveis são as-sincrônicas de um ponto de vista genético, seja em comparação com a respectiva idade das variáveis no pólo, seja em relação com outros pontos do espaço. Todavia, em cada lugar o funcionamento das variáveis é sincrônico. Todas as variáveis trabalham juntas, por meio das relações funcionais. Cada lugar é, desse modo, em qualquer momento, um sistema espacial, não importa qual seja a idade dos seus elementos.

Uma vez que o espaço nunca é portador de técnicas da mesma idade ou de variáveis sincrônicas, pode-se dizer que se trata de um espaço assincrônico, ao mesmo tempo revelador e organizador da sincronia. Os elementos do espaço, quando considerados dentro de uma totalidade concreta, um lugar, são vistos como sincrônicos.

Vale a pena, aqui, lembrar, por exemplo, a afirmação de Eugênio Coseriu (1959, p. 154), quando diz que "a língua funciona sincronicamente e se constitui diacronicamente", ou, em outras palavras, que a atual linguagem é

formada de palavras, expressões, frases, que datam de diversos momentos da História e representam, desse modo, formas de ser ou de exprimir diferentemente datadas, o que não impede ao falar de hoje, utilizar, ao mesmo tempo, essas formas de idade tão diversas. A mesma coisa se passa com o espaço do qual um dos componentes, a paisagem, é como um palimpsesto, isto é, o resultado de uma acumulação, na qual algumas construções permanecem intactas ou modificadas, enquanto outras desaparecem para ceder lugar a novas edificações. Através desse processo, o que está diante de nós é sempre uma paisagem e um espaço, da mesma maneira que as transformações de um idioma se fazem por um processo de supressão ou exclusão, onde as substituições correspondem às inovações. Da mesma forma que o sistema linguístico, cada sistema geográfico é sucedido por um outro, o qual recria sua coerência interna, ainda que cada variável isolada experimente um processo de mudança com ritmo próprio.

No sistema histórico, ou temporal, as variáveis evoluem de maneira assincrônica; no sistema espacial, elas mudam sincronicamente. Dessa maneira, pode-se dizer como Saussure (citado por Saucerotte, 1971, p. 41) que "a diacronia interessa ao eixo das sucessividades e a sincronia ao eixo dos estados ou situações". Nesse caso, a sincronia e a assincronia não são realmente opostas, mas complementares, no domínio das relações espaciais, pelo simples fato de que as variáveis são as mesmas. Na realidade, são as defasagens entre as variáveis que explicam as diferenças de organização do espaço entre países, assim como as chamadas disparidades regionais.

A base técnica da sociedade e do espaço constitui, hoje, um dado fundamental da explicação histórica, já que a técnica invadiu todos os aspectos da vida humana, em todos os lugares. Diacronia e sincronia são, ambas, possíveis de explicarão em termos de técnica, ainda que nada se possa entender sem que se conheçam e avaliem as respectivas formas de organização.

6

A FORMA E O TEMPO: A HISTORIA DA CIDADE E DO URBANO

Pode-se pensar que as ideias que comandam a elaboração da história urbana são sobretudo duas: a ideia de forma e a ideia de tempo. As formas; quando empiricizadas, apresentam-se seja como objeto, seja como relação a obedecer. Entretanto, é também necessário empiricizar e precisar o tempo, se nós queremos trabalhá-lo paralelamente às formas. Esse é talvez um dos grandes problemas metodológicos que se colocam à história das cidades e da urbanização.

Trabalhamos de um lado com algo que tem uma dimensão material, que são as formas espaciais, ou uma dimensão dos comportamentos obrigatórios, que são as formas jurídicas e as formas sociais, e de outro lado com o tempo, tal como ele se dá nas diferentes escalas de sua existência, ainda que tenhamos frequentemente dificuldade em precisá-la. Daí a dificuldade também para encontrar as mediações, tão diversas quantos são os lugares. Essas mediações são a própria base das explicações, permitindo uma teorização do lugar, uma teorização que não é menos importante que a teorização do universo, mais ampla e mais fácil. Esta é fácil porque o universo é a sua própria

forma, enquanto cada lugar exige desvendar aquilo que Gramsci chamava de mistério da forma, uma forma particular, lembrando que a estrutura é muito mais fácil de se apropriar, pois é o Presente, ao passo que a forma é o resíduo de estruturas que foram presentes no passado. Destas, algumas já desapareceram da nossa visão, e às vezes mesmo do nosso entendimento. Nos conjuntos que o presente nos oferece, a configuração territorial, apresentada ou não em forma de paisagem, é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado.

No passado, isso era parte obrigatória do trabalho dos geógrafos. Nenhum estudo de geografia urbana que se respeitasse podia começar sem alusão à história da cidade, às vezes até de forma abusiva. Era impossível abordar esta ou aquela cidade, sem essa preocupação de contar o que foi o seu passado. Porém, hoje, fazemos frequentemente uma geografia urbana que não tem mais base no urbanismo. É uma pena, porque praticamente não mais ensinamos como as cidades se criam, apenas criticamos as cidades do presente. Isso fez com que essa disciplina "história da cidade" ficasse órfã. Torna-se, pois, salutar'essa retomada, sobretudo porque se faz segundo um enfoque multidisciplinar.

Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é frequentemente o abstraio, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade.

Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam; do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urba nismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das men-talidades urbanas, a história das teorias. Seriam estudos mais ou menos desinteressados, mais ou menos interessados, e até estudos mais ou menos interesseiros, sobre a cidade e o urbano.

O estudo da cidade exige a necessidade de articular o conceito de espaço, sem o que nem mesmo saberemos do que vamos tratar. O espaço é uma categoria histórica e, por conseguinte, o seu conceito muda, já que aos modelos se acrescentam novas variáveis no curso do tempo.

Cidade e urbano como espaço-tempo

Desse modo, a noção de espaço parece fundamental para chegarmos a essa desejada história da cidade; e a história do urbano exige que seja muito bem posta a noção de periodização. Em outras palavras, necessitamos dominar o que entendemos como espaço, e também, dominar a divisão do tempo em períodos. Períodos são pedaços de tempo submetidos à mesma lei histórica, com a manutenção das estruturas. Estas se definem como conjuntos de relações e de proporções prevalentes ao longo de um certo pedaço de tempo, e nos permite definir nosso objeto de análise. Assim as periodizações podem ser muitas, em virtude das diversas escalas de

observação. Mas, em qualquer que seja o momento, é indispensável fazer muitas periodizações. O mundo, como um todo, nos permite uma periodização; a formação social e económica, representada pelo Estado e a Nação, uma outra periodização; e a cidade permitirá uma nova periodização, em um nível inferior.

A cidade é, ao mesmo tempo, uma região e um lugar, porque ela é uma totalidade, e suas partes dispõem de um movimento combinado, segundo uma lei própria, que é a lei do organismo urbano, com o qual se confunde. Na verdade, há leis que se sucedem, denotando o tempo que passa e mudando as denominações desse verdadeiro espaço-tempo, que é a cidade. Ë através desses dois dados que vamos unir a cidade e o urbano. É desse modo que poderemos tentar ultrapassar o mistério das formas, e buscar a construção do método, através da escolha da fenomenologia a adotar, a aproximação da contextualização, a reconstrução dos cenários de uma realidade que em parte se esvaiu, a busca do significado e da memória, uma memória que, através desse enfoque histórico, vamos encontrar expungida ao máximo dos filtros. Assim, nos é permitido dirigir perguntas à cidade, indagando a respeito de sua formação, já que a história da cidade é a história de sua produção continuada. A história de uma dada cidade se produz através do urbano que ela incorpora ou deixa de incorporar; desse urbano que em outros lugares pode tardar a chegar, e que em São Paulo sempre chegou quase imediatamente. Fala-se, por isso, na vocação irresistível de São Paulo pela modernidade. Mas que modernidade?...

Na verdade, não há uma só modernidade; existem modernidades em sucessão, que formam e desmancham períodos, exceto se quisermos aplicar servilmente ao nosso trabalho interpretações da literatura, da poesia, da pintura, da escultura. O que existe são modernizações sucessivas, que de um lado nos dão, vistas de fora, gerações de cidades, padrões de urbanização e, vistas de dentro, padrões urbanos, formas de organização espacial, já que cada periodização, trazendo formas próprias de arrumação das variáveis, permite reconhecer um processo histórico mais geral, seja onde estivermos.

Desse modo avançamos até encontrar um novo tempo na cidade, que hoje nos permite falar da revanche das formas: as formas criadas e que se tornam criadoras. Há de um lado as formas criadas e, de outro, as formas criadoras, aquelas que, após construídas, como que se levantam e se impõem, como aquilo que o passado nos herda e implica uma submissão do presente; um presente submetido ao passado exatamente através das formas, cuja estrutura devemos reconhecer e estudar.

Esse é um dos grandes problemas, hoje, do estudo da história urbana e da história da cidade, mas em todos os momentos as formas criadas no passado têm um papel ativo na elaboração do presente e do futuro. A história da cidade é a das suas formas, não como um dado passivo, mas como um dado ativo, e esse fatq não pode nos escapar em nossa análise.

7

MEIO AMBIENTE CONSTRUÍDO E FLEXIBILIDADE TROPICAL

Neste fim de século, parece haver acordo entre as mentes para considerar que a ciência e a tecnologia são um dado fundamental da vida humana. No entanto, salvo no que se refere aos tecnopolos — tornados um tema de moda — pouco se tem escrito sobre as relações entre esses novos fatores de desenvolvimento e a reorganização do espaço habitado. A verdade, porém, é que dificilmente se entenderá a lógica espacial das sociedades contemporâneas sem levar em conta o papel da ciência, da tecnologia e da informação. Pode-se falar, de um modo geral, na tendência a que o meio geográfico se transforme em um meio técnico-científico. As ativida-des mais modernas, na cidade e no campo, passam a exigir adaptações do território, com a adição ao solo de acréscimos cada vez mais baseados nas formulações da ciência e na ajuda da técnica. O meio ambiente construído se diferencia pela carga maior ou menor de ciência, tecnologia e informação, segundo regiões e lugares: o artifício tende a se sobrepor e substituir a natureza.

É desse modo que o espaço humano reveste hoje maiores diferenciações e disparidades, na aparência, nas estruturas ocultas, no uso. A famosa contradição cida-de-campo não apenas ganha um novo aspecto, mas toma outro sentido. Campo e cidade se subordinam de modo diverso às novas exigências. O campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso. segundo os produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência. Na cidade, as formas novas, criadas para responder a necessidades renovadas, tornam-se mais exclusivas, mais rígidas materialmente e funcionalmente, tanto do ponto de vista de sua construção quanto de sua localização. Disso advém uma diferença essencial entre as cidades — sobretudo as grandes cidades — da fase histórica imediatamente anterior e do período atual. Isso também serve para distinguir, *grosso modo,* as metrópoles dos países desenvolvidos e as dos países subdesenvolvidos. Nascer *cidade.* e tornar-se lentamente *metrópole* e, em seguida *necrópole*, segundo Lewis Mumford, seria o destino final da evolução das grandes cidades europeias e norte-americanas. Podemos dizer que no Terceiro Mundo as cidades destinadas a ser grandes crescem rapidamente; e rapidamente se transformam em necrópoles, seja não nascem assim.

As metrópoles criadas para comandar as grandes transformações mundiais trazidas pelo imperialismo exercem uma lógica internacional comandada (até certo ponto) pelas respectivas lógicas nacionais. Crescidas numa era de relativo esplendor, o planejamento, a construção, o uso dessas aglomerações era consequente dessa lógica e (a cidade) dela retirava seiva, vigor, beleza, capacidade renovadora das coisas e das práticas. Nos países subdesenvolvidos, surgem como *espaços derivados.* Quanto mais os países se modernizam e crescem, mais as grandes cidades associam lógicas externas e lógicas internas subordinadas. Por isso, são cidades críticas desde o seu nascimento, sobretudo porque se tornam cidades sem cidadãos. Nessas aglomerações pós-iluministas, a lei do novo é também a da conformidade e do conformismo. As estruturas mentais forjadas permitem a abolição da ideia (e da realidade) de espaço público e de homem público. Numa sociedade de homens privados, a lei da concorrência legitima a lei da *jungle* e a cidade retrata tais egoísmos funcionais: em suas formas primárias e secundárias, em

seus arranjos particulares e em sua arrumação global. A rua, onde o estacionamento expulsa o jardim, torna-se a arena desse conflito e não mais o lugar do encontro e da festa.

Essa tendência vai agravar-se após a Segunda Guerra Mundial. Alguns fatores se conjugam para criar esse resultado. Em primeiro lugar, o triunfo, já mencionado, de um modo de produção baseado na ciência, na tecnologia e na informação e, paralelamente, a substituição galopante do capitalismo concorrencial pelo capitalismo monopolista e a chegada concomitante do que se chamou de Modo de Produção Estatal combinado com Modo de Produção Urbano. Some-se a isso (como corolário e como causa) a instalação no Terceiro Mundo de governos autoritários frequentemente militares e, mais recentemente, a implantação do modelo neoliberal que associa países avançados e subdesenvolvidos. São tais ingredientes que contribuem para dar às nossas cidades um novo rosto, uma nova funcionalidade, uma nova definição.

As novas formas de ser da economia, distanciadas dos antigos padrões produtivos, com um número sempre menor de grandes firmas cada vez maiores, são cada vez mais comandadas pelo Estado (o modo de produção estatal), e é nas cidades onde se reaiiza ou controla, por meio de um terciáno agigantado e sofisticado, o essencial da atividade (o modo de produção urbano). Por isso, a cidade é objeto de um processo incessante de transformações que atingem aquelas áreas necessárias à realização das atividades modernas de produção e de cir culação. Já que os recursos disponíveis ou trazidos dê' fora são orientados para essas transformações, o resto da aglomeração não recebe cuidados, sendo essa diferença de tratamento um dos fatores da crise ambiental. Os novos objetos surgem para atender a reclamos precisos da produção material ou imaterial, criando espaços exclusivos de certas funções. À cidade como um todo, teatro da existência de todos os seus moradores, superpõe-se essa nova cidade moderna seletiva, cidade técnico-científica-informacional, cheia das intencionalida-des do novo modo de produzir, criada, na superfície e no subsolo, nos objetos visíveis e nas infra-estruturas, ao sabor das exigências sempre renovadas da ciência e da tecnologia. Espaço minoritário dentro da aglomeração, espaço não dominante do ponto de vista da extensão, é, todavia, o espaço dominador dos processos económicos e políticos, cuja lógica implacável se sobrepõe e comanda a dos demais subespaços quantitativamente dominantes na paisagem, mas qualitativamente subordinados quanto às funções.

E nesse sentido que se pode dizer que à cidade plástica, herdeira dos primórdios da história metropolitana, sucede uma cidade rígida. Neste sentido, Brasília é a cidade mais moderna do Brasil e Salvador a segunda, pois deu as costas à cidade histórica para construir, em poucos anos, uma seção de cidade inteiramente nova, unindo o aeroporto ao centro cívico-co-mercial moderno e às áreas industriais, gerando um espaço de fluidez somente encontrado na capital federal e onde os objetos contemporâneos são o suporte de ações racionais. Assim, Brasília é toda rígida, cada pessoa ou coisa encontrando um lugar preciso e Salvador, como São Paulo ou Rio de Janeiro, é um híbrido da plasticidade do passado e da rigidez do presente.

Em passado recente, a grande cidade era relativamente plástica. Ia acolhendo as novas mudanças sem alteração intrínseca de seus objetos físicos, ainda que estes aumentassem em tamanho, em funcionalidade, e buscassem uma nova ordem. Os novos modos de ser se adaptaram às velhas formas de ser. Hoje é diferente. Os

lugares destinados às atividades hegemónicas são o retrato da intencionalidade que preside à sua criação, intencionalidade exigente e exclusiva cujo paradigma são os edifícios e áreas inteligentes. Espaços detalhadamen-te preparados para exercer funções mais precisas, o seu valor específico é, assim, realçado, criando ecologias exigentes. Forma-se, assim, o fundamento de uma nova escassez, uma nova segregação espacial, uma nova teoria do valor e uma nova realidade da lei do valor. Mais ainda, cada lugar se torna capaz, em razão exclusiva de ' tais virtualidades, de transmitir valor aos objetos que sobre ele se constróem, do mesmo modo que os edifícios funcionalmente adequados transferem valor às atividades para as quais foram criados. Seu "envelhecimento social" pode ser rápido e fatal no caso de deserção da atividade compatível. É essa a rigidez contemporânea que caracteriza as nossas metrópoles tão modernizadas e tão prematuramente envelhecidas. Aquelas parcelas do espaço produtivo imunes às transformações impostas pelo nexo técnico-científico são o teatro de atividades menos poderosas, menos necessitadas de "informação" enquanto esta constitui o apanágio dos bolsões da modernidade atual.

A nova rigidez metropolitana responsável pelo aumento desmesurado do tamanho urbano afeta, na cidade, o sistema de movimento, tornando-o mais anárquico, e, graças à extrema funcionalização de setores urbanos hegemónicos, agrava os problemas de coordenação, mudando, ao seu talante, a distribuição das atividades e dos homens, assim como seus ritmos.

Esses novos arranjos são baseados em objetos geográficos cujo funcionamento é, cada vez mais, interdependente e sistémico, e constituem a base de práticas sociais hegemónicas igualmente sistémicas. Graças à nova arquitetura urbana e à qualidade técnico-científica-informacional do meio ambiente construído, eleva-se o patamar da racionalidade do agir social dominante, mas trata-se de uma racionalidade sem outra razão que a do lucro, ainda que não se manifeste exclusivamente de forma mercantil. O simbólico se torna um coadjuvante precioso do mercadológico. É essa a danação da metrópole contemporânea.

O novo sistema de objetos geográficos e o novo sistema de ação deliberada, que inclui o subsistema de ação comunicativa, são, pois, o cenário ideal para o exercício de uma racionalidade implacável do sistema económico, mais exatamente do subsistema hegemónico da economia que, desse modo, se superpõe e deforma o sistema social e o sistema cultural, agindo, igualmente, sobre o restante, não hegemónico, do sistema económico. Ficam, assim, assentadas as bases para o alcance de uma eficácia e de uma produtividade baseadas na conformidade do instrumento à ação, da forma à função.

Ninguém se admire, pois, da atual pregação neoliberal. Nos dias de hoje, o capital se difunde mais depressa no campo do que na cidade e a força do mercado regula a atividade a despeito do Estado. E na cidade é apenas o subsistema ligado às novas racionalidades que merece a atenção dos governos, das multinacionais e dos organismos internacionais. O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras.

Mas a cidade como um todo resiste à difusão dessa racionalidade triunfante graças, exatamente, ao *meio ambiente construído,* que é um retrato da diversidade das classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos

culturais. À cidade informada e às vias de transporte e comunicação, aos espaços inteligentes que sustentam as atividades exigentes de infraestruturas e sequiosas de rápida mobilização, opõe-se a maior parte da aglomeração onde os tempos são lentos, adaptados às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado, os espaços opacos que, também, aparecem como zonas de resistência. É nestes espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemónica e as classes sociais hegemonizadas encontram as condições de sobrevivência. E nessas condições que as grandes cidades do Terceiro Mundo são, por um lado, rígidas na sua vocação internacional e, por outro, são dotadas de flexibilidade, graças a um meio ambiente construído que permite a atuação de todos os tipos de capitãlj e, desse modo, admite a presença de todos os tipos de trabalho. O planejamento urbano, sobretudo se obediente aos parâmetros das chamadas cidades internacionais, termina por estabelecer as condições de uma modernização sempre mais atual, negligenciando a maior parte da cidade e da população, o meio físico e humano, onde se criam os empregos endógenos. Não deixa de ser significativo, nesse contexto, o relevo que adquire, na lista das prioridades da pesquisa e dos respectivos congressos e publicações, temas como o pós-fordismo (um adjetivo em busca de substantivação) e da chamada flexibilidade (uma agenda ainda não confirmada), enquanto as realidades metropolitanas tomadas em conjunto são cada vez menos objeto de investigação. A dedicação quase exclusiva ao subsistema hegemónico da economia (urbana e internacional) descolado da totalidade aparece como dedicação quase exclusiva às tarefas do planejamento empresarial e à re-dação de um manual de investimentos e não propriamente propõe um planejamento urbano ou regional. No caso dos países do Terceiro Mundo, será mais adequado não perder de vista a verdadeira *flexibilidade tropical* de que as grandes cidades dispõem e que atenuam o tamanho de sua crise. Meio ambiente construído, economia segmentada mas única, e população compósita são o tripé que explica a atual realidade urbana e metropolitana e pode ajudar a estabelecer as bases de um planejamento eficaz, agora que planejar a cidade se tornou mais viável que planejar o campo.

8

METRÓPOLE: A FORÇA DOS FRACOS É SEU TEMPO LENTO

Para Simmel, as coisas e a vida são pólos no entendimento do Mundo. O conselho de Sartre é mais preciso que o de Simmel: o entendimento do mundo é dado pelas coisas e pelo Período, a Época. Quando falamos em Período, já estamos *qualificando* o Tempo, permitindo-lhe um enfoque empírico, de modo a evitar, justamente, que se trabalhe com o "esqueleto abtrato da universalidade".

Espaço-Tempo? Metropolização? Que relações existem entre esses fatores?

O advento do Período Científico-Técnico permi* tiu, afinal, que, na prática, isto é, na História, espaço e tempo se fundissem, confundindo-se. Não há, nas ciências sociais, como tratá-los separadamente. Sob risco de tautologia, as categorias de análise devem ser outras, e não mais Tempo e Espaço, já que as definições se tornaram recíprocas. E a cidade, sobretudo a grande cidade, é o fenómeno mais representativo dessa união.

O espaço é, em todos os tempos, o resultado do casamento indissolúvel entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Hoje, graças às técnicas, que realizam através da matéria a união do espaço e do tempo, tanto esses objetos são artificiais ou, em todo caso, plenamente históricos, quanto as ações tendem a ser artificiosamente instrumentalizadas. E o que atualmente há de específico na relação Espaço-Tempo na Metrópole é justamente isso: não são apenas as ações, como temporalizações práticas, que são Tempo; os objetos, como espacializações práticas, restos de passadas temporalizações, também contêm tempo. Quando Sartre diz que "a práxis rouba a minha ação" ou quando Maffesoli nos recorda de que "os objetos não querem mais obedecer", ambos expressam esta mesma compreensão.

O casamento dos objetos perfeitos — mais perfeitos que a Natureza — com os sistemas sociais montados no artifício explica por que uns e outros juntos são capazes de fabricar grandes fábulas em lugar de produzir grandes relatos.

Que é, assim, esse Tempo do Mundo? Isso existe? Nós sabemos que há apenas um relógio mundial, mas não um tempo mundial. Seja como for, a distância do homem comum em relação a esse novo Tempo do Mundo é maior, muito maior do que antes. A mundialização multiplica o número de vetores e, na verdade, aumenta as distâncias entre instituições e entre pessoas. Ubiqüidade, aldeia global, instantaneidade são, para o homem comum, apenas uma fábula. Para o homem comum, o Mundo, mundo concreto, imediato, é a Cidade, sobretudo a Metrópole. Nessas condições, será a Cidade uma Nação?

Despindo a roupa da Natureza e vestindo a da Técnica, a Cidade, coisa inteiramente histórica, impõe a ideia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta.

A noção de sociedade global, noção abstraia, ganha concretude na cidade, onde os homens e a produção se dão em sistemas, e os objetos e lugares também são sistemas. Tudo isso é tornado sistémico graças aos mandamentos sociais: a construção dos diversos tempos sociais combina a inflexibilidade dos objetos à flexibili dade das ações. Talvez, por isso mesmo, tenha razão Lia Osório Machado, quando nos lembra que cidades são sistemas abertos e complexos, ricos de instabilidade e contingência.

O tempo se dá pêlos homens. O tempo concreto dos homens é a temporalização prática, movimento do mundo dentro de cada qual e, por isso, interpretação particular do Tempo por cada grupo, cada classe social, cada indivíduo.

A cidade é o lugar em que o Mundo se move mais; e os homens também. A co-presença ensina aos homens a diferença. Por isso, a cidade é o lugar da educação e da reeducação. Quanto maior a cidade, mais numeroso e significativo o movimento, mais vasta e densa a co-presença e também maiores as lições e o aprendizado.

Assim, como não há um tempo do Mundo, não há, por si só, um tempo da técnica: o objeto não se define sozinho, ou melhor, sozinho não tem sentido. Mas sua lei, lei da sua constituição como máquina de fornecer trabalho, se impõe sobre os homens. E estes o descobrem, com maior ou menor rapidez. E uns mais que outros.

Na cidade, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico — uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa — essa historização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas "luminosas", constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas "opacas". Estas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e racionalizado-res, são espaços da lentidão e não da vertigem.

Paremos um pouco aqui. A literatura que glorifica a potência inclui a velocidade como essa força mágica que permitiu à Europa civilizar-se primeiro e empurrar, depois, a "sua" civilização para o resto do mundo. Se velocidade é força, o pobre, quase imóvel na grande cidade, seria o fraco, enquanto os ricos empanturrados e as gordas classes médias seriam os fortes.

Creio, porém, que na cidade, na grande cidade atual, tudo se dá ao contrário. A força é dos "lentos" e não dos que detêm a velocidade elogiada por um Virilio em delírio na esteira de um Valéry sonhador. Quem, na cidade, tem mobilidade — e pode percorrê-la e esquadrinhá-la — acaba por ver pouco da Cidade e do Mundo. Sua comunhão com as imagens, frequentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem exatamente do convívio com essas imagens. Os homens "lentos", por seu turno, para quem essas imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e acabam descobrindo as fabulaçóés. A lentidão dos corpos contrastaria então com a celeridade dos espíritos?

No próprio mundo da *intelligentzia* vemos o contraste. Quem vê mais, quem é mais ágil em matéria de elaboração do pensamento, o ativista arrogante e suado que pensa estar perto do povo somente porque reside na porta da fábrica, ou o intelectual rigoroso e modesto, preso ao seu escritório, sentado na poltrona?

Cabe lembrar aqui uma categoria pouco explorada na obra de Sartre, a do prático-inerte. Este é o resultado de totalizações do passado, criando configurações resistentes na vida social e, digo eu, também no espaço. Cada lugar acolhe, através da História, seu prático-inerte local, formado — desculpem a simplificação — uma tecnoesfera e por uma psicoesfera, ambas suscetíveis de alteração e mudança, ainda que a primeira, a tecnosfera, por sua materialidade, mais pertença ao reino da necessidade, ao passo que a segunda, um dado empírico mas não material, mais pertença ao reino da liberdade. Se pobres, homens comuns, os homens "lentos" acabam por ser mais velozes na descoberta do mundo, seu comércio com o prático-inerte não é pacífico, não pode sê-lo, inseridos que estão num processo intelectual contraditório e criativo.

A estrutura dessa população de "homens comuns" favorece o processo. A chegada incessante de migrantes à cidade aumenta a variedade dos sujeitos... dos sujeitos comuns e das interpretações mais próximas do "real". O conteúdo prático-inerte trazido por cada qual é diverso do ambiente prático-inerte local. A temporalidade intro-jetada que acompanha o migrante se contrapõe à temporalidade que no lugar novo quer abrigar-se no sujeito. Instala-se, assim, um choque de orientações, obrigando a uma nova busca de interpretações.

Segundo Lowenthal, o passado é um outro país. Digamos que o passado é um outro lugar ou, ainda melhor, o passado é num outro lugar. No lugar novo o passado não está; é mister encarar o futuro: perplexidade primeiro mas, em seguida, necessidade de orientação.

Para os migrantes e para os pobres de um modo geral, o espaço "inorgânico" *é* um aliado da ação, a começar pela ação de pensar, enquanto a classe média e os ricos são envolvidos pelas próprias teias que, para seu conforto, ajudaram a tecer: as teias de uma racio-nalidade invasora de todos os arcanos da vida, essas regulamentações, esses caminhos marcados que empobreceram e eliminam a orientação ao futuro. Por isso, os "espaços luminosos" da metrópole, espaços da racionalidade, é que são, de fato, os espaços opacos.

Estas são lições que o tempo das metrópoles, submetido a uma nova leitura, nos inspira. Falta aperfeiçoar a metodologia adequada, na qual, certamente, categorias opostas e complementares, como as de tecnoesfera e psi-coesfera, terão relevância. Essas duas esferas se influenciam reciprocamente, ou, conforme nos ensina Ana Clara Torres Ribeiro, a psicoesfera pode criar as condições sociais para a aceitação da tecnoesfera.

Um tema, entre outros possíveis, é o da solidariedade na cidade, como um resultado e um acelerador da descoberta. A entrada em ação, hoje, de "massas que estavam relativamente estacionárias" no dizer de Gaston Berger, desarticula o mundo objetivamente articulado, não apenas no agravamento da produção da feiúra mas também da beleza.

No entanto, encorajada pela mídia, a ciência social (e nela, a urbanologia) dá realce aos temas do horror, quando na metrópole já acontecem fenómenos de enorme conteúdo teleológico, apontando para um futuro diferente e melhor. Nosso esforço deve ser o de buscar entender os mecanismos dessa nova solidariedade, fundada nos tempos lentos da metrópole e que desafia a perversidade difundida pêlos tempos rápidos da competitividade.

Notas bibliográficas

Simmel, Georg. *Lês problèmes de Ia philosophie et 1'histoire.* Paris: Presses Univ. de France, 1984.

Sartre, Jean-Paul. *Critique de Ia raison dialectique.* Paris: Gallimard, 1990.

Machado, Lia Osório. A geopolítica do governo local: proposta de abordagem aos novos territórios urbanos da Amazónia. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 3, Rio de Janeiro, 1993. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ/AGB, 1993.

Virilio, Paul. *L'espace critique.* Paris: Christian Bourgeois Éditeur, 1984.

Lowenthal, David. Past time, present place: landscape and memory. *The geographical review,* n. l, v. 65, p. 1-36, 1975.

Ribeiro, Ana Clara Torres. "Matéria e espírito: o poder (des)organi-zador dos meios de comunicação". In: R. Piquet e A. C. T. Ribeiro. *Brasil, território da desigualdade.* Jorge Zahar Editor, R.J., 1991: 96-116.

Berger, Gaston. *Phénomenologie du temps et prospective.* Paris: Presses Univ. de France, 1964.

43

III

SISTEMAS DE OBJETOS, SISTEMAS DE AÇÕES

9

O ESPAÇO: SISTEMA DE OBJETOS, SISTEMA DE AÇÕES

Devemos nos precaver contra a ideia de que se pode fazer ciência sem teoria e teoria sem um projeto claramente explicitado. A palavra *espaço é* uma dessas que abrigam uma multiplicidade de sentidos. Nosso desacordo aparente e nosso quase desespero fundamental vêm menos do fato de cada qual dizer e impor uma definição do nosso objeto de trabalho — o espaço habitado — e muito mais que frequentemente dele não tenhamos nenhuma definição. Impõe-se uma clara intenção epistemológica na conceituação do espaço e na busca de seus materiais analíticos. Devemos, em segundo lugar, nos precaver da crítica sem análise, atitude frequente entre parcelas volumosas da esquerda. A análise tem que preceder a crítica, para que esta possa ser eficaz e para que se possa elaborar um discurso eficaz. Devemos, em terceiro lugar, nos precaver de pensar o lugar sem o mundo. Por tudo isso, e esta é a quarta precaução, devemos abandonar todo preconceito, ao risco de sermos apontados exatamente por não ter preconceito.

Não pensar o lugar sem o mundo. O mundo é a natureza e é a história que dá significado à sociedade humana. A natureza é um dado permanente, que se modifica à medida que avançamos no seu conhecimen to. A história é o hoje de cada atualidade, que nos fornece os conceitos, da mesma forma que a natureza, natural ou artificial, nos dá as categorias.

Sabemos que o permanente não o é porque as visões sucessivas tornadas possíveis pelo conhecimento desmancham a nossa construção das coisas, até mesmo daquelas que considerávamos eternas. E sabemos também que o hoje não o abarcamos todo, mas é nossa tarefa, entretanto, a busca de seu entendimento. Nesse sentido propomos entender o espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Os sistemas de objetos não funcionam e não têm realidade filosófica, isto é, não nos permitem conhecimentos, se os vemos separados dos sistemas de ações. Os sistemas de ações também não se d?o sem os sistemas de objetos.

O espaço é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos, ao lugar e a seus habitantes. Neste nosso mundo se estabelece, por isso mesmo, um novo sistema da natureza, uma natureza que, graças exatamente ao movimento ecológico, conhece o ápice de sua desnaturalização.

Os objetos não são as coisas, dados naturais; eles são fabricados pelo homem para serem a fábrica da ação. Hoje, esses sistemas de objetos tendem, em primeiro lugar, a ser um sistema de objetos concretos, isto é, objetos que se aproximam cada vez mais da natureza e buscam imitar a natureza. São, também, objetos cujo valor vem de sua eficácia, de sua contribuição para a produtividade da ação económica e das outras ações. São objetos que tendem à unicidade,

um sistema de objetos que, pela primeira vez na história do homem, tende a ser o mesmo em toda parte. Refiro-me, sobretudo, aos objetos novos, àqueles que for mam os sistemas hegemónicos, surgidos para atender às necessidades das ações hegemónicas. Os objetos contemporâneos não são coleções, mas sistemas, já surgem debaixo de um comando único e já aparecem dotados de intencionalidade, como jamais no passado (intencionalidade mercantil ou intencionalidade simbólica), o que faz de cada um claramente distinto dos outros, numa fase da história em que o seu número se multiplicou exponencialmente: os últimos quarenta anos viram nascer sobre a face da terra mais objetos que nos anteriores quarenta mil anos. São objetos técnicos, que representam sistemas técnicos, dotados de uma mecânica própria e funcionalidades próprias, e é nessa condição que aceitam ou recusam funções transmissoras dos processos. Esses sistemas técnicos contemporâneos hegemónicos são capa/es de uma força de invasão de qualquer outro sistema já instalado, estabelecendo sobre a face da terra uma área de combate que é, ao mesmo tempo, a base da dinâmica e o substrato da dial ética do espaço.

As ações, por sua vez, aparecem como ações ra-.J cionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão do instrumento, à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros. É uma ação insuflada, e por isso mesmo recusando debate; e, ao mesmo tempo, uma ação não explicada a todos e apenas ensinada aos agentes. É uma ação pragmática na qual a inteligência prática substitui a meditação, espantando toda forma de espontaneidade e, também, ação não isolada e que arrasta, que se dá também ela em sistemas.

Objetos e ações contemporâneos são, ambos, necessitados de discursos. Não há objeto que se use hoje sem discurso, da mesma maneira que as próprias ações tampouco se dão sem discurso. O discurso como base das coisas, nas suas propriedades escondidas, e o dis curso como base da ação comandada de fora, impelem os homens a construir a sua história através de práxis invertidas. Todos, assim, nos tornamos ignorantes. Este é um grande dado do nosso tempo. Pelo simples fato de viver, somos, todos os dias, convocados pelas novíssimas inovações, a nos tornarmos, de novo, ignorantes, mas, também, a aprender tudo de novo. Trata-se de uma escolha cruel e definitiva. Nunca, como nos tempos de agora, houve necessidade de mais e mais saber competente, graças à ignorância a que nos induzem os objetos que nos cercam, e as ações de que não podemos escapar.

É dessa forma que na superfície da terra, na crosta de um país, no domínio de uma região, nos limites de um lugar — seja ele a cidade — reorganiza-se o espaço, recriam-se as regiões, redefinem-se as diferenciações regionais. É dessa maneira que se estabelecem novas dinâmicas regionais, criando, sobretudo nos países onde as desigualdades sociais são grandes, aquelas áreas que são apenas regiões do fazer, do fazer sem o reger. O fundamento etimológico da palavra *região é* perdido, na medida em que há regiões que são apenas regiões do fazer, sem nenhuma capacidade de comando.

Na definição atual das regiões, longe estamos daquela solidariedade orgânica que era o próprio cerne da própria definição do fenômeno regional. O que temos hoje são solidariedades organizacionais. As regiões" existem porque sobre elas se impõem arranjos organizacionais, criadores de coesão organizacional baseada em

racionalidades de origens distantes, mas que se tornam o fundamento da existência e da definição desses subespaços.

Se, no passado, os nexos que definiam a organização regional eram nexos de energia, cada vez mais, hoje, esses nexos são nexos de informação. Por isso, as segmentações e partições presentes do espaço sugerem, pelo menos, que se admitam dois recortes espaciais a que chamaríamos, provisoriamente, de horizontalidades e verticalidades. De um lado, há espaços contínuos, formados de pontos que se agregam sem descontinuidade, como na definição tradicional de região. São as *horizontalidades.* De outro lado, há pontos no espaço que, separados uns dos outros, asseguram o funcionamento global da sociedade e da economia. São as *verticalidades.* O espaço se compõe de uns e de outros desses recortes, inseparavelmente. Enquanto as horizontalidades são, sobretudo, a fábrica da produção propriamente dita e o *locus* de uma cooperação mais limitada, as verticalidades dão, sobretudo, conta dos outros momentos da produção (circulação, distribuição, consumo), sendo o veículo de uma cooperação mais extensa e implacável.

Horizontalidades são áreas produtivas: regiões agrícolas, cidades, os conjuntos urbano-rurais. Verticalidades são os sistemas ujbanos. Ambas — horizontalidades e verticalidades — estão permanentemente sujeitas à lei do movimento. Mudam, nelas, os contornos e o conteúdo, impondo novos mapas ao mesmo território. A informação, sobretudo ao serviço das forças económicas hegemónicas e ao serviço do Estado, é o grande regedor das ações definidoras das novas realidades espaciais. Um incessante processo de entropia desfaz e refaz contornos e conteúdos dos subespaços, a partir das forças dominantes.

Nas áreas de agricultura moderna, as cidades são o ponto de interseção entre verticalidades e horizonta-lidades. As verticalidades são vetores de uma raciona-lidade superior e de seu discurso pragmático, criando um cotidiano obediente. As horizontalidades são tanto o lugar da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada, o teatro de um cotidiano conforme, mas não obrigatoriamente conformista e, simultaneamente, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Nesse sentido, as cidades regionais podem tornar-se o *locus* de um novo tipo de planejamento, que desafie as vertical idades que as sociedades locais não podem comandar e imponham contrafinalidades, isto é, "irracionalidades" do ponto de vista da racionalidade que lhes é sobreposta.

O planejamento de boa parte do que está na cidade e no campo poderá ser feito a partir da cidade. Lugar da regulação da atividade agrícola, nela é mais possível reconhecer a mutabilidade frenética a que o campo está subordinado, em função das exigências da globalização. É a partir do conhecimento desta e dos seus mecanismos locais que se poderão encontrar os caminhos desejáveis para que o campo possa igualmente responder aos interesses da sociedade, como agora responde, melhor do que qualquer outro subespaço, aos interesses do capital.

Quanto às cidades propriamente ditas, estaria por ser intelectualmente construída a explicação das novas ecologias urbanas, isto é, das relações entre o mercado, as instituições e o meio ambiente construído, de maneira a

obter entendimento do que, em cada caso, são as relações entre a temporalidade do fazer e a das coisas, já que estas, por seu arranjo e estrutura interna, de certo modo comandam a temporalidade do fazer.

No campo moderno, modificado, com relativa facilidade, ao sabor de novos produtos, a economia é, sob esse ângulo, flexível. A inflexibilidade lhe vem da necessidade de uma dosagem sábia, em função desses mesmos produtos, de implementos e capitais constantes que tomam a forma de sementes, adubos, fungicidas, inseticidas e da implacabilidade de uma regulação que vem de fora. Na cidade, à inflexibilidade dos objetos, soma-se a inflexibilidade do seu uso segundo suas virtualida-des, dadas pela sua própria materialidade, isto é, sua constituição técnica. Os capitais fixos fixados se instalam duravelmente nas cidades, mas, desde que envelheçam, podem ser operados sem maior submissão aos atores económicos e sociais hegemónicos, e muitas atividades urbanas podem assim escapar à regulação direta desses atores económicos e sociais hegemónicos.

É nesse contexto que as áreas de agricultura moderna se tornam a presa de uma racionalidade devorante, trazida por aqueles vetores verticais. Nesse sentido, elas se tornam mais vulneráveis que as cidades. Nestas, os capitais hegemónicos e as práticas hegemónicas, fundados na racionalidade, têm mais dificuldade de se difundir, já que as frações mais antigas do meio ambiente construído não são funcionais à operação dos capitais novos.

Desse modo, o campo modernizado é muito mais sujeito a um processo de regulação que é comandado pelas forças de mercado hegemónicas, deixando pouca margem às formas, mais precárias, de regulação local ou de regulação pelo poder público, não importa o seu nível.

É nesse sentido que se pode dizer que o planejamento das cidades se torna mais possível, senão mais fácil, que o planejamento das áreas agrícolas.

A cidade não é mais o *locus* por excelência dos capitais novos. Esse *locus* do capital hegemónico facilmente difundido é o campo, onde as horizontalidades que se estabelecem têm como base material a ciência, a tecnologia e a informação. A cidade é um lugar que se recusa a essa difusão rápida e fácil do capital novo. O campo é o lugar onde uma certa tipologia de capital, de tecnologia e de organização dá-se de forma espalhada sob certas áreas, redefinindo-as. A cidade, ao con trário, é o lugar onde se podem associar diversos capitais, e por consequência diversos trabalhos. Isto se deve exatamente ao fato de que a paisagem urbana reúne e associa pedaços de tempo materializados de forma diversa e, desse modo, autoriza comportamentos económicos e sociais diversos.

Por conseguinte, a racionalidade perversa se instala com mais força no campo, sobretudo essa racionalidade sutil que nos vem no bojo do trabalho e em forma de um discurso cuja intenção nem sempre entendemos. Na cidade as localizações que se opõem a essa racionalidade, as áreas "irracionais" do ponto de vista da modernidade, assemelham-se àquilo a que os planejadores chamavam, nos anos 70, de *brechas*. Essas brechas tecnológicas recentes são numerosas e há que estudá-las no seu próprio contexto.

Quais são as possibilidades do Estado — como federação, como Estado federado, como município — na condução dessas irracionalidades, buscando ver nelas uma razão a descodificar, estabelecendo os instrumentos necessários de intervenção e as regras de um planejamento eficaz e aceitável?

Estas nos parecem tarefas urgentes e fundamentais. O planejamento urbano-regional atual não mais comporta fórmulas prefabricadas, nem pode admitir a utilização de teorias historicamente superadas. É na própria história contemporânea, história conjunta do mundo e dos lugares, que nos devemos inspirar, tanto para entender os problemas, como para tentar resolvê-los.

10

OBJETOS E AÇÕES: DINÂMICA ESPACIAL E DINÂMICA SOCIAL

Este título resume uma velha e nova questão dentro de nosso campo de trabalho comum. Há uma relação entre dinâmica territorial e a manifestação da consciência social? Há uma geografia dos movimentos sociais? O problema se coloca de maneira oportuna. Da mesma forma, como se diz hoje, que o tempo apagou o espaço, também se afirma que, nas mesmas condições, a expansão da presença do capital hegemónico em todo o espaço teria eliminado as diferenciações regionais e, até mesmo, proibido de prosseguir pensando que a região existe.

Quanto a nós, ao contrário, pensamos que: em primeiro lugar, o tempo acelerado, acentuando a diferenciação dos eventos, aumenta a diferenciação dos lugares; em segundo lugar, já que o espaço se torna mundial, o ecumeno se redefine, com a extensão a todo ele do fenómeno de região. Agora, exatamente, é que não se pode deixar de considerar a região, ainda que a chamemos por outro nome.

Região e divisão do trabalho

Regiões são subdivisões do espaço: do espaço total, do espaço nacional e mesmo do espaço local, porque as cidades maiores também são passíveis de régionalização. As regiões são um espaço de conveniência, meros lugares funcionais do todo, pois, além dos lugares, não há outra forma para a existência do todo social que não seja a forma regional. A energia que preside essa realização é a das divisões do trabalho sucessivamente instaladas, impondo sucessivas mudanças na forma e no conteúdo das regiões. A ampliação da divisão do trabalho e do intercâmbio gera a aceleração do movimento e mudanças mais rápidas na forma e no conteúdo. As diferenças entre lugares que eram antes devidas a uma relação direta entre a sociedade local e o espaço local, hoje apresenta outra configuração, já que se dão como resultado das relações entre um lugar dado e fatores longínquos, vetores provindos de outros lugares, relações globais das quais cada lugar é o suporte.

A região fora, no passado, um sinônimo de territorialidade absoluta de um grupo, através de suas características de identidade, de exclusividade e de limites. Hoje, o número de mediações é muito grande, o que induz, frequentemente, à confusão de imaginar que a região não mais existe.

Se considerarmos a região como uma subdivisão do espaço, incumbe-nos, em primeiro lugar, definir o que o espaço é, para podermos chegar a uma definição coerente. Há diversas formas para entender o espaço. Hoje,

tomemos a acepção seguinte: espaço como a soma indissociável entre sistemas de objetos e sistemas de ações. Nem sistemas de objetos apenas, nem sistemas de ações apenas, mas sistemas de objetos que influenciam sistemas de ações, sistemas de ações que in fluenciam sistemas de objetos, sistemas de objetos e sistemas de ações indissoluvelmente juntos e cuja soma e interação nos dão o espaço total. Quanto mais complexa a divisão do trabalho, maior a diversificação e a complexificação dos objetos e das ações, maior a espessura do subespaço correspondente.

Quanto à divisão do trabalho atual, as características que interessam mais de perto ao nosso enfoque, são, em primeiro lugar, o fato de que, talvez pela primeira vez na história do homem, há uma completa superposição dos diversos níveis da divisão do trabalho. Desse modo, as divisões do trabalho internacional, nacional e local se imbricam de maneira necessária. E isso redefine, de um lado, a própria divisão do trabalho e, de outro lado, redefine o espaço em todos os seus níveis de organização ou, para guardarmos a velha denominação, em todas as suas escalas. E desse modo que a dimensão escalar poderia ser rediscutida, como instrumento de trabalho em geografia.

Em segundo lugar, é também a primeira vez em que a divisão do trabalho é fruto de uma organização deliberada, não sendo deixada ao sabor das combinações ocasionais, ainda que predeterminadas. Hoje, uma organização precede e preside à estruturação do trabalho, a partir do nível mundial, ditando as formas de vida das sociedades as mais diversas, e pretendendo mesmo impor as modalidades com as quais os diversos povos realizam o seu estatuto nacional. As formas de intervenção atual dos grandes organismos internacionais na vida íntima de cada país são um exemplo. Esse ditame organizacional, externo a cada nação, e que impõe, dentro de cada país, novas formas de convivência, termina por redefinir, redimensionar e reorganizar tudo, até mesmo o espaço. Isso, porém, não significa que haja uma submissão automática dos diversos níveis in feriores de organização aos respectivos níveis superiores. É, também, novo na organização territorial o fato de que, graças à universalização de tantos tipos de troca, os níveis inferiores de organização passem a ter um papel relevante na redefinição dos níveis superiores, da nação ao universo.

Em terceiro lugar, ressalte-se o papel das diversas formas de circulação nessa reorganização da divisão internacional do trabalho, sobretudo no que toca à reorganização espacial. A circulação já não se define como antes, apenas pêlos transportes e pelas comunicações. Já que um novo sistema se levanta e ganha um papel reitor nas relações sociais, isto é, o subsistema da regulação, sem o qual já não se podem entender os fenómenos espaciais.

Sistemas de objetos e sistemas de ações, hoje

A partir desse quadro, o espaço se redefine como um conjunto indissociável no qual os sistemas de objetos são cada vez mais artificiais e os sistemas de ações são, cada vez mais, tendentes a fins estranhos ao lugar. Em outras palavras, de um ponto de vista do lugar e seus habitantes, a remodelação espacial se constrói a partir de uma vontade distante e estranha, mas que se impõe à consciência dos que vão praticar essa vontade.

Antes as coisas e os objetos se davam como conjuntos localizados. Eram coleções e não, propriamente, sistemas. Atualmente, os objetos tendem a se dar cada vez mais como sistemas, na medida em que cada dia que passa eles se vão tornando objetos técnicos. Trata-se, no seu conjunto, de sistemas técnicos. A materialidade do território é dada por objetos que têm uma génese técnica, um conteúdo técnico e participam da condição da técnica, tanto na sua realização como na sua funcionalidade. Esses sistemas técnicos atuais são formados de objetos dotados de uma especialização extrema. Isto é sobretudo válido para os objetos que participam dos sistemas hegemónicos, aqueles que são criados para responder às necessidades de realização das ações hegemónicas dentro de uma sociedade.

Os obietos preexistentes vêem-se envelhecidos pela aparição dos objetos tecnicamente mais avançados, dotados de qualidade operacional superiorjDesse modo, cria-se uma tensão nos objetos do conjunto paralela à tensão que se levanta dentro da sociedade, entre ações hegemónicas e ações não hegemónicas. A situação é diferente da do passado, em que as ações de um nível inferior não eram obrigatoriamente hegemonizadas. Agora há uma clara hierarquia das ações que se instalam em objetos igualmente hierarquizados e se exercem por seu intermédio. Os objetos que conformam os sistemas técnicos atuais são criados a partir da intenção explícita de realizar uma função precisa, específica. Essa intencionalidade se dá desde o momento de sua concepção, até o momento de sua criação e produção. A construção e a localização — a incepção — dos objetos estão subordinados a uma intencionalidade que tanto pode ser puramente mercantil quanto simbólica, senão uma combinação das duas intencionalidades. Todos esses objetos modernos aparecem com uma enorme carga de informação, indispensável a que participem das formas de trabalho hegemónico, ao serviço do capital hegemónico, isto é, do trabalho mais produtivo economicamente.

Os objetos já não trabalham sem o comando da informação, mas, além disso, passam a ser, sobretudo, informação. Uma informação especializada, específica e duplamente exigida: informação *para* os objetos, informação *nos* objetos.

Isso redefine inteiramente o sistema espacial, na medida em que uma informação concebida cientificamente para mover objetos criados deliberadamente com intenção mercantil, através de um sistema de ações subordinado a uma mais-valia mundial, possibilita a criação de uma enorme cópia de fluxos, extremamente diversos uns dos outros, tornando o espaço mais complexo.

A apreensão intelectual dessa nova situação é, sem dúvida, mais difícil, desafiando a nossa capacidade de teorizar e de produzir o conhecimento empírico adequado. É esse, talvez, o desafio maior que os geógrafos e os outros especialistas do território enfrentam em nossos dias. É nessa voragem que o conceito de região vem sofrendo restrições, ataques, remodelações. Para muitos, esse velho conceito já não seria adequado. Quanto a nós, não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos.

Para isso, é indispensável não apenas rever as qualificações atuais dos objetos, mas também das ações. Quanto a estas, tendem a ser racionais, sobretudo dos agentes hegemônicos, que utilizam objetos e sistemas técnicos hegemónicos.

As ações não são exclusivamente conforme aos fins, mas são conforme aos meios, isto é, conformes aos objetos. Elas não apenas são deliberadas, mas deliberadas por outros. Para a maior parte da humanidade, elas não são informadas de modo endógeno, mas informadas de fora. Tratam-se de ações com base científica, o que conduz frequentemente à não existência de um debate sobre sua validade, já que a ciência mitificada não é discutida, mas se impõe. Tais ações não são explicadas a todos, mas apenas ensinadas aos agentes, como base de uma atividade parcelizada, que na sociedade cria letrados cada vez menos cultos. São ações pragmáticas, onde a inteligência pragmática, como diria Horkheimer, substitui a meditação. Daí essa incapacidade dos homens de nosso tempo de saber o que são e de saber onde estão. Uma ação codificada, presidida por uma razão formalizada, ação que não é isolada, e que arrasta, ação que se dá em sistema, cujo lubrificante maior passou a ser, talvez, não a produção, mas sim a comunicação, tem o papel fundamental na organização da vida cole-tiva e na condução da vida individual. Entender todo esse processo torna-se crucial, tanto na interpretação do que a realidade é, como no esforço para mudá-la.

À recriação da ignorância e a necessidade do discurso

Tudo isso cria a necessidade do discurso, sem o qual, nos dias de hoje, nada se faz. As bulas que eram, no passado, indispensáveis quase que apenas para lermos as virtudes dos remédios, são hoje uma permanente precisão do homem no mais tolo afazer de cada dia. O aparelho de barbear traz indicação de como utilizá-lo e o instrumento mais complicado tampouco se utiliza sem, esse discurso, criando na sociedade os especialistas dos discursos especiais, ao mesmo tempo em que se debilita a criação do homem capaz de fazer discurso do todo, isto é, de entender a história e de propor uma nova história. Os objetos têm um discurso, um discurso que vem de sua estrutura interna e revela sua funcionalidade. É o discurso do uso, mas, também, o da sedução. E há o discurso das ações, do qual depende sua legitimação. As ações necessitam de legitimação prévia para ser mais docilmente aceitas e ativas na vida social e assim mais rapidamente repetidas e multiplicadas.

Tudo isso é mais fácil, pois num mundo que inventa cada dia uma novidade, tornamo-nos todos cada dia ignorantes do que são as coisas novas, do que elas trazem como impulso na produção e na ideologia. Essa criação cotidiana do homem ignorante é que impõe o discurso, impondo essa nova categoria de análise indispensável ao entendimento de que as coisas e os homens são.

Horizontalização e verticalização

Nesse espaço, assim reorganizado, há, de um lado, horizontalizações e, de outro, verticalizações, recortes espaciais superpostos. As horizontalizações atuais são a condição e o resultado das novas condições da produção propriamente dita. E as verticalizações são o resultado das novas necessidades de intercâmbio e da regulação. Os arranjos espaciais, nessas condições, não se dão apenas como as regiões do passado, figuras formadas de pontos contínuos e contíguos. Hoje, também, ao lado dessas manchas, ou por sobre essas manchas, há, também, constelações de pontos descontínuos, mas interligados, que definem um espaço de fluxos reguladores. Tudo isto junto é o espaço. É a partir desses novos recortes

espaciais, dessas novas subdivisões do espaço, que devemos pensar as suas novas categorias analíticas, se não queremos falar apenas de um espaço total, seja o espaço total do ecúmeno, o espaço total da sociedade nacional, o espaço total de uma aglomeração urbana. Ora, a totalidade não se entende sem que seja, antes, subdividida.

No primeiro caso, as horizontalidades, a solidariedade entre os elementos formadores deve-se, sobretudo, à produção propriamente dita. Veja-se, como exemplo, a relação cidade-campo, onde a atração entre subespaços com funcionalidades diferentes atende à própria produção, já que a cidade, sobretudo nas áreas mais fortemente tocadas pela modernidade, é o lugar da regulação do trabalho agrícola.

No segundo caso, nas verticalidades, a solidariedade é obtida através da circulação, do intercâmbio e da sua regulação. Veja-se como exemplo a relação interurbana.

Trata-se de entender essa nova forma de solidariedade entre os lugares que tanto se pode dar a partir de contigüidades e continuidades, como da ação empreendida a partir de pontos distantes, mas não isolados. A região, nessas condições, mesmo aquela definida no mapa como uma mancha contínua (primeiro caso) deixa de ser definida como era antes. Não é mais a solidariedade orgânica que nos dá a região, mas uma solidariedade organizacional. Poderíamos parafrasear Baudrillard, em seu *Sistema dos Objetos,* quando ele disse que "a funcionalidade não é mais o que se adapta a um fim, mas uma ordem de sistema". De uma organização "natural", existindo pela troca de energia entre os elementos, tal como eles são e estão dispostos, nós passamos a uma valorização das coisas, isto é, sua própria vida funcional, por intermédio da organização. Onde se lia energia, leia-se informação, como novo princípio de estruturação do território, tanto nas suas subdivisões como no seu todo.

Nessas condições, as verticalidades aparecem como vetores da modernidade mais moderna, transportadores de uma racionalidade superior, veículos do discurso pragmático dos setores hegemónicos. As ações racionais, dando-se sobre um espaço tornado racionalizado pela presença de objetos tão estritamente fabricados para dar resposta às suas exigências, criam um cotidiano obediente e disciplinado.

Quanto às horizontalidades tanto elas podem ser o lugar da finalidade imposta de fora, de longe ou de cima, quanto o da contrafinalidade. Neste caso, elas são o palco de um cotidiano conforme, mas não conformista, o lugar da cegueira e da descoberta, da complacência e da revolta.

Espaço e movimento sociais

Lembremo-nos do fato de que os movimentos sociais, tanto urbanos quanto rurais, têm lugar onde um enquadramento rígido se estabelece, por exemplo uma forma de divisão da propriedade que age de modo semelhante à materialidade nas cidades, e cria como resposta um novo patamar da consciência coletiva.

Como trabalhar, não apenas empiricamente, mas também teoricamente, a relação entre os movimentos sociais e o espaço? Essa é a grande questão proposta já que nessa matéria não basta apenas *trazer o* recital da nossa experiência, mas sobretudo tentar construir um projeto-pensamento que apoie a nossa atívidade futura. E impossível influir no futuro sem teoria.

O espaço hoje se subdivide entre subespaços onde há uma carga considerável de racionalidade e áreas onde isso ainda não ocorre. Onde os nexos científicos, tecnológicos, informacionais são importantes, temos aquele *meio técni-co-científico-informacional,* uma porção de território onde as racional idades dos agentes hegemónicos se tornam possíveis e se dão eficazmente, porque essa área geográfica é formada por objetos criados prévia e deliberadamente para o exercício dessa racionalidade.

Espaços do mandar, espaços do fazer

Esse meio técnico-científico que inclui saber é o suporte da produção do saber-novo, faz com que os outros espaços se tornem apenas os espaços do fazer. Os espaços comandados pelo meio técnico-científico são os espaços do mandar, os outros são os espaços do obedecer.

A nova relação entre regiões, aquilo que no passado se chamava de dependência regional, subordinação de umas áreas a outras, tem esse conteúdo novo de ciência, tecnologia, informação, mas também dessa racionalidade outorgada pelas ações e pêlos objetos. A nova centralidade depende dessa racionalidade que não se dá igualmente em toda parte. Os novos espaços centrais informados substituem aquela noção de *core,* que outrora nos foi apontada por J. Friedman e J. Boudeville. A partir desta nova organização do território, não cabe mais, no caso do Brasil, falar em litoral e interior, ou simplesmente em cidade e não cidade, ou urbano e não urbano. Há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Todavia, essa racionalidade sistémica não se dá de maneira total, absoluta e homogénea, pois, nas áreas assim transformadas, permanecem zonas onde ela é menor ou inexistente.

Essa racionalidade tem sua própria lógica. Por exemplo, as greves mais largamente seguidas não se dão mais no sudeste do Brasil, talvez porque uma geografia extremamente racional se torna um obstáculo à visibilidade do mundo. A subordinação à racionalidade impõe aos indivíduos um enquadramento e lhes reduz a possibilidade de manifestação de uma inconformidade. Da mesma maneira, os resultados eleitorais. Se uma grande maioria de eleitores de São Paulo preferiu sufragar partidos não progressistas, até que ponto esse conjunto formado por objetos técnicos racionalizados teve um papel nesse tipo de voto?

Essa racionalidade supõe contra-racionalidades. Essas contra-racionalidades se localizam, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos "modernas" e, do ponto de vista social, nas minorias. As minorias se definem pela sua incapacidade de subordinação completa às racionalidades hegemônicas. As minorias étnicas, sexuais (de gênero) e outras têm mais dificuldades para aceitar e atender às exigências da racionalidade, na mesma medida em que os pobres delas também são mais defendidos, porque mais infensos às trampas do consumo. Esses são também os instrumentos da realização da contra-racionalidade.

Por isso mesmo, as cidades são o lugar da revolta, da rebelião, do encontro com o que parecia impossível, já que são menos fáceis de conquistar pelo capital novo do que o campo. Este, nos dias de hoje, é muito mais suscetível da presença e da difusão do capital hegemónico que a cidade. Por essa razão, o campo é rígido, graças às

equações de trabalho e capital exigidas pelas novas produções, exigentes do uso da inteligência, da técnica e da informação. A cidade é rígida pêlos objetos que a formam, essa materialidade que custa muito caro renovar: desse modo, a cidade tem mais bolsões de contra-racionalidade e de contrafinalidade que o campo. Nessas condições, e ao contrário do que frequentemente se diz, a cidade acaba sendo mais fácil de planejar.

No campo modernizado, onde a racionalidade já se instalou nos objetos e nas atividades, as grandes empresas podem comandar diretamente os processos, a despeito do Estado. Quando o campo é marcado pelo nexo da ciência, tecnologia e informação, o Estado aparece com menor força de intervenção, exceto se decide antepor-se às chamadas leis de mercado. Graças, exatamente, àquelas suas áreas sociais e geográficas onde a racionalidade capitalista contemporânea é menor, o Estado (União, Estados, Municípios) pode ter força para planejar a cidade.

A ação transformadora

Vivemos num mundo onde já não temos comando sobre as coisas, já que estão criadas e governadas de longe e são regidas por imperativos distantes, estranhos. Poderíamos, nesse caso, dizer, com Maffesoli, que os objetos já não nos obedecem, já que eles respondem à racionalidade da ação dos agentes. No dizer do Sartre de *A Imaginação,* os objetos se tornam sujeitos. Mas nenhum objeto é depositário do seu destino final e não há razão para um desespero definitivo. Num mundo assim feito, não cabe a revolta contra as coisas, mas a vontade de entendê-las, para poder transformá-las. No século em que a Revolução Industrial se afirmou, essa revolta se dava como luta contra as novas invenções, vontade de destruir as máquinas, como no ludismo. Hoje, sabemos que tal revolta tem de se dar contra as relações sociais inegalitárias, que esses objetos permitem. O que se impõe é conhecer bem a anatomia desses objetos e daquilo que eles, juntos, formam — o espaço.

É através do entendimento do conteúdo geográfico do cotidiano, que poderemos, talvez, contribuir à necessária teorização dessa relação entre espaço e movimentos sociais, enxergando na materialidade, que é um componente fundamental do espaço, uma estrutura de controle da ação, um limite ou um convite à ação. Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam. Não há, todavia, por que desesperar .já que a vida das coisas não é dada para todo o sempre. Se estas podem permanecer as mesmas na sua feição rígida, ao longo do tempo alteram-se seu conteúdo, sua função, sua significação, sua obediência perante a ação. As determinações mudam, mudando os objetos. As ações re-vivificam as coisas e as transformam.

O conhecimento dos objetos e dos seus processos passa a ser fundamental, para uma ação deliberada e renovadora, e o papel da geografia também se renova, na análise social e na construção do futuro.

11

OS GRANDES OBJETOS: SISTEMAS DE AÇÃO E DINÂMICA ESPACIAL

Este documento se constrói em torno de dois grandes eixos: as grandes obras e o espaço. Um desses temas é o que eu chamaria de grandes coisas artificiais, grandes objetos, produtos da história dos homens e dos lugares, localizados no espaço. E há o próprio espaço. O que é o espaço? O espaço comporta muitas definições, segundo quem fala e o que deseja exprimir. Aqui a voz é a de um geógrafo que propôs algumas formas de enfocar a questão: o espaço como reunião dialética de fixos e de fluxos; o espaço como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; e, finalmente, o que vai presidir à reflexão de hoje, o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações. Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e mais fixos, fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos.

No começo da história do homem, a configuração territorial é simplesmente o conjunto dos complexos naturais. À medida que a história se vai fazendo, a configuração territorial é dada pelas obras dos homens: estradas, plantações, casas, depósitos, portos, fábricas, cidades etc. Cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada.

O espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, entre sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá. Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações, e, de outro lado, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra sua dinâmica e se. transforma. No começo era a natureza selvagem, formada por objetos naturais, que ao longo da história vão sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, e mais recentemente objetos mecanizados e, depois, cibernéticos, fazendo com que a natureza artificial tenda a funcionar como uma máquina. Através da presença desses objetos técnicos: hidrelétri-cas, fábricas, fazendas modernas, portos, estradas-de rodagem, estradas de ferro, cidades, o espaço é marcado por esses acréscismos, que lhe dão um conteúdo extremamente técnico.

Objetos e sistemas técnicos

Por isso, o entendimento do que o espaço significa e, também, do que é a sociedade, passa pela compreensão do que são hoje os sistemas técnicos.

O que são, hoje, esses sistemas de objetos técnicos que constituem o território de um país? Eles se definem, em primeiro lugar, pela sua ubiqüidade e universalidade e sua tendência à unificação. Os mesmos sistemas

técnicos se implantam em qualquer que seja o país, no leste, no oeste, no norte e no sul do Planeta. Os sistemas técnicos mais atuais, isto é, os sistemas técnicos dominantes, aqueles que servem aos atores hegemónicos da economia, da cultura, da política, tendem a ter a mesma composição, em todos os lugares. Não era assim no passado quando os sistemas técnicos podiam ser diversos segundo os lugares.

Outro elemento importante para entender os atuais sistemas técnicos é que cada vez mais eles exigem uma unidade de comando. De uma multiplicidade de instalações e uma pluralidade de comandos, encaminhamo-nos para um comando único. Essa tendência não é exclusiva de apenas um sistema técnico, como o da eletricidade, por exemplo, mas abarca a totalidade dos sistemas técnicos. Como os sistemas técnicos funcionam em uníssono com os sistemas de ações, isso pode ajudar a entender como as regiões periféricas de um país vão inserir-se na vida nacional.

Outro lado importante deste período é que os ob-jetos são criados com intencionalidades precisas, com um objetivo claramente estabelecido de antemão. Da mesma forma, cada objeto é também localizado de forma adequada a que produza os resultados que dele se esperam. No passado, os objetos nos obedeciam no lugar onde estávamos, e onde os criávamos. Hoje, no lugar onde estamos, os objetos não mais nos obedecem, porque são instalados obedecendo a uma lógica que nos é estranha, uma nova fonte de alienação. Sua funcionalidade é extrema, mas seus fins últimos nos escapam. Essa intencionalidade é mercantil, mas é, também, frequentemente simbólica. Aliás, para ser mercantil, frequentemente necessita ser simbólica antes. Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a raciona-lidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais.

Objetos e discurso

Esses objetos novos, que transportam o sistema das técnicas atuais, exigem discurso. Até ontem, eles nos podiam falar diretamente; hoje, nós os miramos, mas eles nada nos dizem, se não houver a possibilidade de uma tradução. Por isso, as cidades, mesmo as do interior, acolhem um grande número de tradutores, pessoas treinadas para ler sistemas técnicos e utilizar objetos técnicos.

Essa atividade intelectual que forma os novos terciários raramente permite aos seus atores um entendimento completo do que fazem. Consagrando esse tipo de atores, nossa época recria a ignorância.

Essa necessidade de discurso inerente aos objetos técnicos atuais é concomitante àquilo que Leibniz, se fora vivo, chamaria de uma harmonia preestabelecida, na medida em que esses objetos são chamados a trabalhar em conjunto, segundo regras cada vez mais rígidas. Sua inter-relação independe das forças presentes no lugar em que se instalam. O mundo de hoje é o cenário do chamado "tempo real", onde a informação se pode transmitir instantaneamente, permitindo que, não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, as ações indicadas

se dêem, atribuindo maior eficácia, maior produtividade, maior rentabilidade, aos propósitos daqueles que as controlam.

Os objetos técnicos funcionam apenas à base das informações que recebem dos centros de comando, sejam onde estiverem esses comandos e esses objetos. Essa é a problemática regional de uma região como esta, uma região que resta natural, para uma quantidade de coisas e que, de supetão, recebe objetos imensos, cheios de in-tencionalidades estranhas, dotados de uma força que jamais antes se viu, ao serviço do que não está aqui. Esta é uma realidade dramática, mas que cumpre estudar e analisar.

Regiões do fazer e regiões do mandar

Os sistemas técnicos atuais são dotados de uma enorme capacidade de invasão, mas essa invasão é limitada exatamente porque esses objetos estão a serviço de atores e forças que somente se aplicam se têm a garantia do retorno aos seus investimentos, seja esse investimento económico, político ou cultural. Esses objetos técnicos são as correias de transmissão dos obje-tivos dos atores hegemômicos, da cultura, da política, da economia, e não podem ser utilizados pêlos atores não hegemónicos, senão de forma passiva. A forma ativa é cada vez mais reservada a alguns e a forma passiva é deixada a todos os demais atores, que por isso ganham um papel subalterno dentro da sociedade.

Naquelas regiões onde o sistema de objetos e o sistema de ações são mais densos, aí. está o centro do poder. Naquelas outras áreas onde o sistema de objetos e o sistema de ações é menos complexo e menos inteligente, aí está a sede da dependência, da incapacidade de dirigir a si mesmo. Região significa reger, mas, hoje, há cada vez mais regiões que são apenas regiões do fazer, e, cada vez menos, regiões do mandar, regiões do reger. Aquelas que são regiões do fazer são cada vez mais regiões do fazer para os outros. Por isso, em nosso tempo, através da nova lógica do sistema de objetos e do sistema de ações, o espaço está permanentemente se organizando e se desorganizando, mas agora, graças aos novos instrumentos espaciais da racionalidade, as duas operações — desorganização e reorganização — podem ser analiticamente observadas. Quanto mais podemos separar, mais podemos conhecer, ainda que não nos seja dado comandar as estruturas dinâmicas.

Nossa impotência relativa deve-se, em parte, à mudança de definição do conteúdo funcional das regiões. Antes, os diversos elementos de uma área se relacionavam onde estavam e sua unidade se dava por meio de trocas de energia. Hoje, eles entram em relação em função de uma organização e esta lhes é cada vez mais estranha. Antes, a organização da vida era local, próxima ao homem; hoje essa organização *é,* cada vez, mais longínqua e estranha. Antes, a sua razão era a própria vida, hoje *é* uma racionalidade sem razão, sem objetivo, sem teleologia, que comanda a existência dos homens e a evolução dos espaços.

É essa situação dramática que nos conduz à,necessidade de uma cultura técnica. Não basta examinar os grandes objetos, por mais sedutora e instrutiva que seja a tarefa de trabalhar diretamente com eles, numa preocupação puramente empírica. É fundamental e indispensável inseri-los no movimento atual do mundo,

escapando àquilo que Marx temia, isto é, o erro do século. Ou buscamos entender tudo ou não entendemos nada. Ou enfrentamos o todo em que se incluem, ou os objetos nos escapam em seu entendimento. Essa busca do global é mais exigida do que antes, ainda que à saciedade se repita que chegamos ao fim da teoria, da ideologia e da utopia. Na verdade, chegamos ao fim da natureza, na medida em que nas áreas chamadas desenvolvidas, o trabalho do homem é, hoje, inteligência dando-se sobre a inteligência. Nas demais áreas, ali onde a inteligência se dá sobre a natureza, as possibilidades de comando da natureza e de controle do destino dos homens (que vivem sobre essa natureza) são menores.

Por uma nova Planificação Regional

Que fazer? Este é o problema. Nas regiões onde a densidade técnica é menor, que é o caso da Região Amazônica, será desejável aumentá-la. Seria o caso de também aumentar a densidade informacional. Mas em que sentido? A informação que comanda os objetos não é uma informação geral, mas uma informação especializada, cujo exercício depende de poder. Os objetos obedecem a quem tem poder para comandá-los. A intencionalidade, que antes era incluída nos objetos hoje supõe um comando exterior. Não é por acaso que a raiz da palavra *cibernética* é a mesma da palavra *governador*. Informar é também governar. Quando aplicada à produção, a informação governada por interesses estranhos à área, é geradora de uma entropia, uma desorganização, antes que o detentor da informação reorganize o sistema em seu próprio proveito. A densidade informacional requerida em uma área crítica é a que permita descobrir os caminhos possíveis para harmonizar os interesses locais com os vetores da modernidade.

Como lutar adequadamente para recuperar algo do comando da evolução, isto é, como refazer a planificação regional? Entre o que somos e o que desejamos ser, entre os impasses atuais e as possibilidades e esperanças, jamais o homem e as regiões tanto necessitaram do conhecimento. Tudo começa com o conhecimento do mundo e se amplia com o conhecimento do lugar, tarefa conjunta que é hoje tanto mais possível porque cada lugar é o mundo. E daí que advém uma possibilidade de ação. Conhecendo os mecanismos do mundo, percebemos por que as intencionalidades estranhas vêm instalar-se em um dado lugar, e nos ar^: mamos para sugerir o que fazer no interesse social.

Nesta nossa época nenhum tempo pode ser perdido com o discurso político puro. O discurso político só é hoje eficaz à medida que for instruído pelo discurso académico, pois jamais necessitamos tanto de um discurso competente que, posto nas mãos dos políticos igualmente competentes, vai permitir-lhes dominar a problemática, e realizar, através do processo político, e por aproximações sucessivas, o encaminhamento cor-reto às soluções.

IV

O MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL

12

O PERÍODO TÉCNICO-CIENTÍFICO E OS ESTUDOS GEOGRÁFICOS

Introdução

Para ter eficácia, o processo de aprendizagem deve, em primeiro lugar, partir da consciência da época em que vivemos. Isto significa saber o que o mundo é e como ele se define e funciona, de modo a reconhecer o lugar de cada país no conjunto do planeta e o de cada pessoa no conjunto da sociedade humana. É desse modo que se podem formar cidadãos conscientes, capazes de atuar no presente e de ajudar a construir o futuro. Por isso, longe da ambição, que, aliás, escapa à nossa competência de fornecer um formulário de técnicas de ensino ou um programa pedagógico acabado, preferimos empreender uma .tentativa de reconhecimento dos aspectos principais de nossa época, alinhando fatos e problemas que a caracterizam e que, por isso mesmo, devem fazer parte de um plano de estudos que leve em conta a modernidade, sua realidade concreta e sua existência sistêmica. O fato de que o processo de transformação da sociedade industrial em sociedade informacional não se completou inteiramente em nenhum país, faz com que vivamos, a um só tempo, um período e uma crise, e assegura, igualmente, a percepção do presente e a pre sunção do futuro, desde que o modelo analítico adotado seja tão dinâmico quanto a realidade em movimento e reconheça o comportamento sistémico das variáveis novas que dão uma significação nova à totalidade.

Nesse exercício, o ponto de vista adotado aqui é, sobretudo, o de nosso campo de estudo, isto *é,* o do espaço territorial, espaço humano. Mas a interdependência, no nível global, dos fatores atuais de construção do mundo deve assegurar às propostas aqui avançadas um certo interesse no que toca às demais ciências sociais.

Com a globalização do mundo, as possibilidades de um trabalho interdisciplinar tornam-se maiores e mais eficazes, na medida em que à análise fragmentadora das disciplinas particulares pode mais facilmente suceder um processo de reintegração ou reconstrução do todo. Nesse processo de conhecimento, o espaço tem um papel privilegiado, uma vez que ele cristaliza os momentos anteriores e é o lugar de encontro entre esse passado e; o futuro, mediante as relações sociais do presente qtfé nele se realizam. Basta que os enfoques particulares se proponham com uma visão contextuai, para que, através da soma de estudos setoriais, seja possível recuperar a totalidade. É o que aqui tentaremos mostrar.

Criar a consciência de uma época: novos fatores a considerar

O meio técnico-científico

A fase atual da história da Humanidade, marcada pelo que se denomina de revolução científico-técnica, é frequentemente chamada de período técnico-científico (ver, por exemplo, Radovan Richta, *La civilisation au carrefour,* Paris, Éditions du Seuil, 1974). Em fases anteriores, as atividades humanas dependeram da técnica e da ciência. Recentemente, porém, trata-se da interdependência da ciência e da técnica em todos os aspectos da vida social, situação que se verifica em todas as partes do mundo e em todos os países. O próprio espaço geográfico pode ser chamado de *meio técnico-científico* (tratamos do assunto em *Espaço & Método,* São Paulo, Editora Nobel, 1985). Essa realidade agora se estende a todo o Terceiro Mundo, ainda que em diferente proporção, segundo os países.

Nesta nova fase histórica, o Mundo está marcado por novos signos, como: a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenómeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e urna economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática.

A percepção da simultaneidade

O fenômeno da simultaneidade ganha, hoje, novo conteúdo. Desde sempre, a mesma hora do relógio marcava acontecimentos simultâneos, ocorridos em lugares os mais diversos, cada qual, porém, sendo não apenas autónomo como interdependente dos demais. Hoje, cada momento compreende em todos os lugares, eventos que são independentes, incluídos em um mesmo sistema de relações. Os progressos técnicos que, por intermédio dos satélites, permitem a fotografia do planeta, permitem-nos uma visão empírica da totalidade dos objetos instalados na face da Terra. Como as fotografias se sucedem em intervalos regulares, obtemos, assim, o retrato da própria evolução do processo de ocupação da crosta terrestre. A simultaneidade retratada é fato verdadeiramente novo e revolucionário, para o conhecimento do real e o correspondente enfoque das ciências do homem, alterando-lhes, assim, os paradigmas.

Unicidade técnica e da mais-valia

O espaço geográfico agora mundializado redefi-ne-se pela combinação desses signos. Seu estudo supõe que se levem em conta esses novos dados revelados pela modernização e pelo capitalismo agrícola, pela, es-pecialização regional das atividades, por novas formas e localizações da indústria e da extração mineral, pelas novas modalidades de produção da energia, pela importância da circulação no processo produtivo, pelas grandes migrações, pela terciariação e pela urbanização extremamente hierárquicas. O espaço rural e urbano são

marcados, na sua transformação, pelo uso sistemático das contribuições da ciência e da técnica e por decisões de mudança que levam em conta, no campo e na cidade, os usos a que cada fração do território vai ser destinada. Trata-se de uma geografia completamen-te nova. Todo esforço de conceitualização exige que os novos fatores no nível mundial (cuja lista certamente não esgotamos) sejam levados em conta, tanto no nível local, como no regional ou nacional. Os estudos empíricos ganharão a partir desse enfoque.

No que se refere particularmente ao espaço, o aparecimento de dois novos fenômenos constitui a base de explicação histórica de sua nova realidade. De um lado, o período atual vem marcado por uma verdadeira unicidade técnica, pelo fato de que, em todos os lugares (Norte e Sul, Leste e Oeste) os conjuntos técnicos presentes são *grosso modo* os mesmos, agesar do grau diferente de complexidade; e a fragmentação do processo produtivo em escala internaciona se realiza em função dessa mesma unicidade técnica.

Antes, os sistemas técnicos eram apenas locais, ou regionais, e tão numerosos quantos eram os lugares ou regiões. Quando apresentavam traços semelhantes não havia contemporaneidade entre eles, e muito menos interdependência funcional. Por outro lado, a impulsão que recebem esses conjuntos técnicos atuais (ou suas f rações) é única, vinda de uma só fonte, a mais-valia tornada mundial ou mundializada, por intermédio das firmas e dos bancos internacionais. O conhecimento empírico da simultaneidade dos eventos e o entendimento de sua significação interdependente são um fator determinante da realização histórica, ao menos para os setores hegemónicos da vida económica, social e política. Mas estes arrastam todos os demais. Daí por que nos referimos a uma empiricização da universalidade (M. Santos, "Geo-graphy in the Late Twentieth Century: New Roles for a Threatened Discipline", número especial sobre *Epifte-mology of Social Science, "International Social Science Journal,* Unesco, 1984, v. 36, n.° 4).

Fluxos de informação superpostos aos fluxos de matéria

O papel crescente da informação nas condições atuais da vida económica e social permite pensar que o espaço geográfico e o sistema urbano considerado como o esqueleto produtivo da Nação são atualmente hierarquizados por fluxos de informação superpostos a fluxos matéria não propriamente hierarquizantes. A importância da informatização e da creditização do território, o novo papel dos bancos e dos diversos meios de transmissão das mensagens, a crescente necessidade de regulação de qualquer tipo de intercâmbio (mesmo as trocas de natureza social e cultural) pelo Estado, mas também por outras instituições e organizações em diversos níveis, o imperativo de estar sempre adaptando-se às condições, em permanente mudança, da economia internacional, a necessidade de reconversão das economias regionais *e* urbanas são alguns ' dos elementos a considerar para a construção de um quadro de reflexão que leve em conta as especificidades novas que, sob formas aparentemente imutáveis, respondem rapidamente às modificações sobrevindas às relações internacionais e internas de cada país.

Elementos do discurso analítico

Entre os temas que, desse ponto de vista e sem exclusão de outros, parecem-nos merecer atenção maior, encontram-se:

a) a expansão do meio técnico-científico e suas consequências económicas, sociais, políticas e culturais;

b) os sistemas de engenharia e suas características atuais; a criação de grandes objetos geográficos, ') fixos e fluxos no espaço;

c) tendências complementares à redução da arena da produção e à dispersão das áreas produtivas; tendências à ocupação periférica do território nos países subdesenvolvidos (no Brasil sobretudo);

d) os circuitos espaciais da produção e os circuitos de cooperação.

Sistemas de engenharia e conteúdo técnico-científico do espaço

Da utilização dos objetos encontrados, no início da história social, com os quais constituía o sistema de condições materiais indispensáveis à vida do grupo, o homem foi, pouco a pouco, adicionando artefatos à natureza, modificando-a para criar verdadeiros sistemas de engenharia, bases da produção e do intercâmbio. Trata-se, hoje, de uma verdadeira tecnoesfera, uma natureza crescentemente artificializada, marcada pela presença de grandes objetos geográficos, idealizados e construídos pelo homem, articulados entre si em sistemas. É possível descrever tais sistemas, medi-los, avaliar o seu impacto na vida local, regional, mundial. Criam-se, assim, seletividades de uso e parece, também, possível, graças à unicidade das técnicas e à *in-completude* do período, antecipar lógicas de processos.

A circulação, a dispersão e redução das áreas produtivas: o aumento dos valores de troca

O conteúdo técnico-científico do espaço permite, em áreas cada vez menos extensas, a produção de um mesmo produto em quantidades maiores e em tempo menor, rompendo os equilíbrios preexistentes e impondo outros, do ponto de vista da quantidade e da qualidade da população, dos capitais empregados, das formas de organização, das relações sociais etc.

Ao mesmo tempo em que aumenta a importância dos capitais fixos (estradas, portos, silos, terra arada etc.) e dos capitais constantes (maquinado, veículos, sementes especializadas, adubos, fungicidas etc.), aumenta também a necessidade de movimento, crescendo o número e a importância dos fluxos, também o do dinheiro, e dando um relevo especial à vida de relações.

Valores de uso são mais frequentemente trans-formados em valores de troca, ampliando a econominização da vida social, mudando a escala de valores culturais, favorecendo o processo de alienação de lugares e de homens.

Circuitos produtivos e círculos de cooperação

Como a localização das diversas etapas do processo produtivo (produção propriamente dita, circulação, distribuição, consumo) pode doravante ser dissociada e autónoma, aumentam as necessidades de complementação entre lugares, gerando circuitos produtivos e fluxos cuja natureza, direção, intensidade e força variam segundo os produtos, segundo as formas produtivas, segundo a organização do espaço preexistente e os impulsos políticos.

O uso do território não é o mesmo para as diversas firmas. Os mesmos sistemas de engenharia são utilizados diferentemente e seletivamente. Na medida em que a força de mercado não é a mesma, a dimensão espacial de cada firma não é idêntica, variando com a capacidade de cada qual para transformar as *massas* produzidas em fluxos. Cada firma usa o território segundo sua força. Criam-se, desse modo, circuitos produtivos e círculos de cooperação,' como forma de regular o processo produtivo e assegurar a realização do capital.

Os circuitos produtivos são definidos pela circulação de produtos, isto é, de matéria. Os circuitos de cooperação associam a esses fluxos de matéria outros fluxos não obrigatoriamente materiais: capital, informação, mensagens, ordens. As cidades são definidas como pontos nodais, onde estes círculos de valor desigual se encontram e superpõem.

A rede urbana se torna, assim, um fenómeno ainda mais complexo, definido por fluxos de informação hierarquizados e fluxos de matéria que, nas áreas mais desenvolvidas, não são hierarquizantes.

Parece impossível abordar todos os problemas decorrentes dessas novas realidades ou todos os seus aspectos. Será melhor escolher algumas questões, mas se impõe que através dessa escolha seja possível reconhecer:

a) a especificidade do novo e sua definição estrutural funcional;

b) as combinações com os fatores herdados e o seu movimento de conjunto, governado pêlos fatores novos, presentes localmente ou não;

c) os ritmos de mudança e suas combinações.

Os três níveis de análise

Uma visão compreensiva da questão comporta pelo menos três níveis de análise:

1. o nível planetário;

2.o nível nacional;

3. o nível regional e local.

O nível mundial

O primeiro nível supõe: a identificação, no nível mundial, das principais variáveis e sua definição; a verificação de sua distribuição desigual entre países e dentro de cada país e a tentativa de identificação dos fatores, mediante a aproximação dos fatos e de suas causas locais e extralocais.

O nível do Estado-Nação

O segundo nível se ocupará de reconhecer: as repercusões mais gerais do novo período de um país, tanto na economia e na sociedade como no espaço; a repartição desigual das novas condições e a seletivida-de do seu impacto; a nova divisão territorial do trabalho resultante.

O nível da região

O terceiro nível, a partir da divisão territorial do trabalho na "área *core"* do país junto com a busca de uma redefinição geográfica dessa área, deverá orientar-se para o estudo particular e empírico das áreas que sejam representativas do novo impulso dado ao aprofundamento do capital *(deepening of capital)* no espaço, assim como das *ilhas de arcaísmo:* o movimento desigual e combinado no espaço, fornecido pêlos aspectos regionais ou locais da nova divisão territorial do trabalho no país, reflexo, por sua vez, de nova divisão do trabalho que se está operando em escala mundial.

Esses três níveis são interdependentes, embora possamos dar mais ênfase a um desses níveis, segundo o enfoque escolhido.

A modernidade e seus indicadores geográficos

Além dos temas implicitamente indicados nas páginas precedentes e dos itens que, tradicionalmente, fazem parte de uma análise geográfica (população, produção agrícola e industrial, transportes e comunicações, serviços públicos e privados, incluindo o setor financeiro visto em sua situação atual e em sua evolução e tanto do ponto de vista setorial como do geográfico), devem-se trabalhar com especial interesse aspectos que mais de perto refutam as condições de modernidade. Sua enumeração comportará, em certos casos, repetições do que já foi dito antes, mas certamente não será exaustiva.

Agrupamos os temas de nossa indagação atual em quatro grandes itens:

1. problemas gerais;

2. relações cidade-campo;

3. relações interurbanas;

4. organização interna das cidades e os novos papéis da metrópole.

Problemas gerais

Entre os problemas jerais de que nos devemos ocupar analiticamente estão os seguintes:

a) peso, na atividade agrícola, dos componentes técnicos e científicos; implicações quanto à organização da produção e quanto à composição orgânica do capital e do trabalho no campo, segundo os diversos produtos;

b) novas atividades industriais, incluindo agro-indústrias, novas localizações industriais;

c) mudanças territoriais da base produtiva e novas relações correspondentes; implicações quanto à repartição setorial da economia e do emprego e à estrutura territorial da produção;

d) nodificações recentes da rede de transportes (estradas-tronco, estradas vicinais), papel do tempo novo assim criado sobre o comportamento da economia e da rede urbana — modernização das comunicações; efeitos diferenciais segundo lugares e segundo estratos da população; jogo contraditório entre diversos fatores;

e) financeirização do território, etapas de desenvolvimento da rede bancária e diversificação do setor financeiro, segundo número, nível e distribuição;

f) tendências à concentração e centralização da atividade económica e seu rebatimento territorial; impacto sobre a natureza, sobre a direção e sobre a intensidade dos fluxos;

g) complicação dos "circuitos de cooperação" (definidos anteriormente); repercussões sobre a organização regional da rede de relações;

h) novos papéis deferidos às cidades segundo os. seus níveis, através dos equipamentos e das relações que permitem.

Quanto às relações cidade-campo

a) novos insumos (materiais ou não) e novos papéis da cidade no seu fornecimento; hierarquias assim geradas;

b) deslocamento para o campo de certas ativida-des industriais;

c) novas atividades de concepção, comando, administração superior ou controle instalados nas cidades médias (e menores?); presença de novos terciários localizados;

d) novos fluxos entre a cidade e "seu" campo; os fluxos e atividades criados pelo campo modernizado na "sua" cidade; o impacto das novas redes de transporte e comunicação;

e) a cidade como lugar de residência de agricultores e de "agrícolas"; novas formas de rurbanização.

Quanto às relações interurbanas

a) os novos consumos públicos e privados e seletividade de sua localização; novos modelos hierárquicos devidos a dados historicamente novos ou recentes: o banco, os consumos intermediários agrícolas, os serviços de educação, saúde, lazer etc.;

b) os "círculos de cooperação" dos diversos níveis e sua interseção seletiva, como um dos elementos de definição das hierarquias urbanas;

c) o novo papel de entropia das metrópoles e seu papel quanto à organização de cada região por sua cidade.

Quanto à organização interna das cidades e os novos papéis da metrópole

a) tendência à "dissolução" da metrópole, entendida como sua presença simultânea e instantânea **em** todos os lugares do país: os novos papéis metropolitanos baseados no papel da informação e do sistema bancário, como suportes da produção material;

h) consequências da enorme expansão territorial das regiões metropolitanas para a economia e a sociedade urbanas; relações de causa e efeito com os problemas da habitação, dos transportes, da especulação, da estrutura de rendas, da repartição dos serviços públicos etc.

Um exemplo concreto: o caso de São Paulo

1. Antes mesmo da difusão do período técnico-científico, o Estado de São Paulo era já, dentro do Brasil, uma área onde se reconheciam aspectos de desenvolvimento que, a partir da industrialização, da agricultura modernizada e do grau de urbanização, revelavam alto coeficiente de utilização de técnicas e de sua incorporação ao território, assim como a presença de uma considerável rede de ferrovias e de estradas de rodagem, notável modernização organizacional em muitos setores, papel importante do crédito na vida económica e papel importante do estado na criação das condições gerais da produção.

2. A partir das mudanças recentes, o Estado de São Paulo adaptou-se rapidamente, de forma extensa e intensa, às novas demandas, modificando, em relativamente pouco tempo, os seus padrões de organização na indústria, na agricultura, no comércio (incluindo o co mércio atacadista) e nos serviços de natureza pública e privada.

3. As novas localizações industrais, a expansão da agroindústria e a substituição de culturas foram extensas e rápidas, levando a grandes transformações na organização do espaço. A partir do sistema urbano preexistente, as superposições verificadas trouxeram mudanças substanciais quanto à forma, ao tipo e à intensidade das relações, criando um novo espaço e um novo sistema urbano, ambos redefinidos. As articulações entre subes-paços também mudaram, variando, porém, em função das novas divisões territoriais do trabalho no nível mundial, nacional e

regional. Cabe, neste ponto, reconhecer os novos papéis das cidades locais e das cidades regionais, as novas relações cidade-campo e as novas relações interurbanas, e o novo papel que a aglomeração paulistana, tornada metrópole das metrópoles brasileiras — e não apenas uma metrópole a mais — foi chamada a desempenhar não apenas diante do estado e de áreas vizinhas, como do País como um todo. São Paulo ganha também novas relações internacionais.

4. A organização interna das diversas cidades também muda, A interferência do Estado, por intermédio do Banco Nacional da Habitação (BNH) ajudou a criar um modelo urbano disperso e extenso, que tende a se reproduzir; o papel da especulação ganha terreno em cidades dos mais diversos tamanhos; a forma como os diversos elementos da vida urbana se dispõem no território urbano tende também a mudar para que certas atividades "centrais" se tornem "periféricas", como, por exemplo, os supermercados e mesmo parte da ati-vidade hoteleira e de restauração. A presença de volantes agrícolas, na qualidade de residentes urbanos, é, também, um dado novo que tanto influi sobre a morfologia, quanto sobre a funcionalidade das cidades.

13

MEIO TECNICO-CIENTIFICO-INFORMACIONAL E URBANIZAÇÃO DO BRASIL

Entre 1940 e 1980, dá-se uma verdadeira inversão quanto ao lugar de residência da população brasileira. Há meio século atrás (1940), a taxa de urbanização era de 26,35%, e em 1980 alcança 68,86%. Nesses quarenta anos, triplica a população total do Brasil, ao passo que a população urbana se multiplica por sete vezes e meia. Hoje, a população urbana brasileira se aproxima dos 75%.

BRASIL

	População total	População urbana
1940	41.326.000	10.891.000
1950	51.944.000	18.783.000
1960	70.191.000	31.956.000
1970	93.139.000	52.905.000
1980	119.099.000	82.013.000

Os anos 60 marcam um significativo ponto de inflexão. Tanto no decénio entre 1940 e 1950, quanto entre 1950 e 1960, o aumento médio anual da população urbana era, em números absolutos, menor que o da

população total do País. Nos anos 60-70 os dois números se aproximavam. E na década 70-80, o crescimento numérico da população urbana já era maior que o da população total. Nesse período, a população ativa agrícola aumenta de 0,0016%, ou seja, praticamente nada, passando de 13.087.000 para 13.089.000. O processo de urbanização conhece uma aceleração e ganha um novo patamar, consolidado na presente década. Entre 1980 e 1990, o número de urbanos terá crescido mais de 40%, ao passo que o aumento da população nacional é de 27%.

AUMENTO ANUAL MÉDIO APROXIMADO DA

POPULAÇÃO TOTAL E DA POPULAÇÃO URBANA

	Aumento médio	Aumento médio	
	Anual da pop.	Anual da pop.	B:A
	Total (A)	Urbana (B)	
1940-50	1.060.000	800.000	75,47
1950-60	1.820.000	1.320.000	72,52
1960-70	2.300.000	2.100.000	91,30
1970-80	2.600.000	2.900.000	111,53

Mas a complexa organização territorial e urbana do Brasil guarda profundas diferenças entre suas regiões. Em 1980, é a região Sudeste a mais urbanizada, com um índice de 82,79%. A menos urbanizada é a região Nordeste, com 50,44% de urbanos, quando a taxa de urbanização do Brasil era de 65,57%.

Essas disparidades são permanentes, embora diversas segundo os períodos, conforme mostra o quadro seguinte:

TAXAS REGIONAIS DE URBANIZAÇÃO

	1940	1960	1980
Norte	27,7	37,80	51,69
Nordeste	23,42	34,24	50,44
Sul	27,73	37,58	62,41
Sudeste	39,42	57,36	82,79
Centro-Oeste	21,52	35,02	67,75

M. A. A. de Souza, 1988.

Em 1940, além de as taxas regionais não serem altas, as diferenças entre regiões são menos significativas do que nos anos seguintes. Já em 1960, o Sudeste, mais modernizado, mostra avanços importantes no processo de urbanização. Em 1980, todos os índices conhecem incrementos, enquanto o Sudeste mantém predominância. A diferença entre as taxas de urbanização das várias regiões está intimamente ligada à forma como, nelas, a divisão do trabalho se deu, ou seja, em outras palavras, pela maneira diferente come foram afetadas pela divisão inter-regional do trabalho.

A situação anterior de cada região pesa sobre os processos recentes. Quando da intensificação da urbanização, algumas áreas eram de antigo povoamento, servidas por infra-estruturas antigas, representativas de necessidades do passado, e não respondendo, assim, às vocações do presente. E a realidade do Nordeste, onde, também, uma estrutura fundiária hostil desde cedo a uma maior distribuição de renda, a um maior consumo e a uma maior terciarização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas, e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento e de urbanização.

Por outro lado, o Centro-Oeste e, mesmo, a Amazónia, apresenta-se como extremamente apro~nado aos novos fenómenos da urbanização, já que era praticamente virgem, não possuindo infra-estrutura de monta, nem outros investimentos vindos do passado e que pudessem dificultar a implantação de inovações. Pôde, assim, receber uma infra-estrutura nova, totalmente ao serviço de uma economia moderna, já que seu território era praticamente livre de heranças de diferentes sistemas técnicos e sociais, de modo que o novo vai se dar, aí, com maior velocidade e rentabilidade. E é por isso que o Centro-Oeste conhece uma taxa extremamente alta de urbanização, podendo nele se instalar, de uma só vez, toda a materialidade contemporânea indispensável a uma economia exigente de movimento.

Já o Sudeste, mais novo que o Nordeste e mais velho que o Centro-Oeste, consegue, a partir do primeiro momento da mecanização do território, uma adaptação progressiva e eficiente aos interesses do capital dominante. Cada vez que há uma modernidade, esta é encampada pela região. A cidade de São Paulo é um bom exemplo disto, pois constantemente abandona o passado, volta-lhe permanentemente as costas e, em contraposição, reconstrói seu presente à imagem do presente hegemônico, o que lhe tem permitido, nos períodos recentes, um desempenho económico superior, acompanhado por taxas de crescimento urbano muito elevadas.

Todas as áreas do País experimentam um revigo-ramento do seu processo de urbanização, ainda que em níveis e formas diferentes, graças às diversas modalidades do impacto da modernização sobre o território.

A partir dos anos 60, e sobretudo na década de 70, as mudanças não são, apenas, quantitativas, mas, também, qualitativas. A urbanização ganha um novo conteúdo e uma nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o País conhece e que explicam a nova situação.

O meio técnico-científíco-informacional

A fase atual, do ponto de vista que aqui nos interessa, é o momento no qual se constitui, sobre territórios cada vez mais vastos, o que se chamará de *meio técnico-científico,* isto é, o momento histórico no qual a construção ou reconstrução do espaço se dará com um crescente conteúdo de ciência e de técnicas.

O meio natural era aquela fase da história na qual o homem escolhia da natureza aquilo que era fundamental ao exercício da vida e valorizava diferentemente essas condições naturais, as quais, sem grande modificação, constituíam a base material da existência do grupo. O fim do século XVIII e, sobretudo, o século XIX vêem a mecanização do território: o territó; rio se mecaniza. Podemos dizer, junto com Max. Sorre (1948) e André Siegfried (1955), que esse momento é o momento da criação do meio técnico, que substitui o meio natural. Já, hoje, é insuficiente ficar com essa categoria, e é preciso falar de meio técnico-científico-informacional, que tende a se superpor, em todos os lugares, ainda que diferentemente, ao chamado meio geográfico.

A partir, sobretudo, do fim da Segunda Guerra Mundial, generaliza-se a tendência. Desse modo, as remodelações que se impõem, tanto no meio rural, quanto no meio urbano, não se fazem de forma indiferente quanto a esses três dados: ciência, tecnologia e informação (M. Santos 1988). Isso traz, em consequência, mudanças importantes, de um lado na composição téc nica do território e, de outro lado, na composição orgânica do território, graças à cibernética, às biotecno-logias, às novas químicas, à informática e à eletrônica. Isso se dá de forma paralela à cientifização do trabalho. O trabalho se torna cada vez mais trabalho científico e se dá também, em paralelo, a uma informatização do território. Pode-se dizer, mesmo, que o território se informatiza mais, e mais depressa, que a economia ou que a sociedade. Sem dúvida, tudo se informatiza, mas no território esse fenómeno é ainda mais marcante na medida em que o trato do território supõe o uso da informação, que está presente também nos objetos.

Os objetos geográficos, cujo conjunto nos dá a configuração territorial e nos define o próprio território, são, cada dia que passa, mais carregados de informação. E a diferenciação entre eles é tanto a da informação necessária a trabalhá-los, mas também a diferenciação da informação que eles próprios contêm, pela sua própria realidade física.

O fato de que os objetos criados pelas atividades hegemónicas sejam dotados de intencionalidade específica, o que não era obrigatoriamente um fato nos períodos históricos anteriores, faz com que o número de fluxos sobre o território se multiplique também.

Juntemos a esse um outro dada: da totalidade dos objetos surgidos, alguns têm uma vocação simbólica, mas a maior parte tem uma vocação mercantil, de modo que tanto mais especulativa é a especialização das funções produtivas que tanto mais alto o nível do capitalismo e dos capitais envolvidos naquela área, e há, correlativamente, tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes.

Nesse período, no caso brasileiro, alguns fatos têm que ser ressaltados:

1.°) Há um desenvolvimento muito grande da configuração territorial. A configuração territorial é formada pelo conjunto de sistemas de engenharia que o homem vai superpondo à natureza, verdadeiras próteses, de maneira a permitir que se criem as condições de trabalho próprias de cada época. O desenvolvimento da configuração territorial na fase atual vem com um desenvolvimento exponencial do sistema de transportes e do sistema de telecomunicações.

2.°) Outro aspecto importante a levar em conta é o enorme desenvolvimento da produção material. A produção material brasileira, industrial e agrícola, muda de estrutura; a estrutura da circulação e da distribuição muda, a do consumo muda exponencialmente; todos esses dados da vida material conhecem uma mudança extraordinária, ao mesmo tempo em que há uma disseminação no território dessas novas formas produtivas. A parte do território alcançada pelas formas produtivas modernas não é apenas a região polarizada da definição de Jacques Boudeville (1964), nem o Brasil litorâneo descrito por Jacques Lambert (1959) mas praticamente o país inteiro.

3.°) Outro dado importante a considerar é o desenvolvimento das formas de produção não material; não apenas há um desenvolvimento das formas de produção material, há também uma grande expansão das formas de produção não material: da saúde, da educação, do lazer, da informação e até mesmo das esperanças. São formas de consumo não material que se disseminam sobre o território.

4.°) Isso tudo se dá através do modelo económico, que privilegia o que se poderia chamar de distorção da produção, uma produção orientada para fora, *external oriented,* uma distorção igualmente do consumo com maior atenção ao chamado consumo conspícuo, que serve a menos de um terço da população, em lugar do consumo das coisas essenciais, de que o grosso da população é carente. Há uma relação íntima de causa e efeito entre a distorção da produção e a distorção do consumo, o que está ligado às múltiplas formas de "abertura" da economia nacional e tem um efeito sobre as outras dimensões da economia que são também geográficas, como a

circulação e a distribuição. Isso tudo com relação a uma população que cresce: um fato que sempre choca um leitor ou ouvinte estrangeiro é quando se menciona que, a cada ano, o Brasil tem 3.000.000 de novos habitantes. Essa é uma dimensão fundamental para entender a existência de um Brasil rico ao lado de um Brasil pobre, e as formas atuais de reorganização do espaço brasileiro.

Há uma especialização extrema de tarefas no território, segundo uma vasta tipologia das produções, que é tanto mais sutil e necessária porque essas produções não são um dado puramente técnico: toda produção é técnica mas também sócio-econômica. Há, por isso, uma subdivisão e diferenciação extrema dessas produções. Trata-se de uma especialização cada vez mais capitalista. Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam. É uma tendência que claramente se nota nas áreas economicamente mais avançadas, mas que também se faz presente naqueles subespaços menos avançados. No caso brasileiro, esse meio técni-co-científico praticamente está presente naquilo que Boudeville (1968), juntamente com Friedman (1971), teria chamado, há vinte anos, de "centro" do país, área que preferimos denominar de região concentrada e que cobre praticamente os estados do Sul e do Sudeste e que desborda para o Centro-Oeste, como uma área contínua; mas esse meio técnico-científico se dá corno manchas em outras áreas do território nacional; e como pontos em todos os estados e unidades da Federação, tudo isso prefigurando o território nacional do futuro.

Foi o período técnico-científico da humanidade, isto é, a possibilidade de inventar a natureza, de criar sementes como se elas fossem naturais, isto é, o progresso da biotecnologia, que permitiu, no espaço de duas gerações, que o que parecia um deserto, como o cerrado, na região Centro-Oeste e na Bahia, se transformasse num vergel formado por um caleidoscópio de produções, a começar pela soja.

As especializações do território, do ponto de vista da produção material, assim criadas, são a raiz das complementaridades regionais: há uma nova geografia regional que se desenha na base da nova divisão territorial do trabalho que se impõe. Essas complementaridades fazem com que, em consequência, se crienvrie-cessidades de circulação, que vão tornar-se frenéticas, dentro do território brasileiro, na medida em que avança o capitalismo; uma especialização territorial que é tanto mais complexa quanto for grande o número de produtos e a diversidade da sua produção.

Estamos diante de um novo patamar quanto à divisão territorial do trabalho. Esta se dá de forma mais profunda e esse aprofundamento leva a mais circulação e mais movimento em função da complementaridade necessária. Mais circulação e mais movimento permitem de novo o aprofundamento da divisão territorial do trabalho e isso cria, por sua vez, mais especialização do território. O círculo nesse caso virtuoso (ou será vicioso?) se amplia.

O fato de que o espaço seja chamado a ter cada vez mais um conteúdo em ciência e técnica traz consigo outras consequências, como uma nova composição orgânica do espaço, pela incorporação mais ampla de capital constante ao território e a presença maior desse capital constante na instrumentalização do espaço, ao mesmo tempo

em que se dão novas exigências quanto ao capital variável indispensável (instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes adequados, pesticidas etc.). Como consequência das novas condições trazidas pelo uso da ciência e da técnica na transformação do território, há uma maior expressão do assalariado em formas diversas (segundo as regiões) e uma necessidade maior de capital adiantado, o que vai explicar a enorme expansão do sistema bancário, de tal forma que poderíamos falar de uma creditização do território, dando uma nova qualidade ao espaço e à rede urbana..

Cabe, igualmente, lembrar que nesta fase amplia-se a área da produção, ao passo que a arena da produção se reduz. Isto é, a produção, considerada em todas as suas instâncias, se dá em áreas maiores do território, ao passo que o processo produtivo direto se dá em áreas cada vez menores. Essa é uma tendência facilmente assinalável no território brasileiro. Ela é tornada factível em boa parte pela possibilidade agora aberta à difusão das mensagens e ordens em todo o território nacional. A creditização do território, a dispersão de uma produção altamente produtiva, não seriam possíveis sem a informatização do espaço brasileiro. O território é, hoje, possível de ser usado, com o conhecimento simultâneo das ações empreendidas nos diversos lugares, por mais distantes que eles estejam. Isso permite, também, a implantação de sistemas de cooperação bem mais largos, amplos e profundos, agora associados mais estreitamen- te a motores económicos de ordem não apenas nacional, mas também internacional. De fato, os eventos são, hoje, dotados de uma simultaneidade que se distingue das simultaneidades precedentes pelo fato de ser movida por um único conjunto motor, a mais-valia no nível mundial, que é, em última análise, responsável, direta ou indireta, pela forma como os eventos se dão sobre os diversos territórios. Essa unificação se dá em grande parte através do nexo financeiro e conduz a uma reformulação do espaço em escala mundial.

No caso do Brasil, o ajustamento do espaço às novas condições do período tem dados particulares, que são ao mesmo tempo fatores de implantação e de aceleração do processo. Um deles é o já referido modelo económico, do qual um subtítulo é o modelo exportador, agravado em função da dívida, o que veio criar para o País, nas áreas mais ricas, uma permanência no crescimento, com a presença de culturas agrícolas modernas, tendo como paralelo uma maior estabilidade no crescimento das aglomerações urbanas correspondentes. As, novas necessidades de complementaridade aparecem paralelamente à necessidade de vigiá-las, acompanhá-las e regulá-las. Essa é uma diferença entre a complementaridade atual e a complementaridade do passado, esta nova necessidade de regulação, de controle estrito, mesmo que à distância, dos processos da produção, mas também da distribuição e de tudo mais que envolva o processo de trabalho, ampliando a demanda de urbanização.

A nova urbanização: diferenciação e complexidade

Tudo isso vai dar em consequência uma nova urbanização brasileira. Um dos elementos fundamentais da explicação é o fato de que aumentou no Brasil, exponencialmente, a quantidade de trabalho intelectual. Não se dirá, com isso, que a população brasileira se haja tornado culta, mas ela se tornou mais letrada. O fato de que se haja tornada mais letrada está em relação direta com a realidade que vivemos neste período cien-tífico-técnico, onde a ciência e a técnica estão presentes em todas as atividades humanas. Nessas condições, a quantidade de trabalho

intelectual solicitada é enorme, sobretudo porque a produção material diminui em benefício da produção não material. Tudo isso conduz à amplificação da terciarização que, nas condições brasileiras, quer dizer também urbanização.

Por outro lado, amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das ideias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenómeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consump-tivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo, que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação de consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural.

À medida que o campo se moderniza, requerendo máquinas, implementos, componentes, insumos materiais e intelectuais indispensáveis à produção, ao crédito, à administração pública e privada, o mecanismo territorial da oferta e da demanda de bens e serviços tende a ser substancialmente diferente da fase precedente. Antes, o consumo do campo e das localidades propriamente rurais era, sobretudo, um consumo consumptivo, tanto mais expressivo quanto maiores as sobras disponíveis, estas sendo função da importância dos rendimentos e salários, e, pelo contrário, tanto menos expressivo quanto maior a taxa de exploração, mais extensas as formas pré-capitalistas, mais significativo o coeficiente de auto-subsistência. Com a modernização agrícola, o consumo produtivo tende a se expandir e a representar uma parcela importante das trocas entre os lugares da produção agrícola e as localidades urbanas.

O consumo consumptivo cria uma demanda heterogénea segundo os estratos de renda, mas comparável segundo as mesmas possibilidades de demanda. A arquitetura do sistema urbano tende a se reproduzir; o que varia é a distância entre os núcleos do mesmo nível, os quais dispõem de equipamentos mercantis comparáveis. Essa distância será tanto maior — e a acessibilidade aos bens e serviços tanto menor — quanto a demanda gerada na região for menor. Ao contrário, quando a demanda local é maior, a distância entre os núcleos provedores tende a ser menor, e a acessibilidade, portanto, igualmente maior.

O consumo produtivo cria uma demanda heterogénea segundo os subespaços. Os equipamentos mercantis tendem a ser diferentes. O consumo produtivo rural não se adapta às cidades, mas, ao contrário, as adapta. A arquitetura dos diversos subsistemas é, desse modo, diversa. Há, na realidade, superposição dos efeitos do consumo consumptivo e do consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala da urbanização e para aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os tanto do ponto de vista demográfico, quanto do ponto de vista econômico, enquanto a divisão do trabalho entre cidades se torna mais complexa. É assim que vamos ter no Brasil um número crescente de cidades com mais de 100.000 habitantes, o novo limiar da cidade média. Há três ou quatro decénios, as cidades médias eram as que tinham cerca de 20.000 habitantes.

Por outro lado o sistema urbano é modificado pela presença de indústrias agrícolas não urbanas, frequentemente firmas hegemónicas, dotadas não só de capacidade extremamente grande de adaptação à conjuntura, como da força de transformação da estrutura, porque têm o poder da mudança tecnológica e de transformação institucional.

Fortes de sua influência junto do Estado, terminam por mudar as regras do jogo da economia e da sociedade à sua imagem. Dotadas de uma capacidade de inovação que as outras não têm, fazem com que o território passe a ser submetido a tensões muito mais numerosas e profundas, pulsações que, vindas de grandes firmas, se impõem sobre o território, levando a mudanças rápidas e brutais dos sistemas territoriais em que se inserem.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformam em cidades económicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades marcantes eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade económica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos, o responsável pêlos comércios especializados.

A cidade torna-se o *locus* da regulação do que se faz no campo. É ela que assegura a nova cooperação imposta pela nova divisão do trabalho agrícola, porque obrigada a se afeiçoar às exigências do campo, respondendo às suas demandas cada vez mais prementes e dando-lhe respostas cada vez mais imediatas. O campo se torna extremamente diferenciado pela multiplicidade de objetos geográficos que o formam, pelo fato de esses objetos geográficos terem um conteúdo informacional cada vez mais distinto (o que se impõe, porque o trabalho no campo é cada vez mais carregado de ciência). Tudo isso faz com que a cidade local deixe de ser a cidade no campo e se transforme na cidade do campo.

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenómeno de "village". Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras só vão nascer, já modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazónia e no Centro-Oeste. Na verdade, não nascem rurais, já surgem urbanas. O Brasil moderno é um país onde a população agrícola cresce mais depressa que a população rural. Entre 1960 e 1980, a população agrícola passa dos 15.454.526 para 21.163.729, enquanto a população rural fica praticamente estacionária: 38.418.798 em 1960, 38.566.297 em 1980 (em 1970, são 41.054.054).

A população agrícola se torna maior que a rural exatamente porque uma parte da população agrícola formada por trabalhadores do campo estacionais (os béias-frias) (J. Graziano da Silva, 1989) é urbana pela sua residência. Um complicador a mais para nossos velhos esquemas cidade-campo. A essa divisão social do trabalho ampliada que leva a uma divisão territorial do trabalho ampliada, soma-se o fato de que as diferenciações regionais do trabalho também se ampliam.

As cidades locais se especializam tanto mais quanto na área respectiva há possibilidades para a divisão do trabalho, tanto do ponto de vista da materialidade quanto do da dinâmica interpessoal. Quanto mais intensa a divisão do trabalho numa área, tanto mais cidades surgem e tanto mais diferentes são umas das outras.

Dentro do que frequentemente consideramos como localidades do mesmo nível, há uma diferenciação cada vez mais marcada, acompanhada de uma divisão interurbana do trabalho. E o que se verifica no Brasil em boa porção dos estados do Sudeste e Sul» com a distribuição de funções produtivas entre as cidades. Isso é possível porque os

transportes se difundiram e à criação de grandes autopistas se soma, nas regiões mais desenvolvidas, uma criação tão grande ou maior de estradas vicinais; desse modo, a circulação se torna fácil e o território fluido. E essa fluidez do território tem como consequência uma acessibilidade (física e financeira) maior dos indivíduos. Na medida em que essa acessibilidade financeira é maior, os preços tendem relativamente a baixar e a parte disponível do salário tende relativamente a aumentar. Quanto maior a divisão territorial do trabalho, maior a propensão a consumir e a produzir, maior a tendência ao movimento, e a mais criação de riqueza.

Nas zonas onde a divisão do trabalho é menos densa, em vez de especializações urbanas, há acumulação de funções numa mesma cidade e, conseqüentemen-te, as localidades do mesmo nível, incluindo as cidades médias, são mais distantes umas das outras. Este é, por exemplo, o caso geral do Nordeste brasileiro. A rede urbana é cada vez mais diferenciada, cada vez mais complexificada; cada cidade e seu campo respondem por relações específicas, próprias às condições novas de realização da vida econômica e social, de tal maneira que toda simplificação no tratamento dessa questão precisa ser superada.

No sistema urbano, as categorias consideradas como homólogas, os níveis tidos como paralelos são cada vez mais diferenciados entre si. Há, pois, diferenciação extrema entre os tipos urbanos. Houve um tempo em que se podia tratar a rede urbana como uma entidade, onde as cidades se relacionavam segundo uma hierarquia de tamanho e de funções. Esse tempo passou. Hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o seu tamanho, pois entre as metrópoles também há diferenças. Se, no período anterior, metrópoles como Salvador, Recife, Belém guardavam elementos de semelhança, pois.a produção industrial que lhes cabia era orientada para um número reduzido de bens, ligados ao consumo mais banal dos habitantes, hoje, com um sistema moderno de transportes e comunicações que facilitam o comércio e o controle por firmas situadas a milhares de quilómetros do lugar de produção, aquelas antigas metrópoles regionais se tornam profundamente diferenciadas entre si. Maria de Azevedo Brandão (1985) mostra o quanto a indústria baiana é diferente da de Recife, e o mesmo pode ser dito de Porto Alegre e Belém. Isto é possível porque se tornou viável o aproveitamento das virtualidades de cada área, na medida em que um sistema industrial mais complexo distribui territorialmente tarefas distintas, graças às facilidades de transporte e comunicações.

Essa diferenciação também se dá entre São Paulo e Rio de Janeiro. A disputa que mantinham no começo do século já se mostra favorável à primeira dessas cidades desde os anos 30, ainda que, estatisticamente, isso só vá relevar-se no decénio seguinte. Agora São Paulo passa a ser a área polar do Brasil, não mais propriamente pela importância de sua indústria, mas pelo fato de ser capaz de produzir, coletar, classificar informações, próprias e dos outros, e distribuí-las e administrá-las de acordo com seus próprios interesses. Esse é um fenómeno novo na geografia e na urbanização do Brasil. Esta nova qualidade do papel de comando da metrópole paulistana provoca um distanciamento maior entre São Paulo e Rio de Janeiro, uma maior divisão territorial do trabalho, não só no nível do Sudeste, mas de todo o Brasil. São Paulo destaca-se como uma metrópole onipresente no território brasileiro.

Esse novo período consagra também uma redistribuição das classes médias no território, e, de outro lado, uma redistribuição dos pobres, que as cidades maiores são mais capazes de acolher. A mais rica de todas, São Paulo, é também a que tem maior poder de atração. Basta dizer que, entre 1970 e 1980, a região metropolitana de São Paulo recebe, sozinha, 17,37% do total de migrantes do País, o dobro do que vai para o Rio de Janeiro. Apesar da grande campanha de propaganda empreendida pelo Estado, em favor da colonização da Amazónia, levando para essa região um contingente de dois milhões de pessoas, essa migração não é comparável à que se dirigiu para as regiões metropolitanas. Apenas a região metropolitana do Rio de Janeiro recebe, no mesmo período, um volume igual de pessoas, enquanto a Grande São Paulo acolhe o seu dobro.

Por outro lado, as cidades de porte médio passam a acolher maiores contingentes de classes médias, um número crescente de letrados, indispensáveis a uma produção material, industrial e agrícola, que se intelectualiza. Por isso assistimos, no Brasil, a um fenómeno paralelo de metropolização e de desmetropolização, pois ao mesmo tempo crescem cidades grandes e cidades médias, ostentando ambas as categorias um incremento demográfico parecido, devido em grande parte ao jogo dialético entre a criação de riqueza e de pobreza sobre o mesmo território. As cidades entre 20.000 e 500.000 habitantes vêem sua população total passar de cerca de sete milhões em 1950 para perto de 38 milhões em 1980, enquanto as cidades com mais de um milhão de habitantes passam de seis milhões e meio em 1950 para 29 milhões de residentes em 1980.

Por último, dir-se-ia que, dentro das cidades, sobretudo das grandes cidades, se vai dar aquilo que Armstrong e McGee (1968) haviam prematuramente visualizado nos anos 60. Esses dois geógrafos propunham a noção de "involução urbana" a partir do que era chamado de *ruralização da cidade,* isto é, a invasão de práxis rurais no meio urbano em virtude das numerosas e brutais correntes migratórias provenientes do campo. Hoje, porém, talvez se possa falar em uma *involução metropolitana* mas em outro sentido, na medida em que o grande número de pobres urbanos cria o caldo de cultura para que nas grandes cidades, sobretudo nas grandes cidades, vicejem formas económicas menos modernas, dotadas de menor dinamismo e com menor peso na contabilidade estatística do crescimento econômico (Santos, 1988b).

São Paulo há muito tempo que cresce relativamente menos do que o País e cresce também menos do que o Estado de São Paulo, não propriamente em termos absolutos, mas em termos proporcionais. Este, aliás, não é apenas um fenómeno paulista. Nas regiões de agricultura moderna, o crescimento económico é, por razões múltiplas, maior que nas respectivas metrópoles. Estas são lugares onde se encontram enormes estoques de capital velho, uma vez que, no campo, por substituição de uma composição orgânica do capital a uma outra composição orgânica do capital é mais fácil do que o é, na cidade, a substituição de uma composição técnica por uma outra composição técnica do espaço. É muito mais caro arrasar um quarteirão, abrir uma nova avenida, fazer um túnel ou um viaduto, do que substituir, por meio de incentivos financeiros e fiscais, máquinas, sementes e produtos químicos. Por outro lado, o fato de que os pobres venham para a cidade e abandonem o campo modernizado leva a que no urbano se recriem condições para utilização do velho econômico.

A “dissolução” da metrópole

Houve, ao longo da história brasileira, quatro momentos do ponto de vista do papel e da significação das metrópoles. Quando o Brasil urbano era um arquipélago, pela ausência de comunicações fáceis entre as metrópoles, estas apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência. Num segundo momento, há luta pela formação de um mercado único com uma integração territorial apenas no Sudeste e no Sul. Um terceiro momento é quando um mercado único nacional se constitui. E o quarto momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado, que é um mercado único, mas segmentado, único e diferenciado, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemónicas, nacionais e estrangeiras, que comandam o território com apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinónimos. Um não se entende sem o outro.

Nesse momento, a metrópole está presente em toda parte, e no mesmo momento. A definição do lugar é, cada vez mais no período atual, a de um lugar funcional à sociedade como um todo. Os lugares seriam, mesmo, lugares funcionais da metrópole. E, paralelamente, através das metrópoles, todas as localizações tornam-se funcionalmente centrais.

Antes, sem dúvida, a metrópole estava presente em diversas partes do País. Digamos que o núcleo migrava, para o campo e para a periferia, mas o fazia com defasagens e perdas, com dispersão das mensagens e ordens. Se, ao longo do tempo, o espaço se tornava mais e mais unificado e mais fluido, todavia faltavam as condições de instantaneidade e de simultaneidade que somente hoje se verificam.

Mas ao contrário do que muitos foram levados a imaginar e a escrever, na sociedade informatizada atual nem o espaço se dissolve, abrindo lugar apenas para o tempo; nem este se apaga. O que ocorre é uma verdadeira demultiplicação do tempo, devida a uma hierarquização do tempo social, graças a uma seletividade ainda maior no uso das novas condições de realização da vida social.

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo da metrópole, que transmite a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas.

Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. Com isso, uma nova hierarquia se impõe entre lugares, uma hierarquia com nova qualidade, a partir de uma diferenciação muitas vezes maior do que ontem, entre os diversos pontos do território.

Nenhuma cidade, além da metrópole, "chega" a outra cidade com a mesma celeridade. Nenhuma dispõe da mesma quantidade e qualidade de informações que a metrópole. Informações virtualmente de igual valor em toda a rede urbana não são igualmente disponíveis em termos de tempo. Sua inserção no sistema mais global de informações de que depende o seu próprio significado depende da metrópole, na maior parte das vezes. Está aí o novo princípio da hierarquia, pela hierarquia das informações... e um novo obstáculo a uma inter-relação mais frutuosa entre aglomerações do mesmo nível, e, pois, uma nova realidade do sistema urbano.

Os momentos que, no mesmo tempo do relógio, são vividos por cada lugar, sofrem defasagens e se submetem à hierarquia (em relação ao emissor e controlador dos fluxos diversos). Porque há defasagens, cada qual desses lugares é hierarquicamente subordinado. Porque as defasagens são diferentes para os diversos variáveis ou fatores, é que os lugares são diversos.

As questões de centro-periferia, como precedentemente colocada, e a das regiões polarizadas, ficam, assim, ultrapassadas. Hoje, a metrópole está presente em toda parte, no mesmo momento, instantaneamente. Antes, a metrópole não apenas não chegava ao mesmo tempo a todos os lugares, como a descentralização era diacrônica: hoje a instantaneidade é socialmente sin-crônica. Trata-se, assim, de verdadeira "dissolução da metrópole", condição, aliás, de funcionamento da sociedade económica e da sociedade política.

Temos, agora, diante de nós, o fenômeno da "metrópole transacional" de que fala Helena K. Cordeiro (1988). Esta é a grande cidade cuja força essencial derivado poder de controle, sobre a economia e o território, de atividades hegemónicas, nela sediadas, capazes de manipulação da informação, da qual necessitam para o exercício do processo produtivo, em suas diversas etapas. Trata-se de um fato novo, completamente diferente da metrópole industrial.

O dado organizacional é o espaço de fluxos estruturadores do território e não mais, como na fase anterior, um espaço onde os fluxos de matéria desenhavam o esqueleto do sistema urbano.

No caso brasileiro, vale a pena insistir sobre essa diferença pois em ambos os momentos a metrópole é a mesma: São Paulo. Nas condições de passagem de uma fase a outra, somente a metrópole industrial tem as condições para instalar as novas condições de comando, beneficiando-se dessas precondições para mudar qualitativamente. A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole.

Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. O fato *é* que estamos diante do fenómeno de uma *metrópole onipresente,* capaz, ao mesmo tempo, pêlos seus vetores hegemónicos, de desorganizar e reorganizar, ao seu ta-lante e em seu proveito, as atividades periféricas e impondo novas questões para o processo de desenvolvimento regional.

Retomemos o exemplo, de modo figurativo. No passado, São Paulo sempre esteve presente no País todo: presente no Rio um dia depois, em Salvador três dias depois, em Belém dez dias depois, em Manaus trinta dias depois... São Paulo hoje está presente em todos os pontos do território informatizado brasileiro, ao mesmo tempo e imediatamente, o que traz como consequência, entre outras coisas, uma espécie de segmentação vertical do mercado enquanto território e uma segmentação vertical do território enquanto, mercado, na medida em que os diversos agentes sociais e económicos não utilizam o território de forma igual. Isso representa um desafio às planificações regionais, uma vez em que as grandes firmas que controlam a informação e a redistribuem ao seu talante têm um papel entrópico em relação às demais áreas e somente elas podem realizar a negentropoia. E espaço é assim desorganizado e reorganizado a partir dos mesmos pólos dinâmicos. O fato de que a força nova das grandes firmas, neste período científico-técnico, traga como consequência uma segmentação vertical do território

supõe que se redescubram mecanismos capazes de levar a uma nova horizontalização das relações, que esteja não apenas ao serviço do econômico, mas também do social.

O dilema da modernização tecnológica

Há, pois, com a modernização, reformulação do sistema urbano e reordenamento das cidades, como resultado das novas formas de realização da vida econômica e social. Como a modernização não se dá de forma homogénea, há diversidades segundo regiões e lugares, mas a realidade comum é a diferenciação e a complexidade crescentes do fenómeno urbano e regional no País, ao mesmo tempo em que o espaço brasileiro e o sistema urbano abrigam uma população variada, onde a riqueza e a pobreza aumentam paralelamente.

Ora, a América Latina e o Brasil em particular, desde os inícios de sua história ocidental, sempre foram abertos aos ventos do mundo, enormemente permeáveis ao novo, em todos os momentos. Daí a sua vulnerabilidade e a sua força. A aceitação mais fácil e mais pronta dos modelos de modernização lhe tem permitido saltar etapas, percorrendo em muito menos tempo caminhos que ao Velho Continente exigiram uma lenta evolução. Por outro lado, esse processo de integração se tem dado à custa de enormes distorções do ponto de vista territorial, econômico, social e político. O período técnico-científico começa a se implantar sob esses mesmos signos, ajuntando novas distorções às herdadas das fases anteriores. Pode-se, todavia, imaginar, neste novo período histórico que é a fase das organizações, e, também, a fase da inteligência, que será possível reverter essa tendência? Aí está, sem dúvida, um grande desafio para os povos e, também, para seus intelectuais, voltados a pensar o futuro a partir das realidades do presente. O ponto central não é, apenas, a escolha das novas variáveis históricas, num mundo em que a modernidade se tornou irrecusável; mas a dosagem de sua combinação, não mais a partir dos imperativos da técnica, de que a economia se tornou subordinada, mas a partir dos valores, o que ensejaria uma nova forma de pensar um porvir onde o social deixaria de ser residual e à economia e à tecnologia seria atribuído um papel histórico subordinado, em benefício do maior número.

Bibliografia

Armstrong, W. R. and T. G. McGee. "Revolutionary change and the Third World city: a theory of urban involution", *Crvilisations,* n.º 18, p. 353-377.

Boudeville, Jacques. "Lês notions d'espace et d'intégration", in J. Boudeville, (ed.), *L'espace et lês polés de croissance,* Presses Universitaires de France, Paris, 1968.

Boudeville, Jacques. *Lês Espaces Economiques.* Presses Universitaires de France, Paris, 1964.

Brandão, Maria de Azevedo. "A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70", *Revista de Economia Política,* vol. 5, n." 4, out.-dez. 1985, p. 77-98.

Cordeiro, Helena K. "O papel da região metropolitana de São Paulo e dos principais pontos de controle da economia transacional no espaço brasileiro", *Ciência e Cultura,* vol. n." 3, março 1988, p. 238-57.

Friedman, John. "Urbanisation et développement national: une etude comparative", *Revue Tiers Monde* n.° 45, jan.-mars 1971.

Graziano da Silva, José. "O cenário esperado: a industrialização e a urbanização da agricultura brasileira". Universidade de Campinas, abril 1989 (mimeo.).

Lambert, Jacques. *Os dois Brasis.* Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Ministério da Educação e Cultura, Rio de Janeiro, 1959.

Santos, Milton. "A metrópole: modernização, involução e segmantação", comunicação ao Simpósio *Trenas and Challenges of Urban Restructuring,* 1SA-IUPERJ, Rio de Janeiro, 26-30 set. 1988.

Santos, Milton. "Réflexions sur lê role de Ia géographie dans Ia période technico-scientifique", *Cahiers de Géographie du Québec,* vol. 32, n." 87, dez. 1988, p. 313-19.

Siegfried, André. *Aspects du Siècle,* A. Collin, Paris, 1955.

Sorre, Maximilien. *Lês Fondemenls de Ia Géogrphie tiumaine.* Tom. III, l .a Partie: Lês fondements techniques, A. Colin, Paris, 1948.

Souza, Maria Adélia A. de. *Governo Urbano.* Ed. Nobel, São Paulo, 1988.

V

PROPÓSITOS LIVRES SOBRE O TEMA EM DEBATE

14

A DIMENSÃO HISTÓRICO-TEMPORAL E A NOÇÃO DE TOTALIDADE EM GEOGRAFIA

Como o professor trabalha a dimensão histórico-tempo-ral na Geografia?

Na Geografia, a questão do tempo pode ser trabalhada ao menos segundo dois eixos — um é o eixo das sucessões e o outro é o eixo das coexistências. O tempo flui e por conseguinte um fenómeno vem depois de outro fenómeno. Assim, há uma sucessão de fenómenos ao_; longo do tempo. As coisas se dão em uma seqüênciaf Esta é uma das dimensões com que podemos trabalhar em Geografia e que nos leva a ideia de pedaços do tempo ou, em outras palavras, da sequência no acontecer, uma espécie de ordem temporal. A cada momento se estabelecem sistemas do acontecer social que caracterizam e distinguem tempos diferentes, permitindo falar de hoje e de ontem. Esse é o eixo das sucessões. Temos também, o eixo das coexistências, da simultaneidade. Em um lugar, em uma área, o tempo das diversas ações e dos diversos agentes, a maneira como utilizam o tempo não é a mesma. Os respectivos fenómenos não são apenas sucessivos, mas concomitantes, no viver de cada hora. Para os diversos agentes sociais, as temporalidades variam, mas se dão de modo simultâneo. No espaço, para sermos críveis, temos de considerar a simultaneidade das temporalidades diversas.

Na realidade, o tempo como sucessão, que é chamado tempo histórico, foi durante muito tempo considerado como uma base do estudo geográfico. Pode-se perguntar se é assim mesmo, se o estudo geográfico não é muito mais essa outra forma de ver o tempo da simultaneidade, pois não há nenhum espaço em que o uso do tempo seja o mesmo para todos os homens. Pensamos que a simultaneidade dos diversos tempos sobre um pedaço da crosta da Terra é que seja o domínio propriamente dito da Geografia. Poderíamos mesmo dizer com certa ênfase, talvez com algum exagero, que o tempo como sucessão é abstraio e o tempo como simultaneidade é o tempo concreto, já que é o tempo da vida de todos. O espaço é que reúne a todos, com suas diferenças, suas possibilidades diferentes, suas possibilidades diferentes de uso do espaço (do território) relacionadas com possibilidades diferentes de uso do tempo.

Esse é um dos problemas mais apaixonantes e difíceis em Geografia. O casamento entre o tempo e o espaço se dá porque há, sempre, homens usando o tempo e o espaço. Da mesma forma que não se entende o espaço sem o homem, a noção de tempo também não existe sem o homem. Se as duas noções se casam, e aparecem juntas e indissolúveis, é porque o homem vive no Universo.

Como o professor atinge o TODO CONCRETO? É através da classificação?

Nem sempre atingimos o TODO CONCRETO, embora o busquemos sempre. O todo concreto seria toda a superfície da Terra. Mas o que atingimos é um pedaço da Terra, uma f ração do acontecer humano. A totalidade existe, mas é percebida através de uma construção. Quando estudamos uma cidade, um bairro, estamos atingindo um pedaço do TODO, uma fração do TODO, onde igualmente as temporalidades não são idênticas. Qualquer que seja a divisão do espaço, observamos o uso não homogéneo do tempo. Na sucessão estou falando de um tempo sincrônico. É preciso conhecer esse tempo para saber o que distingue um tempo do outro, um período do outro. Mas ao me dirigir ao terreno para fazer a pesquisa, vejo, de um lado, a variedade temporal da ação dos diversos vetores, e, de outro lado, constato que há uma sincronia entre eles, porque as diversas temporalidades se entrosam na ação conjunta, quer dizer, cada ação se dá em seu tempo, mas as diversas ações se dão conjuntamente. Isso é próprio da vida em sociedade. Todos estão agindo conjuntamente, com objetivos particulares que se diluem em um objetivo comum que é a vida social. Isto quer dizer que a vida social nas suas diferenças, desigualdades e hierarquias dá-se segundo tempos diversos que se casam, unem-se, anastomosam, entrelaçados no chamado viver comum. Esse viver comum dá-se no espaço seja qual for a escala — do lugarejo, da grande cidade, da região, do país inteiro, do mundo. A ordem espacial é a ordem do tempo histórico — um tempo geral — que coordena e regula as ordens exclusivas de cada tempo particular, concreto.

Qual é o tipo de análise que o professor propõe no seu método geográfico ?

Um método se modifica ao longo da vida. Por isso, já fiz várias propostas de análise. Urna destas é a que privilegia os fixos e os fluxos. Os fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica) emitem fluxos ou recebem fluxos que são os movimentos entre os fixos. As relações sociais comandam os fluxos que precisam dos fixos para se realizar. Os fixos são modificados pêlos fluxos, mas os fluxos também se modificam ao encontro dos fixos. Então, se considerarmos que o espaço formado de fixos e de fluxos é um princípio de método para analisar o espaço, podemos acoplar essa ideia à ideia de tempo. Os fluxos não têm a mesma rapidez, a mesma velocidade. As coisas que fluem e que são materiais (produtos, mercadorias, mensagens materializadas) e não materiais (ideias, ordens, mensagens não materializadas) não têm a mesma velocidade. A velocidade de urna carta não é a de um telegrama, de um telex e de um fax. Os homens não percorrem as mesmas distâncias no mesmo tempo, há alguns que percorrem uma distância *x* ou *y* em tempo muitas vezes maior devido a falta de meios para fazê-la diferente-mente. E também isso constrói diferenças entre eles. Um método é um conjunto de proposições — coerentes entre si — que um autor ou um conjunto de autores apresenta para o estudo de uma realidade, ou de um aspecto da realidade. Nenhum método é eterno. Modifiquei o meu próprio várias vezes, em função da minha experiência e da dos outros, mas sobretudo em função de como o mundo se apresenta, já que não posso inventar o mundo: invento uma forma de interpretação, pois o mundo existe independentemente de mím. Eu vejo o mundo constituído de fixos e de fluxos, por uma paisagem e relações sociais; como um conjunto de lugares onde o acontecer simultâneo dos diversos agentes supõe o uso diferenciado do tempo. O meu papel como geógrafo é de entender como as ações e os

objetos se mantêm em processo interativo. Essa interação tem como uma das condições exatamente o objeto da primeira pergunta. O tempo é a base indispensável para o entendimento do espaço. Se as ações sobre um conjunto de objetos se dessem segundo tempos iguais não haveria história; o mundo seria imóvel. Mas o mundo é móvel, em transformação permanente — formando uma totalidade em processo de mudança para surgir amanhã como uma nova totalidade.

Como o professor define á Visão holística?

O TODO tem uma realidade que buscamos apreender. O TODO é uma realidade fugaz, porque está sempre se desfazendo para voltar a se fazer. O TODO é algo que está sempre buscando ser outro, mas para se tornar, de novo, um OUTRO TODO. O processo pelo qual o TODO torna-se OUTRO TODO é um processo de desmanche. Trata-se de um processo pelo qual o único se torna múltiplo. E o processo pelo qual o TODO evolui do presente para o futuro é um processo da produção do múltiplo. Há alguns autores que dizem que o TODO não existe, mas apenas a nossa construção dele. Sendo o TODO momentâneo, fugaz, seria inal-cançável. Assim, o TODO seria apenas uma construção que nós fazemos. Mas, na realidade, há uma TOTALIDADE concreta das coisas e das ações, do mundo em movimento, tal como a Geografia descreve e busca explicar. Cada coisa tem um tempo diferente. O ACONTECER é um encontro de muitas ações num objeto. É o ACONTECER que tem a vida e existência real. E o ACONTECER tem a cara própria em cada lugar: uma individualidade é um indivíduo. O ACONTECER é o TODO tornando-se existência. O TODO existe através de indivíduos aparentemente separados, mas irmanados no TODO que lhe deu origem e no TODO que é resultado. O TODO se dá realmente, objetivamente, empiricamente através dos aconteceres particulares que são diferentes. O TODO se dá subdividindo-se, porque o ACONTECER é diferente. O TODO múltiplo volta a ser uno no momento seguinte. Já é uni OUTRO TODO pronto, também, para ser despedaçado. Ele está sempre neste processo de se fazer e se desfazer, sempre, sempre... é a história do mundo, de um país, de uma cidade. Quando somente estudo o particular não estou sendo holístico, não estou percebendo o movimento geral. Mas também não posso pensar em ser holístico sem trabalhar com o particular. E assim estou mentindo ao real, porque o real é o processo de cissiparidade, de subdivisão, de esfacelamento, de cisão. Não posso falar da TOTALIDADE sem falar na cisão, porque estaria esvaziando o movimento trabalhando com um mundo sem movimento, com um país sem movimento, com uma cidade sem movimento. Estaria subtraindo a história. E é ela que me diz que o uno é múltiplo, no momento seguinte, para voltar a ser uno, no momento vindouro. Não é só o TODO que explica o múltiplo, o múltiplo explica o TODO. Essa é a lei que explica a inserção de cada lugar no espaço total e o critério de análise que leva em conta o acontecer concreto em cada ponto da Terra. Na verdade, o espaço dá conta da totalidade, impedindo que apenas seja vista de modo abs-trato. O tempo e suas categorias de análise são instrumentos adequados para essa compreensão.

15

ESPAÇO, MUNDO GLOBALIZADO, MODERNIDADE

Margem — Vamos iniciar pedindo que o senhor fale sobre a evolução e o estágio atual dos estudos sobre o espaço. Sabemos que sua trajetória é elucidativa deste processo. Afinal, realizou-se efetivamente o que se denominava como "geografia crítica"?

Milton Santos — Periodicamente aparece na geografia uma preocupação relativa ao que estamos fazendo. Mas na maior parte do tempo a preocupação teórica, epistemológica, é inexistente. A geografia é uma disciplina muito embriagada pela premência do tempo, e só em determinados momentos essa busca de uma explicação mais geral se impõe. Pode-se dizer, todavia, que nos últimos trinta anos tem ocorrido, com maior ou menor força, conforme os países, uma continuidade dessa busca do entendimento do que seria uma geografia capaz de fornecer um sistema de pensamento. A geografia chamada "quantitativa" foi uma busca nessa direção, uma busca de um sistema, mas que se subordinava — pelo fato de ser quantitativa — a uma visão matemática do mundo, isto é, eliminando questões fundamentais como a do tempo, que não se compadece, não se coaduna com o critério matemático. A corrente quantitativa colocou uma certa ordem, sem dúvida. Permitiu que os estudos chamados marxistas — que tiveram muita força na França nos anos 50 e 60 — voltassem e se tornassem uma das colunas fundamentais da chamada "geografia crítica", que aliás não é exclusividade dos marxistas. Havia outros geógrafos organizando-se em grupos, ou reunindo-se em torno de revistas — quero me referir a um grupo dos Estados Unidos, conhecido como "geógrafos socialmente engajados". Não eram propriamente marxistas, mas criticavam a visão anterior da geografia e propunham uma outra perspectiva. Esta vertente chegou ao Brasil há mais ou menos vinte anos. Primeiro ela foi sufocada pelo regime autoritário; de alguma maneira foi também reprimida pela institucionalização da disciplina. Foi assim que se atrasou a eclosão do movimento da geografia crítica, que se manifestou de forma mais estruturada em dois momentos. O primeiro se deu através de um número do *Boletim Paulista de Geografia,* na segunda metade da década de 70, quando geógrafos sem posto de mando utilizaram-se da revista para lançar o movimento. O segundo foi um artigo de crítica da geografia quantitativa de Manuel Correia de Andrade. Isso me permitiu, quando cheguei ao Brasil, assumir uma liderança nesse movimento que durou pouco, que de uma certa forma abortou. Houve um ímpeto inicial, que conduziu a uma explosão entre 1978 e o início da década de 80; a corrente continua tendo aparência de vigor, mas na realidade apresenta alguns problemas.

Margem — O senhor poderia elencar estes problemas?

Milton Santos — Vou enunciá-los rapidamenmte. A minha preocupação central e a da geografia crítica é a seguinte: como ocupar o espaço? O fato de dizer que trabalhamos com espaço nos coloca, num primeiro momento, em relação com outros cientistas, sobretudo os cientistas sociais. Mas se nós procurarmos categorizar o espaço, encontrar categorias analíticas, não poderemos avançar. Considero que este foi um problema — a preocupação com a descoberta de categorias analíticas a partir do espaço, que permitiam não ficar apenas no discurso do espaço. Não

estou dizendo que não houve esforços neste sentido, mas sim que foram esforços isolados, dispersos, que não tiveram continuidade. Aquela concentração de esforços que marcou o momento da explosão deixou de existir: nós, de alguma maneira, nos dispersamos, nos separamos. O que quero dizer com isso é que se eu não aperfeiçoar os instrumentos analíticos não chegarei a lugar nenhum, porque só o discurso não permite a análise. A construção teórica é diferente do discurso. A construção teórica é a busca de um sistema de instrumentos de análise que provém de uma visão da realidade e que permite, de um lado, intervir sobre a realidade como pensador e, de outro, reconstruir permanentemente aquilo que se chamará ou não de teoria. No rneu modo de ver, essa busca teórica foi, de alguma maneira, atrofiada.

A outra razão deste atrofiamento é que a sua base, que seria a história do presente, não teve força suficiente. O entendimento do mundo de hoje é um problema para os intelectuais brasileiros. O mundo como mundo interessa pouco. A expansão das relações internacionais foi muito grande no Brasil dos últimos trinta, quarenta anos, mas não foi acompanhada do interesse pelo mundo. Ficamos mais próximos das relações internacionais e mais distantes do mundo. Acho que este é um dos grandes problemas das ciências sociais no Brasil, e no que toca à geografia isso é muito grave. Nas teses, de um modo geral, e em todos os níveis, em praticamente todos os centros e faculdades, o mundo é quase ignorado. É ignorado como mundo e também enquanto bibliografia, a qual é sempre muito localista. Então, essa busca de recuperar o que o mundo é — numa fase em que o mundo mudou inteiramente — atrasou a elaboração teórica.

Margem — A que o senhor atribui esse desprezo pela questão do mundo?

Milton Santos — A uma terceira causa, que vem exatamente do enfoque marxista. Uma boa parte desta corrente da geografia se contentou com o marxismo de Marx, e acabou não sendo mais marxista, embora continue sendo assim rotulada. Então, uma boa parcela do que hoje aparece como geografia marxista é ideológica: trabalha com uma história que não existe mais, daí uma certa fixidez dos conceitos. Esta fixidez decorre da transformação da categoria em conceito, de uma incapacidade de atingir o conceito. E por isso que a teoria na geografia se atrasou, se atrofiou. Esse marxismo, apegado àquelas categorias, dá a impressão — o apego é que reforça a impressão — de que as pessoas são mais fiéis ao marxismo, quando na realidade elas estão se distanciando da possibilidade de refazer a disciplina e, por outro lado, dizer mais.

Há ainda um outro aspecto, que vem da questão crítica: quando a crítica não é acompanhada pela análise, ela permite a mobilização mas não a construção. A crítica deveria suceder a análise, mas o que acontece, na maioria dos casos, é que a necessidade de ser crítico opera como se o analítico fosse dispensável. Isto também é um fator de atraso. Aliás, é algo que atrasa também o trabalho dos partidos de esquerda, pois no Brasil estes partidos não são analíticos, são críticos. No caso das ciências sociais, e em particular da geografia, temos uma crítica mas não temos um avanço de enfoque. Quando digo que não temos, insisto nisto: estou generalizando, pois existem esforços aqui e ali. Assim, a minha proposta é a revisão do que o mundo é, o entendimento do que o mundo é.

Margem — A geografia crítica não acabou dissolvendo de vez seu próprio objeto, que é o espaço? Porque tenho a impressão de que nestes últimos vinte ou trinta anos a descrição da paisagem, do local, acabou aparecendo

mais nos livros de história que nos de geografia. O espaço, esse objeto indeterminado, parece ter-se transferido da geografia para a história. O senhor concorda com isso?

Milton Santos — Eu creio que a geografia crítica criticou a forma como se trabalhavam as categorias como paisagem e região, mas também jogou fora a necessidade de continuar elaborando estas categorias. Em vez de refazer os conceitos, preferimos dizer: "Não é tão importante trabalhar a paisagem, não é tão importante trabalhar a região". Alguns colegas afirmam: "O espaço não existe mais, existe o tempo". Na verdade repetem Paul Virilio, que não trabalhai o espaço da mesma forma que nós. O espaço de Virilio é o espaço da guerra. Mas alguns geógrafos tomam ao pé da letra as suas ideias. O extremo dos extremos é dizer que não precisa existir a geografia, que basta ter uma grande disciplina chamada ciências sociais, o que também é uma contribuição do *set* marxista. Aí se caracteriza esta diluição a que você se refere. Eu atribuo isso a uma forma de preguiça epistemológica. Como é difícil caracterizar o espaço, eu o abandono, vou fazer outra coisa. Um dos grandes riscos que a geografia corre hoje é que alguns dos nossos melhores espíritos estão fazendo outra coisa, preferem tomar como paradigma um bom literato, um bom poeta, o que imaginam ser um bom sociólogo, um bom psicanalista, mas sem a preocupação de saber qual é o nosso ponto de partida, que termina por ser nosso ponto de chegada.

Não que eu deseje que se adote "uma" *definição* de espaço, mas tem que haver alguma, senão você não sabe o que está fazendo, não constrói uma epistemo-logia. A epistemologia vista como algo situado entre a teoria e o real: você constrói a teoria e ela própria lhe permite extrair uma epistemologia, isto é, o acesso ao real. E esta teoria também já veio do real por outro caminho, que é histórico, que é este mundo novo que está se fazendo.

Margem — Concordo, quando você diz que a geografia crítica, enquanto movimento, abortou, por falta de epistemologia. Mas existe uma série de autores no País — e estamos diante de um deles — que tem feito um esforço muito grande para a construção dessa epistemologia. Não é justamente este esforço que garante sua liderança? O senhor não está sendo muito rigoroso, muito modesto, em relação à sua liderança?

Milton Santos — Há um problema maior, da universidade brasileira de um modo geral, que são as clivagens, de grupos e políticas, que a reduzem a uma universidade extremamente provinciana, incluída a USP. Essas clivagens reduzem o trânsito das pessoas e das ideias. Assim, dos que eram meus aliados no início dos anos 80, poucos o são hoje, na verdade eram aliados pela mobilização. É nesse sentido que eu digo que a liderança intelectual se reduziu. Não é só o meu caso, mas também o de outras pessoas com preocupações de uma busca epistemológica. Há uma limitação do debate. Eu creio que isto vai se abrir de novo mais tarde, mas por enquanto há a limitação, que se vincula também ao fato de os geógrafos críticos terem se institucionalizado. Quando lançamos o movimento éramos todos "não institucionais", mesmo eu, que não tinha emprego.

Tínhamos ideias. Hoje, quase todos somos prisioneiros de nossos grupos, das nossas casas, dos nossos blocos. E isto no contexto académico brasileiro, em que a ideia da profissão e carreira na universidade é muito inferida, *é* todo um processo de inclusão e exclusão que não tem necessariamente a ver com o que você está dizendo. Portanto tudo está ligado à arquite-tura de nossa vida académica, que coloca obstáculos ao desenvolvimento de ideias. Por outro lado, eu creio que a minha promessa de uma teoria mais ampla, geral, não se

realizou de uma maneira, digamos, explícita. Eu não sentei para escrever uma teoria geral; pode ser que aqui e ali tenha aparecido a vontade de fazer uma coisa mais unitária... Mas as pessoas ainda têm que realizar esse trabalho, que é complicado. Há ainda um outro fator: nestes últimos dez anos a maneira como as casas de edição estão conduzindo o processo de publicação não ajuda também o conhecimento das ideias no Brasil. Pois só querem publicar coisas leves, não há estímulo ao grande livro.

Margem — Gostaria que o senhor refletisse sobre a questão do geógrafo e da espacialidade no que é chamado de Terceiro Mundo. Qual é o papel do geógrafo e dos cientistas sociais num contexto como o nosso?

Milton Santos — Bem, o mundo é um só e por conseguinte a geografia é uma só. Agora os problemas resultantes da funcionalização do mundo — porque o mundo se torna funcional nos lugares — conduzem a ênfases diferentes. A ênfase que nós, do Terceiro Mundo, damos a certas funcionalizações tem que ser maior que a do Primeiro Mundo. Por que a ênfase? Para colocar a reflexão no âmbito da realidade social presente nesta parte do mundo. Existem as relações mais gerais, mas também as manifestações locais, que exigem uma tomada de posição, primeiro intelectual e, logo em seguida, política. A questão da espacialidade surge aí: corno, é que a história se espaciaiza? E aparece uma outra possibilidade de renovação da geografia. Pois temos um novo papel do "lugar" no mundo de hoje, que conhecemos — e nunca conhecemos o mundo como hoje — pêlos satélites, pêlos faxs que nos trazem imediatamente a notícia, pela felevisão. Assim, quem tem poder escolhe precisamente o lugar onde vai exercer o seu poder, utilizar o seu dinheiro. Penso, desta forma, que a espacialidade volta a ter um papel extremamente forte. Só que o mundo se tornou menos visível, as relações que comandam o mundo são extremamente opacas para a visão da maior parte dos homens. Este fato exige que nos debrucemos sobre a estrutura do mundo de hoje, que, às vezes, é mais analisada nas faculdades de comunicações do que nas de sociologia. Estas últimas podem deixar de lado a visão globalizante — e é o que tem ocorrido —, mas os homens de comunicação não podem. Mas isto é só um parêntese; o fundamental é que este mundo opaco, tão comunicativo e tão fechado à visão dos outros, complica a tarefa do homem que está no Terceiro Mundo, que tem menos acesso a essas informações. Mas aumenta a responsabilidade de todo geógrafo, de todo cientista social. Sobretudo nesta fase atual em que a competitividade está se tornando irresistível no processo da economia política, sendo o espaço um dos instrumentos da competitividade. Portanto, deveríamos nos colocar na frente da cena, assumir o papel de análise da história que está fazendo o que pode se fazer. Note que voltamos ao mundo. Creio que o mundo é sempre o ponto de partida para a reconstrução dessa teoria e dessa prática geográficas.

Margem — Essa importância que o espaço volta a assumir se apresenta tanto para o poeta, quanto para o arquiteto, ou para o cientista social, não é? Então, qual é a especificidade do geógrafo? Como o espaço pode ser mais pertinente a ele? De que forma o geógrafo reivindica a paisagem mais que o literato, o sociólogo ou o homem de comunicações?

Milton Santos — Na verdade, esse espaço é hoje uma preocupação dividida entre múltiplos especialistas. Se vocês me perguntassem como eu retomaria a questão responderia que a minha proposta atual, produto de propostas

anteriores, é que nos interessa trabalhar sistemas de objetos e sistemas de ações. O espaço seria o conjunto dessas duas coisas. Isso daria uma visão de território, de paisagem, de lugar, e acrescentaria à visão dos outros cientistas sociais uma visão de materialidade que não constitui apenas um teatro da ação, mas é condição jiara a ação. O geógrafo interviria no processo de fazer *a* história, não de interpretá-la. E o faria através de uma visão desse processo interativo entre objetos que são_ hojejïxtremamente dotados de intenção.

Este é o caminho que eu veria para a geografia. De alguma maneira trata-se de voltar à ideia de paisagem, de lugar, mas voltar com uma outra forma de ver. Pois quando falo em objetos tenho que distinguir, tenho que saber o que é cada objeto, no que ele difere, para saber o que permite, o que autoriza, o que proíbe. Teríamos que voltar a buscar na sociologia, na psicologia, na política, na economia a realidade das ações que são contemporâneas de um dado tempo. Imagino que seja esta a singularidade do geógrafo entre os outros cientistas sociais.

Margem — A questão da mundialização apareceu primeiramente, pelo menos no caso brasileiro, na geo-, grafia e não nas ciências sociais, ou na sociologia, onde só agora começa a ser mais debatida. Gostaria que o senhor refletisse sobre isto e também delineasse como se processa hoje o espaço globalizado. E como se coloca a questão do Estado-nação, ainda continua sendo um objeto privilegiado de estudo?

Milton Santos — No meu caso, a questão da abordagem do espaço e mundo tem muito a ver com minha biografia. A inconformidade com a geografia que aprendi com meus mestres, os franceses, se manifestou lá, quando estava ensinando, surgindo a vontade de criar uma outra forma de fazer geografia. Primeiro me preocupei com o entendimento das teorizações, da teorização histórica que podemos chamar de "modo de produção", de momentos do modo de produção, e com essa passagem do internacional ao mundial, que eu acho muito importante. O mundo começou a ser inter-,, nacional nos séculos XV, XVI, e só virou mundial agora. Tornou-se mundial talvez em função da forma de visão do globo.

Regis Debray, num livro recente — *Cours de mé-diologie générale —,* pensa numa nova disciplina, a "midiologia", e diz que se tivesse que estabelecer uma relação com outra disciplina seria com a geografia. Por que isto? Porque Debray mostra que a mídia, antes de ser comunicação, é espaço. A percepção do espaço está ligada à velocidade das pessoas, das coisas e das mensagens. O espaço distingue-se, certamente, em função do grau de fluidez entre coisas, objetos, mensagens. Então chegamos a este final de século em que somos capazes de participar da contemporaneidade simultânea. Antes havia a contemporaneidade, mas nós não participávamos. Hoje, queiramos ou não, participamos. Essa nova situação muda a definição dos lugares: o lugar está em todo lugar, está dissolvido no mundo inteiro, graças à televisão, graças à instantaneidade. Temos ainda o satélite, que nos dá o movimento da Terra. É como se fizéssemos cinema: acompanhamos a Terra, o mundo. Acrescente-se a isto o fato de que pelas mãos dos Estados, das instituições internacionais e das empresas multinacionais, cria-se a comunidade humana.

Temos assim diante de nós o mundo "globalizado"; é diferente da "internacionalização", que, de alguma forma, é um trunfo do marxismo. A totalidade se tornou empírica, não é uma criação do nosso pensamento. Você constata: a globalização se tornou um fato que permite a versão de uma disciplina que pretende conhecer a Terra.

Foi por isso que a geografia avançou mais nessa direção. Pois a história às vezes se divide, há história disso, história daquilo... Os historiadores podem trabalhar "pedaços", a geografia não. Mesmo que se divida a geografia — em política, económica, cultural —, não é possível trabalhar estes ramos sem o mundo. Não dá para trabalhar a geografia política, nem a económica, ou cultural, sem o mundo. Muito menos a geografia crítica. O mundo globalizado é a grande novidade do nosso fim de século, e é uma alavanca para a mudança epistemológica de todas as disciplinas. É por esta razão que eu reclamo dos sociólogos, por não estarem fazendo um esforço neste sentido. Nós estamos fazendo no lugar deles, o que não é certo, porque faremos mal.

Margem — E a questão do Estado e da nação?

Milton Santos — Há aí dois pontos. Uma coisa é dizer que Estado e nação acabaram. Outra é discutir o que é o Estado. Nós, ocidentais e brancos, admitimos a visão de Estado que vem da Europa, não temos a visão de um Estado de uma tribo africana. Será que hoje a dimensão do Estado industrial, que chamaríamos antes de supranacional, que tem o poder de impor regras a que não se pode desobedecer, estaria acima do próprio Estado? O que representam hoje o Banco Mundial, o FMI, a Unesco, o Grupo de Banqueiros de Paris etc.? Será que eles têm a função tática de impor normas que terão que ser aceitas de uma forma ou de outra? Porque o mundo se tornou global, então se globalizaram as relações, se desmanchou aquela arquitetura política anterior, e se superimpõe uma estrutura de nível mais alto? O discurso então é que não se tem mais o Estado, não se precisa mais do Estado. Na verdade, precisa-se menos. Por quê? Pelo grau de racionalidade técnica que a nossa sociedade atingiu. Aí reaparece a geografia: o território também se tornou racional. No caso do Brasil, o território que está em torno de São Paulo — nos estados de São Paulo, Paraná, Mato Grosso do Sul — é organizado de forma extremamente racional, o que facilita o seu uso racional pêlos vetores hegemónicos da política, da sociedade, da economia. Neste contexto, realmente, o Estado não é tão necessário. É a "mão invisível", que se realiza através do espaço obediente, das grandes empresas e das grandes organizações internacionais. É a volta da "mão invisível" do Smith, não é...? *(risos).*

Margem — Hoje existe um movimento interessante com relação à questão das fronteiras. Temos a formação da Comunidade Europeia, temos as questões nacionalistas na extinta URSS, parece que há uma confusão generalizada envolvendo o problema. No seu livro *Pensando o Espaço do Homem,* do início dos anos 80, o senhor frisava a importância das fronteiras e da defesa. Como o senhor abordaria hoje a questão?

Milton Santos — De um lado temos o Estado passando para este outro patamar de que falávamos anteriormemte. De outro, creio que o Estado-nação continua sendo uma unidade extremamente importante para o nosso estudo, em virtude das heranças. Há uma série de heranças que são resultado da presença do Estado, como o nosso comportamento etc. Mas também porque questões como a das classes sociais são ligadas a uma arquitetura do Estado-nação. O cenário, os preços não são internacionais. O Estado-nação colocou o dedo durante muito tempo nestas questões. Além do mais, o Estado teve um papel, em certo momento, na consolidação de nações que continuam tendo peso. Assim, o que está se desmantelando na Europa? É uma certa definição de fronteiras. Mas será que isto vai permitir que a Europa se transforme numa enorme geléia? Será que particularidades enraizadas

não vão durar ainda muito tempo? O que fica em cada país? Antes havia a fronteira, o dinheiro, a língua, a nação. Acho que muita coisa vai continuar pesando ainda.

Margem — A quebra de fronteiras e as novas composições fazem então a categoria de região voltar a ser discutida?

Milton Santos — É importante pensar como essa ideia de desterritorialização se manifesta neste fim de século. Isso tem que ser pensado, porque o ataque à fronteira hoje não acontece necessariamente por divisões. Existem outras formas de desagregar um país. Sobretudo porque, muito mais do que antes, é possível comandar, à distância, ações económicas e políticas de forma dissimulada. Portanto, a questão das fronteiras ganha uma nova dimensão, a partir de uma nova definição do que seria a fronteira após esta invasão, por exemplo, pela informação, pela mídia.

Margem — As fronteiras terão então perdido a sua materialidade? É possível pensar nisto?

Milton Santos — Eu creio que não. Creio que a maior prova da materialidade da fronteira é o contra-bando *(risos).* O contrabando, as *free-shops,* as *free-zones* representam o atrito de duas moedas e de dois níveis de salários diferentes. Daí os países serem obrigados a fazer as *free-zones.* O Brasil, que às vezes é precoce, foi quem descobriu isto. Porque Manaus é uma cidade que responde a essa nova materialidade da fronteira. É uma *free-zone* destinada, de um lado, a ajudar o Norte a se desenvolver e, de outro, a vender aos nossos bons vizinhos.

Margem — Seria então uma nova forma de fronteira, dada pelas moedas de cada lado?

Milton Santos — Sim, pois o Estado mantém o monopólio da moeda. Na Europa a última dificuldade a ser superada é exatamente esta. Como é que fica se você aliena o monopólio da moeda? E mesmo assim você não muda tudo. Eu não sei se o salário francês vai se igualar ao da Suíça, ou ao da Espanha, não sei. As questões das classes e do salário, entre outras coisas, são ligadas ao Estado-nação, e isso não se desmancha rapidamente. São temas que temos que rever completamente. Perguntas como essas são desafios que temos que aceitar como fundamentais.

Margem — A questão do espaço não pode ser pensada separada da questão do tempo. Hoje se tema-tiza muito a mudança da temporalidade. David Harvey fala numa "compressão do tempo-espaço", Anthony Giddens se refere a um "esvaziamento do tempo". Como o senhor concebe esta questão do tempo-espaço na situação contemporânea?

Milton Santos — A questão do tempo e da materialidade do espaço deve ser estudada pelo problema técnico. Asjscnicas é que trazem a definição de ma-teiialiéade. Exagerando, diríamos que até a própria natureza poderia ser estudada do ponto de vista técnico — é um certo exagero, licença poética. E o evento, que é a sociedade, vai se encaixando nesses objetos. Ternos então, de um lado, o tempo das ações e, de imito, q tempo da materialidade. É assim que penso na associação das noções "de tempo e espaço. As ações são uma possibilidade vaga ou concreta oferecida por um momento preciso da história — as ações que eu posso realizar hoje não são as mesmas que eu poderia realizar há vinte anos, as ações são datadas. Mas a oportunidade é que faz com que a

possibilidade se torne concreta, e é dada pela materialidade que, cada vez mais, é um produto da elaboração técnica. Esta seria a "chave para uma epistemologia da geografia atual. Haveria os objetos que são o tempo cristalizado, mas que terminam tendo um papel de controle do tempo das sociedades. Porque eu não faço o que quero deste ou daquele objeto, mas é ele quem, afinal, vai decidir o que faço dele. Então esse encontro é que se dá via evento. Porque o evento é a oportunidade, é um fato gerado por uma dinâmica histórica que encontra a sua vez em um lugar definido através de formas que hoje são extremamente variadas. Talvez este fosse um dos caminhos possíveis para uma epistemologia, ligando as duas categorias, tempo e espaço, o que equivale a "em-piricizar" os dois; mas eu "empiricizaria" o tempo através da ação humana concreta — o tempo vivido mesmo, tempo do homem concreto.

Margem — Eu gostaria de colocar um complica-dor fenomenológico. Na medida em que o senhor "em-piriciza" esse tempo e espaço, o senhor passa a lidar com a percepção. A partir daí, esse tempo e esse espaço vão sair do plano teórico mais abstrato para serem percebidos de formas diferentes. Aí, temos o sujeito do Pays Dogon, no Mali, com uma concepção de tempo e espaço completamente diferente da nossa, ou diferente de uma outra pessoa que está no centro nervoso de Manhattan, em Nova York. Como o senhor aborda o problema da percepção do tempo? O mapa do inundo é um só ou são vários?

Milton Santos — O mapa do inundo são vários, mas o mundo é um só *(risos).* E você utilizou a palavra correia: era necessário que eu utilizasse a fenomenolo-gia. Quando falei com marxistas geógrafos sobre a utilização da fenomenologia, me disseram: "Não pode, não pode! Marxismo e fenomenologia não se dão bem" *(risos).* Naquele momento pensei: "É capaz deles terem razão". Mas continuei a ler e descobri alguns livros sobre o materialiasmo de Hegel e fui constatando que é possível construir uma outra fenomenologia. E aí entra outra questão: a do cotidiano. Como tratar a questão do cotidiano nessa geografia nova? A princípio dizíamos: "O cotidiano é a solução". Mas o cotidiano abrange o espaço todo ou ele limita pedaços do espaço? O cotidiano exclui o espaço total. É um recorte. O cotidiano tem que entrar como uma categoria de análise, mas temos que ter a precaução de saber que dentro de uma área as pessoas não têm a percepção do tempo e do espaço, objetivamente, de igual para igual.

Nós sempre tomamos avião desde que nos paguem as passagens... *(risos).* Mas há gente que nunca viaja, para quem o espaço tem outra dimensão. Num curso sobre o assunto eu sugeria a noção de espaço e tempo dentro do tempo. Na realidade, o tempo do lugar é um conjunto de tempos dentro desse tempo do lugar, que corresponde a possibilidades diferentes dos indivíduos — mas não somente dos indivíduos, como também das empresas — de utilização do tempo e do espaço. Mas existe um espaço hegemónico, que é o do ator que está lá em cima e manobra o nosso tempo. O nosso tempo, queiramos ou não, é manipulado peTõ]r~ atoresjiegernônicps. Assim dá para montar o mundo: o tempo do mundo seria o tempo do ator hegemónico. E nós sofreríamos a ação desse tempo e nos acomodaríamos como fosse possível...

Margem — Mesmo dentro de um mundo globalizado não poderemos pensar em atores sociais que mo-dificam essa estrutura de tempo dominante? O senhor acredita nesta possibilidade?

Milton Santos — Sim, certamente. Uns podem mais que os outros. Pensemos num espaço como este aqui de São Paulo, onde não podemos fazer nada, a gente é impotente, onde oitenta por cento dos votos são para a polícia. Pois os votos do Estado de São Paulo foram para a polícia: uns votaram em Maluf, outros em Fleury. E isto está ligado à racionalidade do espaço, que tem um peso talvez mais forte que o restante da sociedade na vida social. Já um africano, por exemplo, não é tão racional, o espaço não tem tanto objeto técnico, ele tem o comando dos objetos.

Eu penso que essa via do estudo da racionalidade é importante. Estou tentando estudá-la agora, reler, porque por mais que nossa formação seja marxista, precisamos saber mais sobre os que falaram que a racionalidade é um equívoco. Nós temos que reler para poder incorporar isso de uma outra forma. Esse voto paulista me preocupa. Isso quer dizer que a modernidade está em atraso político? Talvez seja isto, porque a globalização é perversa, não? Uma sociedade do tipo da africana escapa dessa racionalização, dessa globalização perversa, e por isso tem uma margem de liberdade maior. Mas temos que aprofundar os estudos, estudar a questão da fenomenologia, trabalhar com todos os materiais disponíveis para temos coisas a propor. Imagine que ganhemos a eleição para presidente amanhã e sejamos chamados para fazer propostas. A racionalidade é uma questão que vai voltar a ter importância. Há espaços que aceitam, espaços que rejeitam, espaços de povos submissos à racionalidade. Aí o Estado diz que não tem o que fazer, começa a falar no neolibera-lismo, a "mão invisível" organizando tudo, mas o Estado tem que organizar a materialidade. A prova é o que está se passando na Alemanha Oriental. A Alemanha se tornou unificada para impor o liberalismo, o neoliberalismo, mas o que organiza o território é o capital da Alemanha Ocidental. Isto só prova e reforça o papel fundamental do território hoje.

Margem — A pós-modernidade tem sido tomada no sentido da fragmentação, de quebra da totalidade, fim da grande narrativa e mesmo como um discurso conservador. Como o senhor vê esta questão?

Milton Santos — A definição dada por muitos pós-modernistas tem sido esta. A minha forma de trabalhar é por "empiricizar". Em vez de me preocupar com o que é "pós-modernismo", me preocupo mais com a caracterização desta época, se ela forma ou não um conjunto coerente. Alguns dizem que não, que o mundo está desconstruído, que acabou o grande relato, que por isso não há teoria, não há mais ideologia. A minha impressão não é esta. Ao contrário, o mundo de hoje, na medida em que a totalidade se tornou empírica, permitiu mais facilmente a teorização. O complicador é que são múltiplos os povos que emitem vetores hegemónicos, ao contrário do período anterior do capitalismo. Existe uma multiplicidade de pólos emitindo vetores que comandam. Mas nunca ninguém escreveu que a totalidade tem um cerne só. Sartre é quem nos ajuda mais a tratar esta questão: para ele a totalidade é um construto. Se a totalidade existe, é no momento anterior, através do que chama de "prático-inerte", que é o espaço. Talvez por isso a construção de uma geografia hoje exija o entendimento do "prático-inerte", dessa materialidade resultante da história que se fez até aquele momento, e que para Sartre é a única forma de acesso à totalidade. Ou seja, nós temos acesso à totalidade que deixou de ser no momento imediatamente anterior. Talvez isto seja o espaço e este é o trabalho do geógrafo no que toca aos objetos, à materialidade. Mas precisamos

de uma outra parte — a parte das ações, para poder prever o que vai acontecer, para propor um acontecimento, sugerir uma forma de evolução.

E será possível ainda apreender o mundo? Os pós-modernistas dizem que não, que o mundo se tornou inatingível porque tudo se fragmenta, mas na realidade o mundo sempre se fragmentou. E a concepção de Sartre — que acho mais fecunda que a do próprio Lefebvre — é de que a passagem de um tempo para outro, de um momento para outro se dá pela fragmentação. A totalidade só se torna outra através da fragmentação. Fragmentação para construir outra coisa. Então, ao invés de nos subordinarmos à ideia de pós-modernidade como fragmentadora, deveríamos concebê-la como um outro momento de construção.

Margem — Vários autores — alguns originários da geografia, como David Harvey — têm se direcio-nado cada vez mais, nessa discussão da pós-modernidade, para uma tematização da cultura e da estética. O senhor acha que vai ocorrer uma convergência da questão do espaço com a discussão da cultura, já que os objetos são muito carregados de significação?

Milton Santos — Creio que sim. Não tanto a estética, mas a cultura sim. A cultura como uma relação entre o homem e seu "entorno". Ou seja, o domínio do "entorno", a perda do "entorno" — que é desculturaização — e que resulta seja da alienação, seja porque se impõe um "entorno" geográfico que é interessante para certas ações hegemônicas, mas que desnorteia e, finalmente, a busca de um "entorno", aquilo que Lefebvre chamou de "direito à cidade", direito ao "entorno". Eu creio que este é um caminho fundamental. Pois a cultura é hoje o veículo do econômico e do político. A discussão que tivemos aqui sobre fronteira, Estados, mudanças no Leste europeu está intimamente relacionada com a cultura e sua articulação com o território. Na medida em que a economia é globalizante, temos uma cultura que, num primeiro momento, pode abstrair-se do lugar, mas esta cultura não é criação, acho que é uma recriação. Porque as pessoas estão fixas, ali no seu local. Será que vamos chegar a um mundo em que as pessoas fiquem permanentemente se movendo? Não sei... Penso que se as pessoas têm um mínimo de fixação, elas vão tentar criar alguma coisa. Algo, por exemplo, que me dá oti-mismo são os jornais locais e de bairro. Imaginávamos que com o progresso da modernidade esses jornais iriam acabar. Mas não é que eles ficaram mais numerosos e mais fortes? Por quê? Porque há traços locais que terminam sendo culturais, que exigem a existência de uma imprensa local. Já tentamos aqui na USP, e temos que retomá-lo, esse estudo da geografia regional e da imprensa, da mídia. Porque o próprio consumo leva ao seu antídoto. O consumo nos aprisiona, mas para vender tem que levar em conta estratificações de idade, de renda, os gostos herdados. E o jornal tem este papel, é o intermediário, tem também um consumo político. Portanto, isto tudo confere um papel muito importante ao local e à cultura.